



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

(UFPI)

Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste

(TROPEN)

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

(PRODEMA)

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

(MDMA)

QUESTÕES AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIOECONÔMICAS DE ESPAÇOS
LIVRES URBANOS: PRAÇAS DO CENTRO DA CIDADE DE TERESINA/PI

GUILHERMINA CASTRO SILVA

TERESINA - PIAUÍ

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

GUILHERMINA CASTRO SILVA

QUESTÕES AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIOECONÔMICAS DE ESPAÇOS
LIVRES URBANOS: praças do centro da cidade de Teresina/PI.

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Áreas Verdes. Linha de Pesquisa: Biodiversidade Utilização Sustentável dos Recursos Naturais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Wilza Gomes Reis Lopes

Co-orientador: Prof^o Dr^o João Batista Lopes

TERESINA

2009

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

S586q Silva, Guilhermina Castro
 Questões ambientais, culturais e socioecômicas de
 espaços livres urbanos: praças do centro da cidade de
 Teresina/PI. – 2009.
 172 f.

 Impresso por computador (fotocópia).
 Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento e Meio
 Ambiente) –Universidade Federal do Piauí, 2009.
 Orientadora: Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes

1.Praças – Teresina –PI 2.Microclima I. Título.

CDD 719.098 122

GUILHERMINA CASTRO SILVA

QUESTÕES AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIOECONÔMICAS DE ESPAÇOS

LIVRES URBANOS: praças do centro da cidade de Teresina/PI.

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Áreas Verdes. Linha de Pesquisa: Biodiversidade Utilização Sustentável dos Recursos Naturais.

Teresina, 20 de março de 2009.

Prof^a Dr^a Wilza Gomes Reis Lopes

Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Prof^o Dr^o João Batista Lopes

Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Prof^a Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas

Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS)

Prof^o Dr^o José Machado Moita Neto

Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Dedico este trabalho a meus pais Cardoso e Conceição e ao meu querido avô Antonio Pereira (*in memoriam*) pelo apoio incondicional que sempre me deram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que se fez presente em todos os momentos, transmitindo-me a segurança necessária para enfrentar os obstáculos a superar, com força, fé e determinação.

A minha família pelo carinho e compreensão, pois sem eles, tudo seria mais difícil.

Aos meus amigos e algumas pessoas especiais, pela amizade, ajuda e incentivo durante o curso.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Wilza Lopes, por todos os ensinamentos, a motivação, a dedicação, a paciência e, principalmente, pela amizade.

Ao meu co-orientador Prof^o Dr. João Batista Lopes pelos ensinamentos e pela amizade.

Aos professores Dra. Maria Augusta Mundim Vargas e Dr. José Moita, pela disponibilidade de participação na banca examinadora.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo apoio conhecimentos transmitidos.

A todos amigos do Mestrado, pelo companheirismo ao longo do curso.

Aos funcionários do TROPEN, pela dedicação.

E a todas as pessoas que direta e indiretamente me ajudaram e colaboram na execução deste trabalho.

RESUMO

As praças representam espaços importantes de manifestações culturais, sociais e políticas contribuindo para a agregação da sociedade. As praças centrais acumulam importantes características, configurando-se como um referencial da modificação da paisagem urbana com o passar dos anos. Este trabalho apresenta os resultados da avaliação pós-ocupacional realizada nas Praças João Luis Ferreira e Landri Sales que têm grande importância espacial, histórica, social e ambiental para a cidade de Teresina. Foi realizado um estudo identificando as alterações comportamentais de uso, levantamento do mobiliário e equipamentos urbanos, levantamento das espécies vegetais, medições ambientais e identificação do perfil das atividades comerciais informais nas praças. A coleta de dados envolveu uma pesquisa bibliográfica, levantamentos físicos, aplicação de questionário, investigação dos usuários através de mapas comportamentais, medições ambientais de temperatura, umidade e velocidade dos ventos. Estas praças são utilizadas pelos usuários de diversas formas como lazer ativo e passivo dependendo do mobiliário e equipamentos urbanos que a Prefeitura disponibiliza. Estes espaços têm uma boa cobertura vegetal o que proporciona uma grande área sombreada permitindo a permanência dos usuários na praça. A Praça Landri Sales é principalmente utilizada por estudantes, enquanto que a Praça João Luis Ferreira é caracterizada mais como um local de passagem e de comércio informal, do que um local de lazer. O comércio informal na Praça João Luis Ferreira proporciona problemas ambientais como a poluição visual, sonora, atmosférica, resíduos, degradação da estrutura física que favorecem à falta de qualidade ambiental.

Palavras-chave

Praça, Avaliação Pós-Ocupacional, microclima, atividades informais.

ABSTRACT

The squares represent important manifestation areas of cultural, social and political and aggregation contributing to society. The central squares accumulate important features, setting it as a reference the change of urban landscape over the years. This paper presents the results of the assessment work done in post-Squares João Luis Ferreira and Landri and Sales that have important spatial, historical, social and environmental to the city of Teresina. A study identifying the behavioral changes of use, survey of furniture and urban equipment, survey of plant species, measurements and identification of the environmental profile of the informal business parks. The data collection involved a bibliography search, physical surveys, application of a questionnaire, research users through maps behavioral, environmental measurements of temperature, humidity and speed of winds. These squares are used by users in various ways depending on passive and active leisure activities and the urban furniture and equipment that available Prefecture. These spaces have a good covered vegetation that a large shaded area allowing users to remain in the square. The Landri Sales Square is used mainly by students, while the João Luis Ferreira Square is characterized as a place of passage and informal trade, than a place of leisure. The informal trade at João Luis Ferreira provides environmental problems such as visual pollution, noise, pollution, waste, degradation of the physical structure that favor the lack of environmental quality.

Keywords: Square, Postgraduate Occupational Assessment, microclimate, informal activities.

Lista de Figuras

Figura 2.1 - Terreiro de São Francisco, em Salvador	30
Figura 2.2- Pátio de São Pedro, em Recife	30
Figura 2.3 - Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro	32
Figura 2.4 - Praça da Sé, em 1984	32
Figura 3.1 – Mapa do Estado do Piauí localizando a cidade de Teresina	49
Figura 3.2 - Planta da Cidade de Teresina em 1852	50
Figura 3.3 - Mapa com a localização das praças do centro histórico de Teresina	53
Figura 3.4 - Praça Marechal Deodoro da Fonseca na década de 1980	55
Figura 3.5 - Praça Marechal Deodoro da Fonseca	55
Figura 3.6 - Colégio Pedro II na década de 1980	56
Figura 3.7 - Casa da Cultura de Teresina	56
Figura 3.8 - Praça Saraiva	57
Figura 3.9 - Praça Saraiva em 2002	57
Figura 3.10 - Praça Rio Branco no final da década de 1960 e início de 1970	58
Figura 3.11 - Praça Rio Branco na década de 1950	58
Figura 3.12 - Aposentados na Praça Rio Branco em 2002	59
Figura 3.13 - Praça Rio Branco ocupada pelo comércio informal	59
Figura 3.14 - Maquete do Shopping da Cidade	59
Figura 3.15 - Utilização da Praça Pedro II	60
Figura 3.16 - Praça Pedro II na década de 1950	60
Figura 3.17 - Praça Pedro II em 1967	60
Figura 3.18 - Praça Pedro II na década de 1980	61
Figura 3.19 - Reforma da Praça Pedro II em 1998	61
Figura 3.20 - Praça Pedro II em 2009	61
Figura 3.21 - Centro Artesanal Mestre Dezinho	62
Figura 3.22 - Theatro 4 de Setembro e Cine Rex	62
Figura 3.23 - Praça da Liberdade em 1967	62
Figura 4.1 - Praça João Luis Ferreira na década de 1960	74
Figura 4.2 - Crianças brincando no parque da Praça João Luis Ferreira	75
Figura 4.3 - Carros do “corso” durante o carnaval	75
Figura 4.4 - Praça João Luis Ferreira na década de 1990	76

Figura 4.5 - Feira do microprodutor na Praça João Luis Ferreira	77
Figura 4.6 - Venda de feijão verde na Praça João Luis Ferreira	77
Figura 4.7 - Bancas de revistas na Praça João Luis Ferreira	79
Figura 4.8 - Bicletário existente na Praça João Luis Ferreira	79
Figura 4.9 - Quiosques de sorvete na Praça João Luis Ferreira	80
Figura 4.10 - Orelhão adaptado para pessoas especiais na Praça João Luis Ferreira	80
Figura 4.11 - Ponto de ônibus na Praça João Luis Ferreira	81
Figura 4.12 - Banco em concreto com pés adornados da Praça João Luis Ferreira	81
Figura 4.13 - Banco quebrado que foi adaptado para sentar na Praça João Luis Ferreir	81
Figura 4.14 - Praça João Luis Ferreira na década de 1980	82
Figura 4.15 - Praça João Luis Ferreira com a reforma em 2000	82
Figura 4.16 - Iluminárias quebradas da Praça João Luis Ferreira	83
Figura 4.17- Posto de fiscalização do SETUT abandonada na Praça João Luis Ferreira	83
Figura 4.18 - Estátua de Helvídio Nunes	84
Figura 4.19 - Pontos comerciais na Rua David Caldas	85
Figura 4.20 - Fundação Cultural Monsenhor Chaves	85
Figura 4.21 - Casa residencial na década de 1960 em frente à Praça João Luis Ferreira	86
Figura 4.22- Casa residencial transformada em ponto comercial	86
Figura 4.23 - Casas residenciais das Famílias Lobão e D'Almeida na década de 1930 transformadas em pontos comerciais	86
Figura 4.24 - Utilização da praça no sábado	86
Figura 4.25 - Gráfico sobre as atividades realizadas na praça	87
Figura 4.26 - Barracas de alimentação na Praça João Luis Ferreira	88
Figura 4.27 - Mapa Comportamental da Praça João Luis Ferreira	90
Figura 4.28 - Faixa etária dos vendedores informais da Praça João Luis Ferreira	92
Figura 4.29 - Escolaridade dos comerciantes informais da Praça João Luis Ferreira	93
Figura 4.30 - Renda mensal dos comerciantes informais da Praça João Luis Ferreira	93
Figura 4.31 - Comparação de tempo de trabalho na informalidade	94
Figura 4.32 - Motivo que levam o comerciante informal a trabalhar na Praça João Luis Ferreira	95
Figura 5.1 - Espaço livre destinado à construção da Praça Landri Sales em frente ao Liceu Piauiense, inaugurado em 1936	106
Figura 5.2 - Criança na Praça Landri Sales, vendo-se o lago com pedra	108
Figura 5.3 - Famílias com crianças posando para foto na Praça Landri Sales	108

Figura 5.4 - Feira do livro usado na Praça Landri Sales em 1997	109
Figura 5.5 – Feira do livro usado na Praça Landri Sales em 2005	109
Figura 5.6 - Piso em blocos de concreto e pedra portuguesa da Para Landri Sales	109
Figura 5.7- Escadaria em pedra de Piracuruca da Praça Landri Sales	110
Figura 5.8 - Banco de concreto com encosto em cima da escadaria na Praça Landri Sales	111
Figura 5.9 - Banco de concreto com apoios adornados sem encosto na Praça Landri Sales	111
Figura 5.10 - Banco de estrutura de ferro e madeira, com encosto, na Praça Landri Sales	112
Figura 5.11 - Mesas de jogos próximos à escadaria na Praça Landri Sales	112
Figura 5.12 - Mesa de jogo quebrada na Praça Landri Sales	112
Figura 5.13 - Lixeira de metal com suporte na Praça Landri Sales	113
Figura 5.14 - Lixeira quebrada, sinal de vandalismo na Praça Landri Sales	113
Figura 5.15 - Postes com 4 pétalas e 2 pétalas na Praça Landri Sales	113
Figura 5.16 - Adaptação de um bicicletário na Praça Landri Sales	115
Figura 5.17 - Pontos comerciais existentes no entorno da praça, na Rua Simplício Mendes	116
Figura 5.18 - Colégio Estadual Zacarias de Góis	116
Figura 5.19 - Prédio do SEST/SENAT	116
Figura 5.20 - Residência em frente à praça	117
Figura 5.21 - Antiga casa de Agenor Almeida	117
Figura 5.22 - Praça de alimentação “Landri Sales” na Praça Landri Sales	118
Figura 5.23- Alunos sentados na escadaria da Praça Landri Sales	119
Figura 5.24 - Alunos ocupando os bancos e balaustrada da Praça Landri Sales	119
Figura 5.25 - Utilização das mesas de jogos na Praça Landri Sales	119
Figura 5.26 - Vendedores informais na Praça Landri Sales	120
Figura 5.27 - Lavadores de carro na Praça Landri Sales	121
Figura 5.28 - Banca do Neguinho, lavador de carro na Praça Landri Sales	121
Figura 5.29 - Mapa de uso da Praça Landri Sales	121
Figura 5.30 - Atividades na Praça Landri Sales	122
Figura 5.31 - Crianças jogando, patinando e pedalando na Praça Landri Sales	122
Figura 6.1 - Planta do projeto inicial da cidade de Teresina em 1852	132
Figura 6.2 - Localização das praças existentes no Centro Histórico de Teresina	132
Figura 6.3 - P1 com vegetação (CV) na Praça João Luis Ferreira	133
Figura 6.4 - P2 sem vegetação (SV) na Praça João Luis Ferreira	133
Figura 6.5 - P1 com vegetação (CV) na Praça Landri Sales	134

Figura 6.6 - P2 sem vegetação (SV) na Praça Landri Sales	134
Figura 6.7 - Arborização da Praça João Luis Ferreira em 2008	135
Figura 6.8 - Canteiros sem presença de grama	137
Figura 6.9 - Canteiro parcialmente gramado	137
Figura 6.10 - Vista da Praça Landri Sales	137
Figura 6.11 - Flamboyant (<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf.) na Praça Landri	139
Figura 6.12 - Gráfico sobre a função mais marcante das praças	144
Figura 6.13 - Gráfico sobre o motivo da escolha do lugar na s praças	145
Figura 6.14 - Gráfico sobre o que chama a atenção do entrevistado ao redor	146
Figura 6.15 - Gráfico sobre quantidade se áreas sombreadas	146
Figura 6.16 - Gráfico sobre os canteiros e as árvores nas praças	147

Lista de Tabelas

Tabela 4.1- Resumo do levantamento do mobiliário e equipamentos existentes na área da Praça João Luis Ferreira	78
Tabela 5.1 - Resumo do levantamento do mobiliário e equipamentos existentes na área da Praça Landri Sales	114
Tabela 6.1- Espécies arbóreas existentes na Praça João Luis Ferreira	136
Tabela 6.2 -Espécies arbóreas existentes na Praça Landri Sales	138
Tabela 6.3 -Valores médios de temperatura (°C) das praças João Luis Ferreira e da Praça Landri Sales referente ao tipo de ambiente em função do horário de coleta	140
Tabela 6.4 -Valores médios de temperatura (°C) das praças João Luis Ferreira e a Praça Landri Sales referente aos horários de coleta em função do tipo de ambiente	142
Tabela 6.5 - Valores médios da umidade relativa do ar (%) das praças João Luis Ferreira e Praça Landri Sales em função do tipo de ambiente e do horário de coleta	143

SUMÁRIO

1. Introdução	14
1.1 Tema e Problema	14
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos	19
1.3 Procedimentos Metodológicos	19
1.3.1 Pesquisa bibliográfica	20
1.3.2 Coleta de dados	21
1.4 Estrutura da dissertação	23
2. Fundamentação Teórica	24
2.1 Paisagem urbana	24
2.2 Espaço livre público	26
2.3 Praças: conceitos, funções e evolução histórica	28
2.3.1 Qualidade ambiental das praças	34
2.4 Importância das áreas verdes	37
2.4.1 Vegetação e microclima urbano	39
2.5 Mobiliário e equipamentos urbanos	42
2.6 Avaliação Pós-Ocupação (APO)	44
2.7 Percepção e apropriação de espaços públicos	46
3 Teresina: urbanização e implantação de praças na cidade	49
3.1 Praça Marechal Deodoro da Fonseca	54
3.2 Praça Saraiva	55
3.3 Praça Rio Branco	57
3.4 Praça Pedro II	59
3.5 Praça da Liberdade	62

4 Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas	64
4.1 Introdução	66
4.2 As cidades e os espaços públicos	67
4.3 Importância da praça como espaço público	69
4.4 Procedimentos metodológicos	71
4.5 A cidade de Teresina: antecedentes históricos e características	72
4.6 A Praça João Luis Ferreira	73
4.6.1 Início e evolução	73
4.6.2 Descrição física da Praça João Luís Ferreira	78
4.6.3 Caracterização do entorno da Praça João Luis Ferreira	84
4.6.4 Os usuários e suas atividades na Praça João Luis Ferreira	87
4.7 Atividade comercial na Praça João Luis Ferreira	90
4.8 Considerações finais	95
4.9 Referências	97
5 Aspectos relacionados ao uso e apropriação de praças em áreas centrais de cidades: transformações e permanências	100
5.1 Introdução	102
5.2 Procedimentos metodológicos	103
5.3 A cidade de Teresina	104
5.4 Início e evolução da Praça Landri Sales	105
5.5 A praça e seus equipamentos: da criação aos dias atuais	110
5.6 A praça e sua relação com o entorno	116
5.7 Os usuários e as atividades desenvolvidas	117
5.8 Considerações finais	123
5.9 Referências	124
6 A influência da vegetação no conforto ambiental de espaços livres em áreas centrais urbanas	126
6.1 Introdução	128

6.2 Revisão bibliográfica	130
6.3 Descrição da área de estudo	131
6.4 Procedimentos metodológicos	133
6.5 Resultados	135
6.5.1 As praças e suas árvores	135
6.5.2 Análise das variáveis climáticas	140
6.5.3 Percepção dos usuários em relação à vegetação	144
6.6 Considerações finais	148
6.7 Referências	149
Considerações Finais	151
Referências	
Apêndice	
Anexo	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

Os centros urbanos vêm apresentando um crescimento populacional acelerado devido, principalmente, ao fluxo de migração. As pessoas buscam nas cidades trabalho, melhor remuneração, habitação, saúde, educação entre outros, ou seja, uma melhor qualidade de vida.

Durante a Revolução Industrial, o fluxo das correntes migratórias das áreas rurais para as urbanas ocorreu de forma acentuada e desordenada, tornando os centros urbanos vulneráveis, pela ocupação sem o devido planejamento, criando problemas nas diferentes áreas, como habitação, saúde, educação, segurança, emprego, dificultando o ordenamento das ações pelos gestores públicos, tendo reflexos em várias mudanças inclusive as de ordem ambiental.

A cidade pode ser considerada resultado da ação do homem sobre o meio físico. Por isso, em muitas cidades, por serem desconsiderados os processos naturais no planejamento urbano, foram vivenciados sérios problemas como, poluição do ar, deslizamentos de terra, enchentes e drenagem. Spirn (1995, p. 27) cita como exemplo, a Cidade do México que afundou 7,5 m por desconhecer “a relação entre a água e a estabilidade do solo”.

Ao produzir e utilizar o espaço urbano o homem transforma em curto espaço de tempo a fisionomia dos lugares com o desenvolvimento da tecnologia e modifica a paisagem que reflete num determinado momento a história da relação homem/natureza, que se altera em razão dos usos que a sociedade faz desses espaços. Bartalini (1986) relaciona algumas intervenções antrópicas na paisagem, como por exemplo, o aplainado de terrenos acidentados, córregos sinuosos retificados ou tampados, áreas rurais transformadas em subúrbios monótonos, entre outras intervenções.

Mota (2003, p. 27) destaca que “o ambiente urbano é formado por dois sistemas intimamente inter-relacionados: o ‘sistema natural’, composto do meio físico e biológico (solo, vegetação, animais, água, etc.) e o ‘sistema antrópico’, consistindo do homem e de suas atividades”. As cidades, como meio natural, possuem entradas, trocas e saídas de matéria e de energia, podendo, assim, ser considerada um ecossistema. Odum (1988, p. 9) conceitua ecossistema como

[...] qualquer unidade (biossistema) que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas.

Diante do crescimento desordenado das cidades, o urbanismo surgiu como alternativa de projetar e ordenar os espaços, primando pela cidade ideal em termos de moradia, desenho urbano, circulação, lazer, entre outros. Neste contexto, a configuração espacial da cidade tem como objetivo ordenar, controlar o espaço urbano através de bairros ou zonas, espaços de relação como ruas, praças, calçadas, calçadões, que funcionam de forma integrada. A inexistência do planejamento urbano resulta na ocupação desordenada do solo, ausência de saneamento básico, construções irregulares, elevados índices de poluição, entre outros problemas, que contribuem para a degradação da qualidade de vida nas cidades. O planejamento assume, assim, uma importância fundamental para o desenvolvimento das cidades, buscando promover a integração do homem com a natureza e reduzir os seus desequilíbrios.

Para Festi (2004, p. 1), o planejamento urbano “leva em conta o bem estar social da comunidade e das cidades, o bem estar no lazer, o conforto ambiental, o lazer do Homem no meio ambiente, o efeito térmico nas cidades e a concentração de ‘verde’ na malha urbana”. Fiorillo (2001) relata que a cidade cumpre a sua função social quando destina áreas de lazer e de recreação através da construção de praças e implantação de áreas verdes para seus habitantes.

O Estatuto da Cidade, responsável pela regulamentação do desenvolvimento urbano no Brasil, estabelece no Art. 2º, inciso I, que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade mediante a garantia do direito a cidades sustentáveis caracterizadas pelo direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 2001). O desenvolvimento das cidades deverá ocorrer com ordenamento, sem causar degradação e, assim, possibilitar uma vida urbana digna para a população.

Para Gehl e Gemzøe (2002), a cidade sempre foi um lugar de encontro e reunião onde se trocavam informações sobre o próprio meio e a sociedade, lugar onde aconteciam os encontros municipais, festivais, procissões, coroações e execuções

À medida que as cidades se desenvolvem, também crescem em extensão territorial, para acompanhar o incremento da população urbana. Com isso, aumentam as áreas construídas para suprirem as necessidades básicas desse contingente humano, tais como, espaços edificadas para habitação, comércio, serviços, indústrias e espaços livres para circulação, praças e parques.

As praças são áreas importantes para o equilíbrio das cidades, pois representam locais de convívio social e de encontro com a natureza, que contribuem para a formação e agregação da sociedade se constituindo em ambientes importantes para manifestações culturais, sociais e políticas. Trata-se de espaços destinados a abrigar festividades, encontros, atividades de troca, sendo um lugar de fácil acesso para a sociedade realizar as mais variadas funções, em que se podia ver e ser visto, comprar e fazer negócio, política e passear.

Mello (1995, p. 193) ao fazer uma retrospectiva da utilização dos espaços públicos urbanos, principalmente das praças e das ruas, afirma que, na década de 1950, a rua era pública e a cidade não sofria mutilações. A praça e a rua entre outros espaços públicos “servia de palco para as brincadeiras e era disputado pelas crianças, conferindo-lhes intensa vitalidade”. Já nos anos de 1970, os espaços públicos eram utilizados pelas crianças somente nos finais de semana, “sob os vigilantes olhos dos adultos”. As brincadeiras das crianças eram restringidas em locais privados, como na casa e no edifício. Na década seguinte, os shoppings centers são construídos, tornando-se um espaço de consumo. O único território considerado público é a escola, fora dela os espaços públicos são degradados, dificultando a socialização das pessoas.

O espaço público, como ponto de encontro, tem a característica de ser um local onde todos têm livre acesso, podendo exercer diversas funções. A praça, o calçadão, a rua são áreas públicas centrais que apresentam características comuns de uso, como acessibilidade, transparência, conforto e permanência.

Segundo Barreto (2002, p. 39 e 40), existe uma relação de atitudes diferentes por parte de algumas pessoas com o espaço público: uma onde o há a apropriação do espaço público e outra quando se “faz uso equivocado desse espaço, sujando-o e até depredando-o”, seja na rua, calçadão, estacionamentos, praias, praças entre outros. A autora conclui “que no imaginário social dos brasileiros o conceito de ‘público’ equivale a ‘de ninguém’.”

Na visão de Del Rio (1990, p. 120), nas cidades brasileiras, é comum tratar o espaço público como

[...] terra de ninguém: os moradores, não o reconhecem como de “sua propriedade” e o maltratam, a Prefeitura não o compreende como prioritário e não lhe dá a mínima atenção. Carros estacionados nas calçadas; trailers e quiosques alocados sem o menor critério ou cuidados ergométricos; publicidade, telefones públicos e barreiras físicas alocados ao bel prazer das concessionárias.

As praças, como locais públicos de lazer mais próximo da população, devem proporcionar condições de bem-estar para quem as frequenta. Portanto, precisam ser

planejadas, para que atendam às necessidades da população e viabilizem os fins a que se propõem. Na paisagem urbana, onde o espaço construído é cada vez maior, as praças se tornam “unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana” (LEITÃO, 2002, p. 21).

Por terem uma presença marcante na composição urbana, as praças são importantes pelas suas funções ecológicas, econômicas e sociais que contribuem para a melhoria na qualidade ambiental urbana (microclima, arborização, barreira acústica), levando-se em consideração a sua diversidade e seu uso pela população.

De acordo com a Lei 10.406, que institui o Código Civil, no Art. 99, inciso I, a praça é um bem público e de uso comum, simbolizada pelo espaço destinado à livre disposição da coletividade, havendo o compromisso do poder público municipal em geri-la com o objetivo de manter a sua condição de utilização. Os “rios, mares, estradas, ruas” são, também, considerados bens público de uso comum. Os bens de uso especial (inciso II) são os “edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias” e os bens dominicais (inciso III), são os “que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades” (BRASIL, 2002).

Entre seus espaços livres, a cidade de Teresina, capital do Piauí, possui várias praças e parques. Desde seu traçado original, no momento de sua criação, em 1852, já possuía algumas áreas destinadas para construção de praças. Trata-se de uma cidade sem litoral e por possuir um clima muito quente, estes espaços livres se tornaram centros de lazer e de reunião, obrigatório para aqueles que queriam inteirar-se dos acontecimentos da cidade ou passear (LIMA, 2001). Elas tiveram, também, uma enorme influência na vida dos cidadãos, pois era palco de importantes fatos históricos e culturais da sociedade.

Geralmente, o cuidado com as praças da cidade tem sido uma preocupação constante dos administradores municipais, ao longo dos anos. O prefeito Lindolfo do Rego Monteiro em seu relatório de atividades, referente ao exercício de 1941, destaca a importância dessas áreas para a cidade de Teresina, devido às condições do clima local, e ainda aponta a necessidade da abertura de novas praças e da conservação e melhoria das existentes (MONTEIRO, 1943). Hoje, a criação e, principalmente, a manutenção de espaços destinados às áreas verdes e ao lazer, constitui-se uma das principais atividades da gestão urbana, devendo fazer parte dos projetos e programa urbanísticos das administrações municipais.

As praças, atualmente, deixaram de ter a função primordial de lazer coletivo devido ao surgimento de novos lugares de encontro e reunião, como o shopping Center, que funciona como grande concorrente da praça pública na cidade moderna, uma vez que oferecem

segurança, por ser um espaço fechado, além de contar com estruturas de lazer e de sociabilidade. São espaços onde se concentram, também, vários serviços, como: cinema, *lan house*, lojas, shows, praça de alimentação, entre outros atraindo a população. Além disso, o acesso à televisão a cabo, *pay-per-view*, a internet, entre outros são inovações tecnológicas de lazer dentro de casa, que possibilitam conhecer novos ambientes, fazer amigos, realizar atividades lúdicas, como os jogos virtuais e até paquerar e namorar, desempenhando o papel típico das praças, em tempos passados.

Outro fator de abandono destes espaços diz respeito aos novos tipos de apropriação que com o tempo resultaram na perda do referencial histórico e cultural, acarretando uma desfiguração da paisagem urbana.

A mudança de uso e o afastamento da população dos espaços públicos aconteceram de forma mais significativa nas praças centrais da maioria das cidades, pois nestas áreas, acompanhando as transformações ocorridas na sociedade, a atividade comercial suplantou a residencial, modificando a relação da praça com seu entorno.

As transformações, que acontecem nas praças, surgem para adaptar-se à nova dinâmica da cidade, principalmente, pela proliferação de atividades comerciais que ocupam esses espaços, apropriando-se do ambiente destinado ao pedestre, além de causar poluição visual e sonora.

Com o passar dos anos, algumas praças centrais sofreram intervenções que modificaram a sua utilização refletindo na conservação de sua vegetação rasteira e arbórea e no mobiliário urbano, bem como, nos mecanismos que evitassem a invasão do comércio ambulante por não ter um local específico para alojá-los e a falta de uma fiscalização eficiente. Estas constatações influenciaram decisivamente para que a população deixasse de usar esses locais, perdendo seu vínculo para com o espaço. Assim, a introdução de novos usos trouxe estímulos distorcidos e comportamento equivocado, que acarretam em descaso, depredação e abandono do espaço público

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a qualidade ambiental de praças centrais no contexto urbano e da interação entre este espaço e a população, enfocando aspectos ambientais, físicos, culturais, socioeconômicos.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Levantar o histórico da origem das praças estudadas e a evolução dos usos ao longo dos anos.
- Diagnosticar a situação geral das praças, seu estado de conservação e infraestrutura existente.
- Caracterizar as espécies arbóreas existentes nas praças.
- Identificar e caracterizar as atividades econômicas existentes nas praças.
- Identificar os tipos de utilização dos espaços públicos abordados pelos dos usuários.
- Avaliar as condições de conforto térmico das praças, a partir de dados de temperatura e umidade.

1.3 Procedimentos Metodológicos

O centro histórico de Teresina tem um total de sete praças, que são: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Rio Branco, Praça João Luis Ferreira, Praça Landri Sales, Praça Pedro II, Praça da Liberdade e Praça Saraiva, que possuem representação significativa de cobertura vegetal, criando grandes áreas sombreadas. Entretanto, percebe-se que estes espaços estão descaracterizados e abandonados, como a Rio Branco, tornando-se áreas marginalizadas devido à falta de infraestrutura e segurança. Entretanto, estas praças têm grande valor histórico para a população teresinense, pois fazem parte da morfologia urbana da cidade e junto com outros elementos morfológicos criam sítios urbanos de grande valor para a imagem da cidade.

Para este estudo foram selecionadas a Praça João Luis Ferreira e a Praça Landri Sales, também conhecida como Praça do Liceu que, mesmo localizadas no centro da cidade e próximas entre si, apresentam características diversas.

A Praça João Luís Ferreira, situada entre as ruas Elizeu Martins, Sete de Setembro, Coelho Rodrigues e David Caldas, está inserida num entorno caracterizado pela concentração de atividades de comércio e de serviços, apresentando intenso fluxo de transportes coletivos, de carros e de motos. Caracteriza-se por ser um espaço bastante arborizado, por ser um local de passagem e por apresentar forte presença de atividades comerciais informais, realizadas nos passeios e nos canteiros, com a colocação de bancas para a venda de mercadorias, como eletrônicos, comidas, roupas, artesanato, entre outros produtos. Com a reforma realizada em

2000, que tinha o objetivo de resgatar alguns elementos arquitetônicos, como postes e bancos, que marcaram a identidade da praça, foram inseridos, também, dois pontos de ônibus, que contribuíram para o aumento do comércio informal, devido à concentração de pessoas

Com menor índice de arborização, a Praça Landri Sales, localizada entre as ruas Benjamim Constant, Barroso, Desembargador Freitas e Simplício Mendes, embora também apresente em seu entorno a predominância de atividades de comércio e de serviços, ainda são encontradas edificações residenciais nas proximidades e o Colégio Estadual Zacarias de Góis, conhecido como Liceu Piauiense. Dessa forma, os frequentadores utilizam o espaço para o desenvolvimento de atividades de maior permanência, como conversar, esperar o início das aulas, namorar e ainda pedalar, jogar, andar de patins e de *skate*. Além disso, apresenta fluxo moderado de carros, motos e bicicleta. A escolha da Praça Landri Sales foi relacionada a aspectos vinculados à sua revitalização em 2006, com recuperação de alguns elementos que recordam a sua construção original e pelo fato da Prefeitura Municipal de Teresina não autorizar nenhuma atividade comercial, nem a instalação de banca de revistas, havendo somente uma estrutura existente desde a sua construção, que funciona como um local para lanche.

Para a realização deste trabalho foram seguidas diversas etapas listadas a seguir.

1.3.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi centrada na proposição de se obter subsídios teóricos envolvendo aspectos relacionados ao significado e importância das praças no espaço urbano, transformações morfológicas na cidade, transformações no uso cotidiano e funções desempenhadas nesses espaços. Assim, o levantamento envolveu amplo acervo bibliográfico disponível nas bibliotecas das universidades e centros de pesquisas como também usando os recursos da internet, contemplando livros, teses, dissertações, monografias de conclusão de curso, periódicos, trabalhos em congressos, dentre outros.

O levantamento histórico foi baseado no resgate dos antecedentes das praças centrais de Teresina, que se encontram vinculadas aos processos de evolução da cidade, como as devidas transformações na estruturação, implantação e no uso de praças.

Desta forma, foi realizado levantamento da memória dos projetos e da construção das praças, através de fotos, documentos do período da construção, análise dos projetos arquitetônicos, inclusive com as reformas ocorridas.

As informações de ordem histórica e bibliográfica foram coletadas nas bibliotecas da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN), Arquivo Público, Biblioteca Central

Castelo Branco, Biblioteca do Instituto Camilo Filho e no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

Na Superintendência de Desenvolvimento Urbano – SDU Centro-Norte, no Setor de Fiscalização e na SEMPLAN, no setor da Coordenação da Agenda 2015 e Programa Teresina – Centro, buscou-se documentação envolvendo informações sobre a identificação das atividades econômicas liberadas pela Prefeitura Municipal de Teresina, que são desenvolvidas nas praças (comércio informal e ambulante).

1.3.2 Coleta de dados

A pesquisa de campo foi estruturada envolvendo as seguintes etapas:

a) Observação das estruturas funcionais e físicas, a fim de identificar os tipos de usuários com devidas atividades econômicas desenvolvidas e os horários mais utilizados. Para obtenção das informações foi aplicado o método da observação, que de acordo com Reis e Lay (1995), consiste em uma avaliação visual do ambiente construído, sendo mais apropriado para detectar o que acontece e como funciona (ou não) um determinado espaço.

b) Aplicação de dois tipos de questionários, sendo um destinado aos usuários em geral encontrados na praça (Apêndice A) com o objetivo de avaliar a percepção ambiental dos usuários em relação aos espaços estudados, em especial em relação à arborização urbana existente no local. Foram aplicados 40 questionários em cada praça, sendo que o mesmo foi baseado em Oliveira (2005) e De Angelis et al. (2004), enfocando questões relacionadas ao perfil do entrevistado (sexo, idade, escolaridade, renda, ocupação), aos tipos de atividades realizadas e frequência de uso do local, à importância das praças para a cidade, à influência da arborização na melhoria de temperatura, entre outras questões.

Aplicação de questionário com os vendedores ambulantes da Praça João Luis Ferreira (Apêndice B) com o intuito de conhecer o perfil das pessoas que sobrevivem de atividades não licenciado pela SDU Centro Norte, as quais utilizam o espaço da praça para a comercialização de produtos diversos. Foram aplicados 48 questionários junto aos comerciantes informais que se encontravam na Praça João Luis Ferreira no dia 22/04/2008, com perguntas abertas e fechadas, que se distribuiu em oito questões que abordam, pela ordem, o perfil do comerciante (sexo, idade, escolaridade), renda, tempo de atuação na informalidade e quanto tempo trabalha na praça, se trabalhou com carteira assinada e a escolha da praça como local de trabalho. Não foi aplicado questionário na Praça Landri Sales por não ter um fluxo de comerciantes informais que permanecesse naquele espaço por muito tempo, apenas ambulantes que no máximo permaneciam 30 minutos. Os únicos que trabalham

mais tempo na praça, informalmente e formalmente, são um lavador de carro e o locatário de uma estrutura física existente na praça conhecida como “Praça de alimentação Landri Sales”, que foram feitas algumas perguntas similares ao questionário aplicado na Praça João Luis Ferreira.

c) Foi realizada Avaliação Pós-Ocupação (APO), identificando informações sobre as atividades das pessoas, regularidades de comportamento, usos previstos, novos usos e mal-uso das praças por meio de mapas comportamentais.

Para isso, foram utilizadas plantas baixas das praças fornecidas pela SEMPLAN para facilitar a identificação dos diferentes tipos de usuários, espaços preferidos, atividades desenvolvidas e os horários mais utilizados pelos mesmos. As observações foram feitas a partir das 7h30min até às 18h30min, em dias da semana e finais de semana típicos.

d) Foi utilizado o método de observação para realização do levantamento qualitativo de mobiliários, equipamentos e da arborização. A avaliação visual consistiu da identificação e descrição dos equipamentos e mobiliários (bancos, pontos de iluminação, lixeiras, esculturas, monumentos, pisos, canteiros) existentes no espaço. Este levantamento foi feito através de anotação de todos os equipamentos e mobiliários existentes nos espaços, quantificando e, sempre que possível, determinar o material com o qual são confeccionados. Todos os mobiliários e equipamentos foram listados como os bancos, lixeiras, monumento, piso, postes de iluminação, construções, placas de sinalização, orelhões. Para identificar e quantificar a vegetação das praças foi feito um levantamento com contagem individual das espécies arbóreas. Os diferentes grupos vegetais foram classificados de acordo com a família, gênero e espécie a que pertence.

e) Considerando que as praças estudadas possuem áreas sombreadas, buscou-se avaliar o conforto térmico desses espaços, em função da expectativa de que cobertura vegetal minimiza o efeito das altas temperaturas prevalente em Teresina, principalmente, nos meses de agosto a novembro, que são caracterizados pela forte irradiação solar nesta região.

Para avaliar o conforto térmico das praças foram feitas medições da temperatura e umidade relativa do ar. As medições foram feitas utilizando o aparelho Termo-higrômetro digital modelo HT-157 Instrutherm, cedido pelo Departamento de construção civil e arquitetura da Universidade Federal do Piauí. Os locais escolhidos foram áreas com o sombreamento denso e ralo e as medições foram feitas durante sete dias consecutivos nos meses de agosto a novembro do corrente ano nos horários das 9h00, 15h00 e 21h00.

f) Foram feitos registros fotográficos durante todo o processo de coleta e análise de informações. Esses registros, devido a sua qualidade ilustrativa permitiram posteriores avaliações depois do fato ter ocorrido, uma vez que “congelam” cenas e acontecimentos.

1.4 Estrutura da dissertação

Este trabalho está composto por seis capítulos, sendo que três estão em forma de artigos que serão enviados para periódicos qualificados.

No primeiro capítulo – **Introdução** – foi apresentada a justificativa para a execução da pesquisa, os objetivos geral e específicos, os procedimentos metodológicos e as delimitações do trabalho.

No segundo capítulo – **Fundamentação teórica** – foi feita uma revisão dos estudos existentes sobre paisagem urbana, espaços livres, área verde, vegetação urbana, microclima, praças, equipamentos, mobiliário urbano, avaliação pós-ocupação, percepção e apropriação dos espaços públicos que possibilitaram alinhar os conceitos necessários às denominações e classificações adotadas neste trabalho.

O terceiro capítulo – **A cidade de Teresina e as praças do Centro Histórico**, descreve o processo de construção da cidade de Teresina e a formação e reformas das praças centrais.

No quarto capítulo – **Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços livres públicos em áreas centrais urbanas**, são apresentados resultados dos mapas comportamentais, levantamento do espaço físico, e discussão do uso e apropriação destes espaços e das atividades econômicas, em especial as informais, nos espaços das praças.

No quinto capítulo – **Aspectos relacionados ao uso e apropriação de praças em áreas centrais de cidades: transformações e permanências**, foram identificadas as alterações comportamentais do uso da praça desde a sua construção até hoje e os benefícios e/ou problemas ambientais causados pelas atividades exercidas no local

No sexto capítulo – **A influência da vegetação no conforto ambiental de espaços livres em áreas centrais urbanas**, foi discutido a qualidade ambiental de espaços livres urbanos centrais, a partir de medições de temperatura e de umidade do ar.

No último capítulo, **Considerações Finais**, são apresentadas e discutidas as conclusões sobre os resultados obtidos, bem como as sugestões para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta uma abordagem teórica conceitual sobre paisagem urbana, espaço livre público, área verde, vegetação urbana, microclima, praças, equipamentos, mobiliário urbano, avaliação pós-ocupação, percepção e apropriação dos espaços públicos e a urbanização da cidade de Teresina.

2.1 Paisagem urbana

O avanço tecnológico e o desenvolvimento acelerado dos países ricos, através das empresas industriais, provocaram grande crescimento econômico, e paralelamente uma série de efeitos negativos que as gerações passadas não conseguiram resolver e assim, se disseminaram até os dias atuais. Os processos de degradação foram surgindo, como consequência da intensificação da urbanização dentro de vários períodos históricos, embora, o ritmo da deterioração ambiental tenha se acentuado na última metade do século XX.

O homem criou e desenvolveu atividades que deram origem “à poluição, à superpopulação entre outras consequências indesejáveis” (HEIMSTRA; MCFARLING, 1978, p. 3). Dessa forma, a preocupação com os problemas ambientais ganhou destaque nos mais diferenciados cenários do planeta Terra, por volta de 1970, quando se percebeu que os recursos naturais eram finitos. Esta constatação ocorreu devido ao uso abusivo dos combustíveis fósseis, principalmente o petróleo, que era explorado e consumido de forma desmesurada pela sociedade industrial e de consumo. Isso fez com que o homem procurasse novas alternativas de fontes de energia. Nesse período a aceleração dos processos de urbanização modificou a paisagem urbana e a sociedade foi se adequando ao espaço urbano, em que se encontrava inserida.

Sauer (2004) comenta que o homem só se interessa pela paisagem porque faz parte dela, vive e são limitados por ela e a modificam, selecionando apenas aquelas qualidades da paisagem que são e possam ser úteis.

A transformação da paisagem urbana, segundo Lima Neto et al. (2007, p.23), afeta “os elementos naturais como solo, temperatura, umidade, nebulosidade, mecanismos do vento, pluviosidade, flora e fauna”, que são responsáveis pela conforto ambiental do espaço urbano.

Santos (2008, p. 103) define paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. De acordo com Macedo (1999), a paisagem simboliza a expressão

morfológica das diferentes formas de ocupação e de transformação do ambiente em um determinado tempo.

Segundo Carlos (2003, p.38), a paisagem “reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e beber, enfim, do viver”, representando o conjunto de tudo o que forma o espaço público urbano: ruas, calçadas, praças, equipamentos, vegetação, rios.

Para Emídio (2006), a paisagem é bela como criação estética, equilíbrio ecológico e fisiográfico, mas a sua identidade pode se tornar dilapidada da memória individual e coletiva pela perda do patrimônio cultural e natural.

A paisagem urbana é composta da massa construída e dos espaços livres de edificação, estando a qualidade paisagística de uma cidade diretamente relacionada ao equilíbrio entre estes dois componentes e a qualidade individual de cada um deles. Assim, a paisagem é constituída pelo espaço físico natural e ambiente construído, movimentos e relações humanas.

Na análise da paisagem natural fica caracterizada a predominância dos aspectos originais da natureza, como vegetação, recursos hídricos, relevo, clima e fauna. No tocante à paisagem construída ou artificial tornam-se visíveis os resultados da ação do homem no meio ambiente.

Com o crescimento das cidades, a utilização da máquina e a exploração dos recursos naturais pelo homem passaram a ser o fator mais importante nas suas transformações. Nesse cenário, o homem deixa definitivamente de ser dominado para se tornar dominador e seus objetivos se concentram na produção, circulação e principalmente no consumo de bens, sendo a natureza considerada uma fonte inesgotável de recursos.

De acordo com Macedo (1999, p. 13), pode-se atribuir à paisagem urbana três tipos de qualidade:

- Ambiental – que mede as possibilidades de vida e sobrevivência de todos os seres vivos e das comunidades na paisagem existente;
- Funcional – que avalia o grau de deficiência do lugar no tocante ao funcionamento da sociedade humana;
- Estética – que apresenta valores com características puramente sociais, atribuídos pelas comunidades humanas a algum lugar, em um momento do tempo.

A paisagem, sendo uma fonte de percepção por meio dos elementos que compõem a *urbe*, pode ser entendida como as relações entre o homem e o meio ambiente que se altera em razão dos usos que a sociedade faz daquele espaço e não pelo espaço propriamente dito (LANDIM, 2004).

2.2 Espaço livre público

As cidades, do ponto de vista físico, podem ser constituídas de espaços com construções, livres de construção e os de integração urbana (rede rodoferroviária), sendo a distribuição desses três tipos na área urbana importante parâmetro da análise da qualidade de vida (LIMA et al.,1994). Para Sá Carneiro e Mesquita (2000), o espaço urbano, sob o aspecto físico, é geralmente considerado como um complexo de ambientes edificados e espaços livres, resultantes de ações antrópicas institucionalizadas ou não.

Macedo (1995, p. 16) conceitua espaços livres como todos aqueles não contidos dentro das edificações, como “as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas”, os quais são reconhecidos na malha urbana pelos relevantes aspectos de funcionalidade.

Panerai (2006, p.79) coloca que “o espaço público compreende a totalidade das vias: ruas e vielas, bulevares e avenida, largos e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, mas também rios e canais, margens e praias”. Ainda segundo o autor, estes elementos estão organizados em rede, cuja responsabilidade é a distribuição e circulação no espaço urbano, podendo, dessa forma, serem considerados como um sistema espaços livres. A praça, objeto deste estudo, refere-se a um dos elementos do sistema de espaço público urbano, mas que apresenta grande importância no cotidiano das cidades.

Gomes e Chiesa (2006, p.149) afirmam que “o sistema de espaços livres de uso público de uma cidade compreende o conjunto de áreas livres, vegetadas ou não, existentes no ambiente urbano à disposição de sua população para seu usufruto”. Na visão de Barretto (2002, p. 39), estes espaços são por definição aqueles de uso coletivo, quer sejam administrados pelo Estado ou por empresa privada.

Para Leitão (2002), espaços públicos são espaços abertos, de uso comum, que podem ser apropriados livremente pelas pessoas que vivem na cidade e podem ser verdes (parques, jardins, cemitérios, etc.), como não verdes (praças secas, ruas, pátios, etc). A concepção deste espaço fundamenta-se em três idéias: exterioridade (espaço aberto/público), acessibilidade (espaço comum) e significado (valor simbólico/memória).

De acordo com Sá Carneiro e Mesquita (2000), os espaços livres podem ser classificados em:

- Públicos: abertos à população em geral, sob condições pré-estabelecidas pelo poder público e tem as funções de equilíbrio ambiental (reservas ecológicas, parques nacionais, cemitérios etc.), de recreação (parques, praças faixas de praias, etc), de circulação (ruas, viadutos, estacionamento, etc);

• Privados: limita-se tanto ao uso unifamiliar, como ao de uma coletividade específica (clubes sociais, pátios escolares, quintais residenciais, etc).

A rua, como espaço livre, surge em decorrência da criação de sistemas viários se tornando um espaço fundamental para os habitantes de uma cidade. A maioria das pessoas utiliza a rua ou perto dela para trabalhar, andar, viajar, correr, viver e se divertir. Sua principal função é a circulação e, portanto, de encontro. Nos dias atuais, a rua é um dos ambientes urbanos menos saudáveis por não permitir a permanência dos usuários devido à poluição atmosférica causadas, principalmente, pelos automóveis (MACEDO, 1986; SPIRN, 1995).

Os espaços livres têm um importante papel formal e funcional. De acordo com Souza (2003, p. 38 e 39), são funções dos espaços livres:

- A melhoria da qualidade ambiental na cidade com a presença da vegetação que ajuda a reter a poeira urbana, proporcionando sombra, amenizando a temperatura e atraindo a fauna;
- Ampliação da função ecológica através das áreas de proteção ambiental, como reservas e parques, que são asseguradas pela lei nº 9.985, de 18/07/2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- A arborização urbana tem função organizacional, podendo contribuir na orientação e hierarquização das vias nos bairros com a criação de elementos vegetais, pavimentação, iluminação, estacionamentos, mobiliários, etc;
- A função social dos espaços livres ajuda a promover encontros e que muitas vezes estão relacionados ao lazer;
- Estes espaços contribuem para o fortalecimento da identidade local, enfatizando as características na paisagem com seus pontos fortes que contribuem para seu embelezamento;
- Têm grande influência psicológica quando se trata de troca de energias vitais com o meio natural.

Nas cidades, as áreas mais densamente habitadas são as que mais necessitam dos benefícios que os espaços livres proporcionam como a melhoria das condições ambientais e sanitárias, que proporcionam condições de convívio e lazer e atributos estéticos ao lugar (CUNHA, 2002). Estes espaços estão destinados a vários tipos de utilização como caminhadas, práticas de esporte, descanso e contemplação.

Historicamente, os espaços públicos urbanos sofreram modificações no seu uso, principalmente no século XX, nas cidades industrializadas. Gehl e Gemzøe (2002, p. 14) descrevem quatro tipos de cidades e as mudanças na utilização dos espaços públicos.

- A cidade tradicional – onde lugares de encontro, de comércio e circulação continuam coexistir em equilíbrio.
- A cidade invadida – onde usos individuais, geralmente o tráfego de carros, usurpa território à custa de outros usos do espaço urbano.
- A cidade abandonada – onde espaço e vida públicos desapareceram.

- A cidade recuperada – onde grandes esforços são feitos pra encontrar um novo equilíbrio entre os usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação.

Muitos espaços de uso público acabam sendo de uso privado com a introdução de algum mobiliário ou por imposição. Alex (2008, p. 27) exemplifica o espaço público-privado com o largo São Bento, em São Paulo, que teve seu espaço delimitado por um gradil baixo e a instalação de uma escultura no centro do espaço aberto, impedindo outros usos. Em Nova York, o edifício do BankBoston impôs com sua guarda uniformizada do banco a privatização da praça pública que é “raramente usada pelo público”. Alex conclui que “sob o pretexto de ‘embelezamento’ da cidade, o BankBoton não apenas impôs seu gosto estético à população como, especialmente, apossou-se do espaço público

Os espaços livres quando não exercem as suas funções acabam sendo banalizados e dá lugar a estacionamentos, invasão de camelôs, ambulantes e desocupados, impossibilitando, muitas vezes, o fluxo normal dos pedestres. Macedo (1995) comenta que a vida útil de um determinado espaço livre urbano está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário. Quando há falta de identidade entre comunidade e o espaço livre proposto, quando o projeto contempla estruturas que não se relacionam com as aspirações da população local, esses ambientes tornam-se ociosos e abandonados (ALVES et al., 2004). Percebe-se que a rua, a calçada, a praça deixa de ser prioridade de circulação do pedestre para dar lugar aos veículos funcionando como estacionamentos. O pedestre se afasta e abandona estes espaços urbanos centrais que não oferecem acesso e segurança.

2.3 Praças: conceitos, funções e evolução histórica

No âmbito da paisagem urbana, a praça pública se contextualiza de forma fragmentada ou como um todo, com seus atributos formais e estéticos. A paisagem observada nestes espaços é resultado de uma interferência cultural da população, definida por aquilo que a sociedade considera relevante para sua vida urbana, já que a praça sempre esteve presente nas cidades.

São locais de convívio social e de encontro com a natureza, que contribuem para a formação e agregação da sociedade se constituindo em ambientes importantes para manifestações culturais, sociais e políticas. Trata-se de espaços destinados a abrigar festividades, encontros, atividades de troca, sendo um lugar de fácil acesso para a sociedade

realizar as mais variadas funções, em que se podia ver e ser visto, comprar e fazer negócio, política e passear.

Na formação do espaço urbano, as praças têm grande importância na vida social e no traçado urbano. Essa importância se caracteriza desde a ágora grega e o Fórum romano ou mesmo na praça medieval européia. A ágora era o centro da cidade e símbolo de liberdade e ficava no coração das antigas cidades gregas, romanas, das cidades medievais e, também, das aldeias coloniais, assim como das metrópoles modernas. Segundo Hennebo¹ (1979) apud Lima et al. (1994, p. 540)

na antiguidade clássica, talvez o único espaço livre, de uso comum e acessível a todos, tenha sido a Ágora de Atenas que, além de ter sido um local destinado ao culto dos deuses do helenismo, teve também, a função de congregar a população de Atenas, para que se pudesse discutir a política da república.

Assim, ágora era o centro dinâmico da cidade grega que poderia ser chamada, também, de praça do mercado, pois, a atividade comercial exercida no local precisava apenas de fluxo de pessoas para acontecer e de grande movimento. Tuan (1980, p. 207) relata como os atenienses utilizavam este espaço.

A praça do mercado era onde os atenienses desfrutavam o pleno sabor da vida urbana. [...], as mulheres ricas dificilmente apareciam no mercado porque os homens e os escravos faziam as compras e ao mesmo tempo desfrutavam das inúmeras atrações da Ágora. Cada produto tinha sua própria banca, o que permitia aos atenienses marcar encontros com seus amigos nas bancas ‘de peixe’ ou ‘de queijo verde’ ou ‘de figos’. Comprar e vender eram atividades barulhentas. As pessoas pechinchavam sobre preços. [...]. Depois das compras, uma ocupação agradável e ociosa era encontrar-se com os amigos para discutir as notícias do dia, política ou questões abstratas.

A praça do mercado, na Idade Média, “adquire a qualidade de coração da cidade” (GRAEFF, 1986, p. 133). Com esta perspectiva, Zucker² (1959), citado por Robba e Macedo (2003, p. 21), após análise das funções da praça medieval, relatou que na praça de mercado “aconteciam toda a atividade comercial da cidade, normalmente estabelecida em lugar de grande movimento, às vezes na própria rua principal ou em alargamentos adjacentes a ela”. Lamas (2004, p. 154) descreve a praça medieval como “um largo de geometria irregular”, resultado de “um vazio aberto na estrutura urbana” com funções comerciais e sociais.

¹ HENNEBO, D. *Entwicklung des Stadtgrüns von der Antike bis in die Zeit des Absolutismus*. 2 ed. Hannover/Berlin: Patzer, 1979.

² ZUCKER, Paul. *Tow and square: from the Agora to the village Green*, New York: Columbia University Press, 1959.

As praças medievais e renascentistas tinham seus espaços vazios em meio ao tecido urbano onde surgiam desprovidas de vegetação e ladeadas por construções. Estes espaços estavam presentes em pátios de igrejas ou mercados e eram usados para manifestações, festivais e comércio. Germani (2004) relata que as praças medievais cumpriam a função de espaço de manifestações políticas e de qualquer outra forma de expressão do povo.

Para Bakhtin (1999, p. 132) no fim da Idade Média e no Renascimento “a praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘exterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra”. Ferrara (1990, p. 5) complementa esta citação quando considera que a “praça é um espaço livre e público que rompe barreira da vida privada, das normas familiares, dos tabus morais e, sobretudo, da hierarquia social: uma festa, não somente popular, mas um espaço de todos e para todos”.

Mumford (1998) destaca que a função social dos espaços aberto persistiu nos países latinos: *plaza*, *campo*, *piazza*, *grand-place*, tendo como centro de origem a ágora. Segundo Robba e Macedo (2003), os espaços secos, *piazze* e *plazas* da Europa, como Plaza Mayor, em Madri, ficaram conhecidos, no Brasil, como largos, pátios ou terreiros. Comuns nas cidades coloniais, poucos exemplos ainda existem nos dias atuais, como o Pátio de São Pedro, em Recife (Figura 2.1) e o Largo do Pelourinho, e o Terreiro de São Francisco, em Salvador (Figura 2.2)



Figura 2.1: Terreiro de São Francisco, em Salvador
Fonte: ROBBA; MACEDO, 2003, p. 16



Figura 2.2: Pátio de São Pedro, em Recife
Fonte: ROBBA; MACEDO, 2003, p. 16

Marx (1980) refere-se à praça como logradouro público por excelência e que deve a sua existência, sobretudo, aos adros das igrejas, tendo surgido com a precípua função de reunião

de gente e de atividades diversas, diante de capelas ou igrejas, conventos ou irmandades religiosas.

Neste sentido, Lima (2001) considera que, ao longo dos tempos, as praças têm sido o lugar de encontro, de comunicação, de trocas de mercadorias, de festas populares e de manifestações políticas, estando também, associada à idéia de centro da cidade ou do bairro, locais para onde convergem e se concentram seus habitantes.

Como centro dos acontecimentos das cidades, muitas praças tiveram um papel importante na História. Como fatos representativos, De Angelis et al. (2004, p. 57), citam que:

Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo; no Fórum de Roma nasceu o Império homônimo; a Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética; na Plaza de Mayo, Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar; a Praça de Tiananmen, em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989.

No Brasil, a Praça Municipal de Salvador foi a primeira praça cívica que “reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega”. Depois, no Rio de Janeiro, a Praça XV de Novembro (Figura 2.3), “que aliou a igreja que serviu e catedral ao paço dos governantes da colônia Império, embora não tivesse sido para isso concebida” (MAX, 1980, p. 51). Gomes (2007) afirma que a Praça da Sé, em São Paulo, tem um reconhecimento nacional por manter tradições religiosas e comerciais, como, também, palco de manifestações populares

Pode-se citar como exemplo, os comícios das Diretas Já, que ocorreram em várias cidades do Brasil, como na Praça da Sé, em São Paulo, em 25 de janeiro de 1984 (Figura 2.4) reuniu 200.000 pessoas (ALCÂNTARA, 1998). Em 1996 nas escadarias da Catedral da Sé foi palco de uma manifestação silenciosa que ocorria aos domingos onde mães e familiares, com cartazes com fotos das crianças, chamaram a atenção de autoridades e da sociedade para mostrar que o desaparecimento de crianças não era um fato isolado. Com a repercussão foi criado o Movimento Mães da Sé que resultou na fundação da Associação Brasileira de Busca e Defesa a Criança Desaparecida (ABCD).

A Praça Três Poderes, em Brasília, tem um papel de praça cívica, onde se desenvolvem atividades de caráter simbólico como “manifestações, comemorações, passeatas, observação e admiração dos símbolos do poder público, representação das funções de governo, etc.” (ROMERO, 2001, p. 160).



Figura 2.3: Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro
Fonte: ROBBA; MACEDO, 1999, p. 26



Figura 2.4: Praça da Sé, em 1984.
Fonte: ALCÂNTARA, 1998.

Na visão de Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 29), as praças são

[...] espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridas na malha urbana como elemento organizador de circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

Lima et al. (1994) conceituam praça como áreas de pequenas dimensões, destinadas à recreação ativa e passiva. Para Leitão (2002), as praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida cidadina. O modo como são tratadas e o uso que lhes é dada pela população, indicam, claramente, o nível de civilidade de uma determinada cidade, bem como o exercício dos direitos e deveres de cidadania nela vivenciados.

Cada praça tem sua especificidade, ou seja, cada espaço tem utilidade urbanística definida e usos específicos que indicam como as pessoas se apropriam desses lugares que a cidade lhes oferece. Robba e Macedo (2003, p. 17) realizaram estudo sobre praças e suas funções na vida urbana brasileira, e consideraram o uso e a acessibilidade como premissas básicas para conceituá-las. Para os autores, praças são “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Nesta definição, não são consideradas praças os canteiros centrais, rotatórias e taludes vegetados, porque não possuem atividades de lazer e são de difícil acesso, não devendo, portanto, ser considerados como tal.

Em estudo efetivado em praças da cidade de Recife, Leitão (2002) observou além de funções de usos como: estar, descanso, lazer, esporte, contemplação e de festa, destacou também algumas funções urbanísticas desses espaços, sobressaindo às seguintes:

- Ecológica: relacionada com melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo;
- Social: intimamente vinculada à possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população;
- Estética: relacionada com a diversificação da paisagem construída e o embelezamento da cidade.
- Educativa: diretamente envolvida com a possibilidade que essas áreas possam tornar-se ambientes para o desenvolvimento de atividades extra classes e de programas de educação ambiental;
- Psicológica: ocorre quando as pessoas em contato com os elementos naturais dessas áreas relaxam, funcionando como antiestresse.

A importância das praças nos centros urbanos se dá pelas suas funções ecológicas, econômicas e sociais, que podem contribuir para a melhoria das condições ambientais das cidades. Os hábitos de lazer urbano se diversificaram com, primeiro, o rádio e, depois, a televisão, que fixam milhões de pessoas diariamente às suas telas, dentro de suas casas. Ir à praça deixa de ser um hábito de todos para ser um hábito de segmentos e faixas etárias, como: as crianças que são levadas a *playgrounds*, jovens que as utilizam para prática de esportes ou patinar, idosos usam estes ambientes para jogar cartas, e as praças até servem para passeio de animais de estimação como cães (MACEDO, 1999).

No Brasil, o primeiro registro de um espaço aberto e central e com uma função parecida com a Ágora existia na tribo indígena em um local cercado pelas ocas formando um círculo, cujo centro, servia para as reuniões, festas e ritos (DE ANGELIS et al., 2004).

No período da colonização a praça estava associada aos adros das igrejas onde as atividades locais de interesse comum eram realizadas, como as festas religiosas, cívicas, recreativas e atividades de comércio como as feiras e mercados (REIS FILHO, 2000). Este espaço público que é uma herança da colonização portuguesa, já nascendo com um forte caráter religioso, teve sua gênese nos largos e adros de igrejas das cidades coloniais, onde os espaços secos existentes em frente aos templos serviam para a realização de muitas atividades da cidade colonial como os autos-de-fé, saída e chegada de procissões, comércio informal, encontros e passagem.

O Passeio Público do Rio de Janeiro é considerado um marco na organização de espaços livres e públicos existentes no Brasil. O vice-rei D. Luís de Vasconcelos, entre 1779 e 1783, incumbiu o escultor e arquiteto Valentim da Fonseca e Silva, Mestre Valentim, de

traçar um projeto, que adquiriu posição de destaque na construção da paisagem urbana do Rio de Janeiro setecentista, pois dotou a cidade com o primeiro jardim público. Pela primeira vez, o governo colonial se preocupou com a construção de um espaço livre moderno destinado especificamente ao lazer urbano. Era um espaço destinado à população, que podia usufruir do espaço ajardinado, além de desfrutar da sensação de arrefecimento causado pela vegetação (ROBBA; MACEDO, 2003). O Passeio Público era diferente dos espaços abertos do urbanismo colonial, pois “como um insubordinado da hierarquia colonial, era um monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo” (SEGAWA, 1996, p. 77).

Com o passar dos anos, a figura da praça ajardinada foi literalmente integrada em nosso espaço urbano, sendo que o lazer contemplativo foi considerado como um de seus usos mais importantes pela população. Porém, no início do século XX as cidades se transformaram em grande centro migratório devido ao êxodo rural. Com este fato, as áreas com vegetação dentro das cidades se tornaram atributos funcionais indispensáveis no espaço urbano e as praças se tornaram um espaço valorizado pela população.

Com o avanço da urbanização as praças passaram a ter novos usos, como prática de esporte, recreação infantil, anfiteatro e o lazer ativo. Com o início do Ecletismo, em 1783, os espaços livres tinham uma visão romântica, onde a imagem do paraíso perdido era recriada com as funções de contemplação, passear e flunar. As mudanças foram surgindo no Modernismo, a partir de 1934, quando foram inserida quadra de esporte e *playground*, incentivando a atividade ativa nestes espaços, além da atividade passiva, já existente. No Modernismo a vegetação nativa é bastante valorizada resgatando a postura nacionalista (MACEDO, 1999).

2.3.1 Qualidade ambiental das praças

Os problemas que as cidades enfrentam a partir de um determinado estágio de crescimento são bem conhecidos devido, principalmente, ao adensamento populacional, déficit habitacional, poluição do ar, das águas e visual, carência de infra-estrutura básica, dificuldades de locomoção, sócio-econômicos e desequilíbrio ambiental, que interferem negativamente na qualidade de vida dos habitantes.

O conceito de qualidade ambiental urbana está intrinsecamente ligado ao de qualidade de vida urbana e refere-se à capacidade e às condições do meio em atender às necessidades de seus habitantes. Vargas e Ribeiro (2001) comentam que a qualidade do meio ambiente deva ser julgada mediante valores da sociedade e que as avaliações da qualidade de vida devam

iniciar-se pela caracterização do meio urbano (história, cultura, socioeconômico, recursos disponíveis, aspectos físicos, elementos poluentes entre outros).

No Brasil, com a intensa urbanização e os problemas que acarretam, existe a preocupação cada vez maior com a melhoria da qualidade de vida nas cidades e, conseqüentemente, com a estruturação dos espaços livres no contexto urbano.

Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000), na Europa, principalmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a recente intensificação dos debates em torno da importância dos espaços livres, fica ressaltado o reconhecimento da necessidade desses espaços, em quantidade e qualidade, nos centros urbanos. As autoras classificam vários tipos de espaços livres de acordo com a função primordial, entre estes estão os espaços livres de equilíbrio que são predominantemente vegetados e cumprem a importante função de elevar a qualidade ambiental e visual das cidades, ajudando a melhorar as condições higiênicas e de saúde pública e apoiar descanso e a recreação de seus moradores.

Assim, espaços livres e áreas verdes podem exercer um importante papel na identidade dos lugares, muitas vezes ressaltando as características físicas das cidades, ou atuando como limites de áreas urbanizadas.

O questionamento sobre qualidade de vida surge segundo Gonçalves (2007, p. 82), “no momento em que a massificação do consumo, a concentração da riqueza e a degradação ambiental contribuem grandemente para o empobrecimento das maiorias e para as limitações do Estado em prover os serviços básicos para a população crescente [...]”. Para Leff (2001) a qualidade de vida está relacionada com a qualidade do ambiente e depende dele para se chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável, através da conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, da valorização e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica do habitat. Ainda, segundo o autor, a qualidade de vida estaria associada com as formas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização, buscando-se satisfazer as necessidades e aspirações derivadas do consumo através dos processos de trabalho, funções criativas e atividades recreativas.

WHOQOL – BREF (1998, p. 5) definiu qualidade de vida como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações"³. O termo “qualidade de vida” possui uma relação direta com o bem-estar, sendo usada, também, para

³Tradução livre do autor: *Quality of life is defined as individuals' perceptions of their position in life in the context of the culture and value systems in which they live and in relation to their goals, expectations, standards and concerns.*

descer valores ambientais e humanos, que são percebidos pelo indivíduo. Para Steinberger (2001, p. 23) “a qualidade da vida urbana é, geralmente, rotulada como qualidade de vida, qualidade de serviços ou qualidade ambiental”.

Nesse sentido, Vargas (1999) comenta que o conceito de qualidade ambiental urbana (ou de vida urbana) vai além dos conceitos de salubridade, saúde, segurança, bem como das características morfológicas do sítio ou desenho urbano. Incorpora, também, os conceitos de funcionamento da cidade fazendo referência ao desempenho das diversas atividades urbanas e as possibilidades de atendimento aos anseios dos indivíduos que a procuram. O autor considera um somatório de fatores que interferem na maneira como se define a qualidade ambiental urbana, destacando quatro aspectos: espaciais, biológicos, sociais e econômicos. Em relação aos aspectos espaciais, é considerado o bem-estar, relacionado à vegetação, aos espaços livres e à tranquilidade, e em relação à acessibilidade, considera o sistema viário e transporte.

As praças, como espaços livres públicos, podem trazer inúmeros benefícios para a melhoria na qualidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, favorecendo o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Alguns autores comentam sobre a qualidade das praças e sua relevância como um ambiente da cidade.

A praça, delimitada pelas fachadas das edificações que a circundam, é um espaço pleno de significados e com ambiência própria. No sentido restrito, praça é um local fechado – ou um interior aberto – ao qual se aplica a noção de lugar, possuindo alto conteúdo simbólico. Seus efeitos ambientais, geralmente amenizadores dos microclimas próximos, influenciam o consumo energético dos conjuntos arquitetônicos vizinhos (MASCARÓ, 1996, p.155).

A vegetação é componente que integra um valor ambiental indiscutível, já que a sua presença nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade.

O valor simbólico destes espaços é importante como referencial para a paisagem urbana que de acordo com Leitão (2002, p. 27) “costumam ser reconhecidos graças à importância que têm tanto para a memória coletiva da cidade como para a vida pessoal”. Segundo a autora, a memória coletiva pode ser facilmente compreendida quando se percebe que é nesses espaços

que a história urbana se torna palco para acontecimentos singulares. É necessário que as praças sejam reconhecidas e valorizadas ao longo do tempo, por gerações sucessivas.

2.4 Importância das áreas verdes

A Revolução Industrial fez com que o homem migrasse do campo para a cidade em busca de uma melhor condição de vida, moradia e trabalho, ocasionando o crescimento e expansão das cidades. O crescimento acelerado e desordenado das cidades fez com que áreas que não eram adequadas para a moradia foram sendo ocupadas sem a menor infra-estrutura e planejamento. A vegetação nativa foi retirada para a expansão urbana.

Longe o campo e da vida ao ar livre, o homem passou a viver longe da natureza, em habitações de espaços reduzidos e sujeitos a uma grande jornada de trabalho. Dessa forma, houve a necessidade de se criar espaços para, de acordo com Paiva e Gonçalves (2002, p. 10), “atenuar as agruras de uma vida de muito trabalho e pouca diversão”.

Bartalini (1995) relata que foi a partir do séc. XIX, na Inglaterra, que as áreas verdes e espaços livres começaram a fazer parte do planejamento urbano com o objetivo de minimizar as péssimas condições de vida dos trabalhadores proporcionando uma melhor qualidade de vida. Neste cenário, a utilização das áreas verdes proporciona lazer para a população, além de “amenizar os efeitos causados pela intensa densificação do ambientes urbanos” (FEIBER, 2004, p. 94). Kliass (1993, p. 19) conclui que “ao mesmo tempo, o parque vai atender á necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas, compensando as massas edificadas”.

Na cidade, a área verde é representada, em sua maioria, por parques urbanos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, especialmente cobertura vegetal, destinados à recreação, lazer e conservação da natureza, sendo de grande importância para a saúde física e mental das populações urbanas.

Desde tempos remotos o homem procura manter o contato com a natureza, por meio da incorporação de jardins aos espaços construídos das cidades. Neste sentido, Spirn (1995, p. 45) afirma que no século VII a. C. o rei assírio Senaqueribe

construiu um parque para os cidadãos de Nínive; no século XIX, as cidades reservaram grandes porções de bosques e prados para a educação, saúde e recreação de seus habitantes. Filósofos da antiga Atenas reuniam seus discípulos em jardins arborizados; os habitantes das cidades do século XVII passeavam por alamedas margeadas de árvores. Moradores das cidades medievais européias cuidavam de numerosos jardins dentro dos muros das cidades, da mesma forma que os jardineiros urbanos cultivam atualmente pequenos canteiros em coberturas, terraços e terrenos baldios.

Kamen (2003, p. 267) relata que os jardins paisagísticos de Flandres, na Espanha, foram introduzidos pelo rei Filipe II, em 1559, quando passou uma temporada nos Países Baixos e “descobriu, pela primeira vez, o prazer de infinitos jardins paisagísticos e a possibilidade de combinar o campo com palácios”. Filipe ficou conhecido pelo seu amor pela natureza, tornando-o “um dos primeiros governantes ecologistas da história européia”.

Na Inglaterra, no século XVII, o acesso público ao Hyde Parque, em Londres, foi permitido pela Coroa. Com isso, as áreas particulares foram abertas durante algumas horas em dias determinado para a visitação pública. No século XVIII, na França, propriedades reais, como o jardim das Tuilleries em Paris, também foram abertas ao uso público (BARTALINI, 1995).

No Brasil, século XIX, com a entrada da cultura francesa e inglesa se deu início ao estabelecimento de grandes parques urbanos dando, assim, uma função utilitária nas zonas urbanas (GEIGER, 2005).

Para Menezes (1996), as áreas verdes têm a finalidade de melhorar a qualidade de vida e de contribuir, assim, de várias formas, utilizando-as como áreas de lazer, preservação ambiental, encontro sociais, construção da paisagem urbana, disciplinarização do uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, equilíbrio climático, exploração turística, etc. Desempenham, também, funções que contribuem para a qualidade do meio ambiente urbano, principalmente nas condições de conforto ambiental devido à sua cobertura vegetal. Também, são elementos essenciais para o embelezamento da paisagem urbana e de valorização destes espaços.

Cavalheiro et al. (1999) consideram a área verde um tipo especial de espaço livre. Para os autores a área verde deve ocupar, no mínimo, 70% de cobertura vegetal em solo permeável (sem laje), o elemento fundamental de composição é a vegetação, servir à população, propiciando uso e condições de recreação e desempenhar as funções estética, de lazer e ecológico-ambiental. Segundo o conceito de Geiger (2005), área verde é um tipo especial de espaço livre que se aplica a diversos tipos de espaços urbanos, onde a vegetação está geralmente presente e favorece a qualidade de vida urbana através do descanso da agitação urbana, à nostalgia pela origem natural, além de uma projeção de estética e de cultura. Existem vários trabalhos que discutem os termos utilizados na definição de áreas verdes urbanas, que segundo Lima et al. (1994), merecem destaque os termos que sucedem:

- Área verde: local onde há predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos, além de canteiros centrais de avenidas, trevos e rotatórias e vias públicas;

- Parque urbano: representa áreas verdes, com função ecológica, estética e de lazer, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos;
- Praça: como área verde, tem a função de lazer. Pode não ser considerada área verde, quando não há vegetação e encontra-se impermeabilizada;
- Arborização urbana: é caracterizada pela presença de elementos vegetais de porte arbóreo, dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes.

Macedo (1995, p. 16) conceitua o termo espaço verde como toda área urbana ou porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação. O autor atribui ao espaço verde um valor social vinculado “ao seu utilitarismo em termos de áreas de produção de alimentos, ao interesse para a conservação ou preservação de conjuntos de ecossistemas ou mesmo de um único ecossistema, ao seu valor estético/cultural e mesmo à sua destinação para o lazer ativo ou passivo”. Alguns espaços livres possuem uma cobertura vegetal significativa que vão de simples canteiros, praças, bosques até parques urbanos. Para Lima et al. (1994, p. 348), a praça, “como área verde, tem a função principal de lazer”, podendo “não ser considerada área verde quando não tem vegetação e é impermeabilizada”.

Para uma cidade a presença de árvores em praças deixa de ser apenas um elemento decorativo para contribuir com uma melhor qualidade ambiental urbana. As praças, parques e áreas de proteção, quintais, jardins e áreas privadas, no contexto urbano, de fazem parte das áreas verdes públicas com uma menor escala.

2.4.1 Vegetação e microclima urbano

As cidades são diferentes entre si em diversos aspectos como na morfologia, na topografia, no relevo, no clima, na vegetação, mas apresentam alguns elementos em comum, como as zonas residenciais, industriais e comerciais, o sistema viário, as praças e espaços livres.

Os processos de urbanização têm provocado alterações no ambiente urbano com a ocupação desordenada do solo, o aumento das áreas construídas, o adensamento populacional e a diminuição de espaços verdes, tendo como consequência as interferências no microclima das cidades. Spirn (1995, p. 68) comenta que

na cidade, concreto, pedra, tijolo e asfalto substituem a cobertura vegetal natural do campo. Esses materiais absorvem o calor mais rapidamente e o mantêm em maiores quantidades do que as plantas, o solo e a água que compõem a florestas, os campos e os lagos.

A vegetação tem papel fundamental na mitigação dos efeitos negativos que a urbanização provoca e na melhoria das condições ambientais. A partir do século XIX o verde urbano deixa de ter apenas “uma função de dar prazer à vista e ao olfato”, para assumir também uma função utilitária, principalmente nos centros urbanos densamente povoados (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p. 126).

As árvores foram veneradas pelas civilizações antigas, especialmente na Pérsia e na Assíria, onde representavam o símbolo da vida eterna, fazendo parte da religião. No parque existente. Em Nínive, na Mesopotâmia, os meninos aprendiam como parte da educação a arte do plantio de árvores (SPIRN, 1995). A vegetação é um atrativo nestas praças porque ela age simultaneamente sobre o lado físico e mental do homem, psicologicamente atenua o sentimento de opressão em relação às grandes edificações e contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético nas pessoas, entre outros benefícios (LOBODA; DE ANGELIS, 2005). A vegetação tem a potencialidade de estimular os cinco sentidos, sendo a visão o primeiro sentido a ser estimulado.

A arborização urbana colabora para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, pois age simultaneamente sobre os aspectos físicos, sociais e psicológicos do ser humano, reduzindo ruídos e o calor, criando efeitos estéticos e atenuando, inclusive, o sentimento de opressão do homem frente aos problemas das grandes cidades.

A vegetação urbana tem várias funções, como:

- melhorar a qualidade do ar através da fotossíntese
- absorver as partículas sólidas (poeira) em suspensão no ar;
- absorver ruídos (barreiras acústicas);
- amenizar a temperatura (proteção térmica);
- exercer função paisagística;
- fornecer abrigo e alimentação aos animais capazes de se adaptarem ao meio urbano;
- agir sobre o bem-estar físico e psíquico do homem;
- valorizar o aspecto visual e ornamental do espaço urbano;
- ter caráter pedagógico. (GOMES e SOARES, 2003; MASCARÓ, 1996).

Desde 1950, o clima urbano foi amplamente estudado em países localizados nas latitudes médias. No Brasil, a partir de 1970, ganhou importância devido aos problemas ambientais decorrentes da acelerada urbanização (SILVA; RIBEIRO, 2006).

O aumento do calor nas áreas urbanas tem se intensificado, devido à impermeabilização do solo pela pavimentação das ruas e pela concentração de edificações, favorecendo as “ilhas de calor”, caracterizadas pelo aumento da temperatura, decorrente da captação de calor proveniente da pavimentação e dos prédios e da redução da energia utilizada nos processos de evapotranspiração que são realizadas pela vegetação.

A vegetação urbana, mesmo considerando-se pequenas áreas arborizadas, atua sobre os elementos climáticos, influenciando o microclima urbano, que é muito sensível a fatores como desmatamento, presença de barragens; e, particularmente sensível às grandes aglomerações urbanas. Segundo Lamas (2004), a simples presença de vegetação em logradouros públicos e privados são de grande importância na forma urbana, no controle do clima e qualificação da cidade.

Segawa (1996) relata que a utilização de árvores em praças não era usual na Idade Média e continuou, assim, no período seguinte. Para o autor, a prática de plantio foi constatada com os belgas de Antuérpia, no século XVI, que possuíam uma catedral com uma área ornamentada, conhecida como Place Verte ou Groenplaats. Em 1578, na mesma cidade, o Conselho Municipal determinou que nos passeios fossem plantadas três linhas de árvores, o que mostra a preocupação dos governantes locais com a necessidade da presença de espécies vegetais nas áreas públicas da cidade. Para Spirn (1995) as praças públicas arborizadas são lugares agradáveis, por minimizar o calor e evitar o frio, como, também, lugares raros e muito apreciados pela população.

Mascaró et al. (2001) explica que nas áreas rurais a planta usa a umidade para controlar sua própria temperatura, transformando o excesso em vapor de água, refrescando, assim, o ar que as rodeia. Enquanto que, nas áreas urbanas, as plantas são substituídas pelo asfalto, tijolo e concreto, não havendo o cuidado de se fazer o replantio em espaços apropriados, como praças, canteiros centrais, rotatórias, fato que contribui, efetivamente, para o aumento de temperatura. Nas áreas urbanas, a presença de arborização em espaços públicos livres, além de embelezar, melhora a qualidade do ar e ajuda a minimizar os efeitos da ilha de calor.

Para Alvarez (2004), a vegetação possui as funções no meio urbano de lazer, ecológica e estética. Segundo Spirn (1995), a árvore foi venerada pelas civilizações antigas, especialmente na Pérsia e na Assíria, onde ela era o símbolo da vida eterna, possuindo caráter religioso. Gonçalves et al. (2004, p. 480) relatam que foi em 1660, em Paris, que surgiram as primeiras ruas arborizadas “com o objetivo de embelezar a cidade e proteger os movimentos militares, além de servirem como material de barricadas”. Para o autor, arborizar é uma atividade onerosa que requer um planejamento adequado evitando, assim, correções futuras.

A moderna abordagem da questão da vegetação urbana não mais está restrita à função meramente acessória dentre os elementos que compõem o espaço urbano, devendo sua importância de caráter estrutural estar presente no planejamento integrado da cidade e no modelo adotado, com seus prós e contras, constituindo uma opção definida pela sociedade. Quando é implantada de forma mal planejada ou mal conduzida pode acarretar, dentre outros, os seguintes problemas: interrupções no fornecimento de energia; perda da eficiência da iluminação pública; entupimento de calhas e bueiros; danos aos muros e telhados e dificuldade para a passagem de veículos ou pedestres. Mascaró e Mascaró (2002) comentam que a vegetação pode provocar diversos inconvenientes pela falta de conhecimento sobre que espécie plantar em determinados locais, como as calçadas, avenidas, ruas.

Piveta e Silva Filho (2002, p. 10) sugerem a diversificação das espécies em praças, parques, jardins e ruas, visando “evitar monotonia e criar pontos de interesses diferentes dentro da malha urbana, bem como, evitar problemas com pragas e doenças”. Os autores recomendam ainda que a “população de indivíduos por espécies não ultrapassem de 10 ou 15% da população total”, sem deixar de existir uma uniformidade dentro do espaço.

Assim, torna-se fundamental o planejamento urbano adequado e tecnicamente bem executado, havendo constantes avaliações e manutenção efetiva da vegetação para que se tenham os efeitos ambientais e paisagísticos desejados e a convivência harmoniosa dos cidadãos com as árvores.

2.5 Mobiliário e equipamentos urbanos

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004, p. 3) define mobiliário urbano como “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, que são implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados”, como os bancos, telefones públicos, lixeiras, iluminação pública, arborização, sinalização, entre outros aspectos. Neste contexto, equipamento urbano é definido como todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados, como as bancas de revistas, playground, mesas de jogos, banheiros públicos, entre outros.

O IBAM (1996, p. 11) define mobiliário urbano com uma “coleção de artefatos implantados no espaço público da cidade, de natureza utilitária ou de interesse urbanístico, paisagístico, simbólico ou cultural”.

O mobiliário urbano e sua disposição em ambientes construídos são projetados com a finalidade de atender os objetivos funcionais como os comportamentais (HEIMSTRA; MCFARLING, 1978). Nascimento (2005) classifica mobiliário em:

- Mobiliários de serviços: telefone público, caixa de correio, lixeiras, luminárias, abrigo de ônibus, cabines policiais, banheiros públicos.
- Mobiliário de comercialização: bancas de jornal, quiosques, barracas de vendedores ambulantes, cadeiras de engraxate.
- Mobiliário de lazer: bancos, mesas de jogos, brinquedos infantis, quadra de esporte, campo de futebol, pista de *skate*, equipamento de musculação, pista de ciclismo e caminhada.
- Mobiliário de sinalização: placas informativas, placas de trânsito e sinalização de semáforo.

Os elementos decorativos, como os monumentos, estátuas, esculturas, bustos e fontes também têm um valor afetivo e simbólico por representar a história e a memória urbana. Para Leitão (2002, p. 70), este tipo de mobiliário urbano detém o imaginário popular e precisam ser respeitados por fazerem “parte da memória coletiva da cidade”.

O mobiliário urbano tem grande importância para o desenho da cidade, na sua distribuição, na qualidade do espaço e na comodidade, devendo atender às necessidades humanas providas do crescimento urbano, a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

De acordo com Leitão (2002), o mobiliário urbano no espaço público, destina-se a oferecer comodidade e conforto aos habitantes, notadamente o pedestre, complementando desse modo, o ambiente construído no qual estão inseridos. Para Del Rio (1990), mobiliário urbano é o sistema formado pelos elementos complementares ao funcionamento da cidade, sendo às vezes temporários, como os telefones públicos, bancos, lixeiras, arborização, iluminação pública, sinalização, os quais devem estar perfeitamente adequados ao contexto do ambiente, congruentes com os sistemas de comportamento social considerando-se, também, as necessidades físico-ergométricas dos usuários. Já os equipamentos urbanos, correspondem às quadras poliesportivas, bancas de revistas, equipamentos de ginástica, playground, mesas de jogos, caramanchões, banheiros públicos e vestiários. Estes devem atender as necessidades dos usuários estando em sintonia com a paisagem local, gerando conforto visual que contribui para a assimilação desse espaço e, conseqüentemente, para a sua preservação por parte dos usuários.

O mobiliário urbano, diferente do mobiliário doméstico, é usado pelo cidadão, que não o adquire, “sendo necessário que se estabeleça uma compreensão do que seja o objeto urbano em questão, já que esse entendimento ajudará o cidadão a utilizá-lo de modo mais adequado, tirando proveito das suas funções” (MONTENEGRO, 2005, p. 31).

Nos espaços públicos, o mobiliário urbano faz parte da composição paisagística onde o cidadão faz uso, sendo necessário que se estabeleça uma compreensão do que seja o objeto urbano em questão, já que esse entendimento ajudará o cidadão a utilizá-lo de modo mais adequado. Os usos e funções vão surgindo de acordo com as necessidades de seus cidadãos tais como o descanso, a prática de jogos, a comunicação, a limpeza, a limitação e ordenação dos espaços para pedestres, entre outros. As praças, como espaço público, são símbolos de lazer e descanso, onde é possível encontrar bancos, iluminação, brinquedos, fontes, estátuas, marcos e coretos.

2.6 Avaliação Pós-Ocupação (APO)

A Avaliação Pós-Ocupação (APO), embora seja um conceito relativamente recente, representa um novo campo de conhecimento para a arquitetura, o urbanismo e a engenharia no Brasil, que está relacionado com a percepção de desempenho de edificação ou ambiente construído e, influencia a elaboração de códigos de obras, levando em conta a satisfação dos usuários.

De acordo com Ornstein e Romero (1992), a APO é uma metodologia de avaliação de desempenho de ambientes construídos que se diferencia por priorizar os aspectos de uso, operação de manutenção, considerando essencial do ponto de vista dos usuários, *in loco*. Pode-se considerar o ambiente construído como o edifício, o espaço público coberto ou descoberto, a infra-estrutura urbana, a cidade ou, ainda, a região.

Rheingantz et al. (1997, p. 1) conceitua APO como um processo sistemático e rigoroso de avaliação de edifícios, após determinado tempo da sua construção. Azevedo et al. (2007) destacam que a APO representa um processo multidisciplinar dirigido e rigoroso de avaliação do edifício, tendo como objetivos fundamentar e programar reformas ou novos projetos além de monitorar o desempenho da edificação.

A APO é um método que surgiu em decorrência do desenvolvimento de estudos investigativos dos efeitos do meio-ambiente construído no comportamento e desenvolvimento dos usuários e tem como objetivo diagnosticar aspectos positivos e negativos do ambiente em uso, a partir de avaliações de fatores funcionais, estéticos, econômicos e comportamentais. É, também, uma alternativa metodológica utilizada por pesquisadores da área Ambiente-

Comportamento para avaliar o desempenho de ambientes construídos e ocupados por um período de tempo, que através de uma avaliação rigorosa e sistemática podem-se aferir os erros e acertos encontrados no projeto a partir do ponto de vista dos usuários. Com tais avaliações, podem-se estabelecer recomendações que minimizem ou corrijam problemas detectados no ambiente em questão, que seja do patrimônio público ou privado. A partir da análise, podem-se promover ações ou as intervenções que propicie a melhoria da qualidade de vida dos usuários do ambiente construído e com isso produzir um banco de dados com informações gerando conhecimento sobre o ambiente e as relações ambiente-comportamento. (REIS e LAY, 1995; ORNSTEIN e ROMERO, 1992).

Preiser et al.⁴ (1988) apud Reis e Lay (1995), sugerem que a avaliação de desempenho de ambientes construídos possa ser sistematizada e classificada segundo grupos de elementos desempenho, como os elementos funcionais (relativas a aspectos físicos ambientais, geralmente executados por meio de levantamentos físicos e medições) e comportamentais (realizadas através da aplicação de questionários, entrevistas e observações comportamentais que indiquem as atitudes e satisfação dos usuários em relação aos elementos avaliados).

Os ambientes construídos em uso como as praças necessitam de avaliação de desempenho, que segundo Ornstein e Romero (1992), pode haver, dois tipos de avaliação do ambiente construído como:

- Avaliação técnica: abrange ensaios em laboratórios ou *in loco*, com ou sem controle das condições ambientais de exposição;
- Avaliação comportamental: ressalta o comportamento do ser humano em relação ao ambiente construído e vice-versa, sendo importante analisar os métodos de avaliação de desempenho a partir da coleta de opiniões de usuários.

Heimstra e McFarling (1978, p. 5) definem comportamento como “qualquer forma de atividade observável, seja diretamente ou com auxílio de instrumentos”. Reis e Lay (1995, p. 17) definem mapa comportamental como o “registro de categorias de usuários segundo seus comportamentos e o local onde eles acontecem”. Pinheiro et. al. (2008, p. 83) apud Ittelson, Rivlin e Proshansky⁵ (1970) define mapa comportamental como “um documento empírico que corresponde à representação gráfica das localizações e comportamentos das pessoas no espaço, possibilitando a análise crítica dessas atividades e sua comparação com aquelas que estavam planejadas para o local”.

⁴ PREISER, W.F.E et al. *Post-Occupancy Evaluation*. New York, Van Nostrand Reinhold.

⁵ ITTELSON, W.H.; RIVLIN, L. G.; PROSHANSKY, H. M. The use of behavioral maps in environmental psychology. In: ITTELSON, W.H.; RIVLIN, L. G.; PROSHANSKY, H. M. (Orgs.). **Environmental psychology**: man and his physical setting. Nova York: holt, Rinehart e Winston, p. 658-668, 1970.

Para Del Rio (1995, p. 96) os estudos comportamentais “tentam compreender as inter-relações do homem com os ambientes e as paisagens”, admiti-se, também, que as paisagens destes ambientes podem influenciar nos comportamentos “específicos, individuais e de grupo, inconscientes ou conscientes”.

Os espaços públicos e abertos, como as praças, podem ser tratados e analisados pela APO, pois esta metodologia atende tecnicamente o grau de satisfação dos usuários. Para avaliar o desempenho ambiental destes espaços são levadas em conta as funções do projeto, satisfação das necessidades, percepções e expectativas dos usuários.

A utilização do mapa comportamental registra o comportamento dos usuários e locais mais utilizados com o auxílio de uma planta baixa. Esta técnica de observação dá uma melhor compreensão do uso e do funcionamento de ambientes construídos ao investigador.

2.7 Percepção e apropriação dos espaços públicos

Estudar as relações do comportamento individual e coletivo do homem com o meio ambiente faz parte das ciências sociais (sociologia, antropologia, geografia humana) e psicologia ambiental que é uma área de conhecimento da Psicologia. O estudo da psicologia ambiental nasceu nos Estados Unidos nas décadas de 40 e 50, sendo pioneiros os psicólogos Roger Barker e Herbert Wright. Wiesenfeld (2005, p. 53) define psicologia ambiental como uma disciplina “que estuda as transações entre as pessoas e seus entornos, com vistas a promover uma relação harmônica entre ambos, que redunde no bem-estar humano e na sustentabilidade ambiental”.

Ambiente é considerado tudo o que circunda o indivíduo, que está em seu entorno. Perceber como o homem utiliza o ambiente em seu entorno é um ponto essencial para a observação em mapas comportamentais utilizado pela Avaliação pós-Ocupacional (assunto já comentado anteriormente).

Günther e Rozestraten (1993) comentam que a abordagem da relação ambiente-comportamento constituiu um dos elos entre as vertentes: a atenção ao lugar e a localização do indivíduo diante dos elementos do seu ambiente. Lee (1977, p. 13) reforça que “a experiência do meio ambiente através da sensação e da percepção deixa um resíduo de conhecimento, ou de ‘cognições’, no sistema nervoso central”. Os resultados destes estudos se dão através da observação, do perceber, visualizar e registrar o comportamento das pessoas no espaço construído. Revela até que ponto as pessoas se identificam com o espaço, o local escolhido, se há um significado espacial para permanecer em um determinado local.

O termo "percepção" vem do latim *percipere* que significa compreender, dar-se conta. Para os autores Tuan (1980) e Del Rio (1999), percepção é uma resposta aos estímulos ambientais que ocorrem através de dois tipos de mecanismos: os perceptivos dirigidos por estímulos externos, através dos sentidos (visão, paladar, tato, olfato e audição); e os cognitivos, por meio do qual o homem obtém, armazena e utiliza a informação. A visão, entre os cinco sentidos, ocupa aproximadamente 87% das atividades por ser ágil e móvel por passear “à vontade sobre os elementos que estão diante de si, sejam eles próximos ou distantes” (ABBUD, 2006, p. 16).

Reis e Lay (2006) conceituam percepção como uma experiência exclusivamente sensorial do indivíduo caracterizada pelos valores que o homem dispõe sobre o ambiente. Para Penna (1993, p. 11) “perceber é conhecer, através dos sentidos, objetos e situações”.

Os espaços públicos têm a função básica de possibilitar a circulação, permitindo a apreensão, compreensão e o uso da forma urbana. As concentrações de pessoas em espaços públicos não se limitam apenas nas funções, mas também na qualidade e no significado destes espaços para a população. As relações entre o indivíduo e o meio que o rodeiam são regidas pelo mecanismo perceptivo e todo o conhecimento é necessariamente adquirido através da percepção. Dois indivíduos percebem uma cidade ou um espaço de modo diferente. Se circular de automóvel, percebe-se de uma forma distinta de quando estiver andando ou pedalando (VARGAS; RIBEIRO, 2001).

Segundo Cavalcante e Maciel (2008) o processo de percepção visual é entendido, como uma seqüência de eventos internos que se inicia com a visualização do ambiente e termina na representação mental desse ambiente. O homem só percebe aquilo que está preparado para perceber, sendo que de todos os sentidos, a visão se destaca. Tuan (1980, p. 114) comenta sobre como o ambiente construído afeta o homem.

O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana. É verdade que, mesmo sem forma arquitetônica, as pessoas são capazes de sentir a diferença entre interior e exterior, fechado e aberto, escuridão e luz, privado e público.

Para um espaço ser apropriado o acesso é fundamental, “entrar em um lugar é a condição inicial para poder usá-lo” (ALEX, 2008, p. 25). Apropriar-se de um espaço é interagir socialmente desenvolvendo “uma atividade específica, dando-lhe uma identidade” (YAMADA, 2004, p. 111). Para o espaço público exercer a função de interação e convívio social não pode haver barreiras físicas e, sim, ser um espaço atrativo e convidativo que favoreça o uso pela população.

Para Carr⁶ (1995) apud Alex (2008, p. 25) existem três tipos de acesso ao espaço público:

Acesso físico refere-se à falta de barreiras espaciais ou arquitetônicas (construções, plantas, água, etc.) para entrar e sair de um lugar. [...]

Acesso visual, ou visibilidade, define qualidade do primeiro contato, mesmo a distância, do usuário com o lugar. [...]

Acesso simbólico ou social refere-se à presença de sinais sutis ou ostensivos, que sugere quem é e quem não é bem-vindo ao lugar. [...]

O espaço urbano é construído pelos meios de apropriação dos habitantes que se identificam com o lugar e deixam suas marca. Para Yamada (2004, p. 111) “todas as relações que envolvem usuário e meio, sejam estas culturais, antropológicas ou históricas, determinam a formação do espaço”. Gonçalves (2007, p. 27) completa que um sujeito adapta “um espaço às suas próprias necessidades”, dando-lhe características próprias “pela dimensão simbólica, ao mundo interno do sujeito que o recria no processo de apropriação”. O usuário tem que interagir com o espaço, onde ele atua como moldador do espaço, tornando-o receptivo.

⁶ CARR, S. et al. **Public space**. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

3 A CIDADE DE TERESINA E AS PRAÇAS DO CENTRO HISTÓRICO

A cidade de Teresina, cujo nome foi uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina, está situada à margem direita do rio Parnaíba, sendo banhada também pelo rio Poti, apresentando a posição geográfica de 5°05'12" de latitude sul e longitude oeste de 42°48'42" (Figura 3.1). Devido a esta proximidade à linha do Equador, os raios solares atingem à cidade com o ângulo muito próximo a 90°, permitindo que a cidade receba intensa radiação e apresente temperaturas elevadas, na maior parte do ano (CASTELO BRANCO, 2003).

A área onde se implantou a cidade de Teresina teve e tem até hoje predominância do comércio. Com o passar dos anos a cidade foi-se expandindo e o Centro tornando-se cada vez mais comercial, “tendo sido proibido, durante vários anos, o uso habitacional em novas edificações projetadas” (TERESINA, 2002a, p. 19). A capital possui uma superfície total de 1.756 km² e uma população de 779.939 habitantes. (IBGE, 2007).



Figura 3.1: Mapa do Estado do Piauí localizando a cidade de Teresina

Fonte: IBGE adaptado por Teresinha Coimbra

Ao contrário das demais cidades que se desenvolveram na orla marítima, a nova capital do Piauí, Teresina, veio do sertão para um lugar próximo ao litoral com o objetivo de melhorar a comunicação e transações comerciais com outras Províncias. Esta mudança foi planejada junto com traçado da cidade às margens do rio Parnaíba.

A história do Piauí começou com o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, que foi considerado o descobridor do Piauí, em 1662. Na época ele fundou em Barra do Poti o Arraial do Poti que era constituído de alguns fogos, criatórios de gado e cavalos. Teresina, segunda capital do Piauí, nasceu na Barra do Poti com os viandantes que chegavam movidos pelo espírito de conquistar novas terras. Em 1760, já havia um aglomerado de fogos com casas habitadas por pescadores, canoeiros e plantadores de fumo e mandioca (GONÇALVES, 1991).

O Piauí, estado da região Nordeste do Brasil, tinha como primeira capital a cidade de Oeiras, até o ano de 1852, quando a sede do Estado passou a ser Teresina. A nova capital nasceu na Barra do Poti com os viajantes que chegavam movidos pelo espírito de conquistar novas terras. Em 1760, já havia um aglomerado de casas habitadas por pescadores, canoeiros e plantadores de fumo e mandioca (GONÇALVES, 1991). Teresina foi planejada para exercer a função político-administrativa do Estado.

O local escolhido foi o mesmo onde existira uma fazenda de criação de gado, vasta chapada árida e inculta, conhecida por CHAPADA DO CORISCO, pelas constantes trovoadas e freqüentes faíscas elétricas que caíam pela estação invernos, na data COVAS, a uma légua de barra do rio Poti (OLIVEIRA, 1952a).

Apesar dos obstáculos e contrariando parte da população, o Conselheiro Saraiva, governador da Província, mudou a capital da Província do Piauí onde a planta a cidade (Figura 3.2), teria um centro, onde se edificariam os edifício públicos imprescindíveis ao estabelecimento da administração e do Governo Provincial.

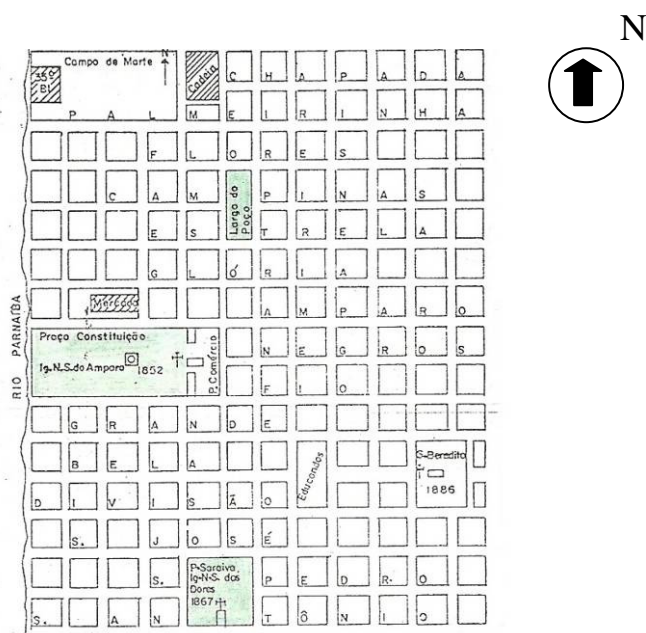


Figura 3.2: Planta da Cidade de Teresina em 1852

Fonte: GOMES, 1992, p. 10.

Benévolo (2003, p. 487) afirma que as novas cidades da civilização européia seguiam, no seu traçado, um modelo uniforme, como

Um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos.

Nos seis primeiros meses de 1850, foram construídas 30 primeiras casas na nova capital e, em 1854, a população total de Teresina era de 8.000 habitantes (GOMES, 1992). Nascimento (2002) relata que oito anos depois, existiam 863 casas residências em Teresina, sendo que 530 eram casas cobertas de palha, que segundo o autor, revelava que a cidade era um ponto de atração de segmentos pobres do Piauí e de outros Estados.

Iglésias (1958, p. 37), suas viagens pelo Piauí, na década de 1910, como inspetor do Ministério da Agricultura em comissões dos maniçobais, escreveu em suas anotações a primeira impressão quando chegou a Teresina que “de todas as capitais que conheço é a menor, e, talvez, a menos favorecida pelo progresso. Tem, mais ou menos, umas 500 casas de alvenaria e o resta é de páu a pique, ou simplesmente, de palha de palmeiras babaçu ou ‘côco de macaco’.”

Em 1940, a população total de Teresina era de 67.641 habitantes, sendo que 51,3% da população moravam na zona urbana. Na década de 1970, esse percentual subiu para 82,1%. Em 1980, passou para 91,1%, chegando, em 2000, a 94,7% (TERESINA, 2005). Este aumento se deve porque Teresina é uma receptora de fluxos populacionais, ao contrário do Piauí que é caracterizado como fonte de movimento emigratório.

Em 1882 foram instalados oitenta lampiões a querosene nas ruas e praças e em 1910 a cidade recebeu iluminação elétrica. A partir de 1923, os primeiros automóveis começam a trafegar e, em 1936, foi construída uma ponte de madeira sobre o rio Poti e, em 1957 foi construída a ponte de cimento (GOMES, 1992). Martins (1959) comenta que, em 1956, a cidade tinha uma frota de 415 veículos (automóveis, jipes e camionetas) circulando na cidade. No aspecto urbano, Teresina tinha 208 logradouros, sendo que 21 praças, 16 avenidas e 171 ruas. Destes logradouros 11 eram inteiramente pavimentados, 31 parcialmente pavimentados, 21 arborizados e 4, além de arborizados, eram ajardinados. O município contava com 5 chafarizes públicos.

Para Iglésias (1958, p. 41) “as ruas eram bem traçadas, sem sentido retangular; infelizmente, quase sem arborização; as praças eram grandes, com algumas árvores de

sombra, porém sem jardinamento; a única exceção era o jardim onde ficava atrás da Igreja do Carmo”.

A cidade se desenvolveu rapidamente como centro administrativo e de comércio varejista. Em 1858, foi fundada a companhia de navegação do rio Parnaíba que originou um porto fluvial de intenso movimento e um centro comercial que atingia a beira do rio para a direção leste da cidade onde se localizavam o mercado público, escritórios, armazéns e casas comerciais (CEPRO, 1992). Um ponto fraco do município é a pequena diversificação econômica, já que as atividades industriais e agrícolas modernas geram demanda e renda e favorecem o crescimento de setores fornecedores de bens e serviços. Atualmente a economia da cidade está baseada no setor terciário, administração pública, prestação de serviço, construção civil e comércio.

Hoje, o município tem 114 bairros e 152 vilas e favelas, que foram distribuídas em quatro administrações regionais: Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU's) Norte/Centro, Sul, Sudeste e Leste. As SDU's são responsáveis pelos serviços urbanos, habitação, meio ambiente, obras e serviços e feiras livres e mercados na sua área de abrangência (TERESINA, 2002b).

Teresina é uma cidade sem litoral e por possuir um clima tropical com chuvas de verão e outono, a sua temperatura média anual chega a 26,7°C, tendo em média temperatura máxima de 35,9°C nos meses de agosto a outubro (TERESINA, 2002c). Neves (1985, p. 136), em “Um Manicaca”, descreve o quanto Teresina é quente em outubro

E chegaram, nestas condições, os derradeiros dias de outubro. Teresina era uma estufa gigantesca sob um céu ardente. As últimas folhas das árvores Caíam, deixando apenas um esqueleto de ramos nus. Levantava-se a poeira torvelinhando, tangidas pelo vento, abrasador como o sopro de uma fornalha imensa

A presença de áreas arborizadas como as praças se torna essencial para minimizar o desconforto térmico e ao mesmo tempo proporcionar uma área recreativa e de circulação para a população. Para Gomes e Soares (2003, p. 20), no Brasil, no século XIX, “existiam cidades que se destacavam pela quantidade expressiva do verde no seu interior, como é o caso de Teresina/PI, com densa arborização”.

Geralmente, o cuidado com as praças da cidade tem sido uma preocupação constante dos administradores municipais, ao longo dos anos. O prefeito Lindolfo do Rego Monteiro em seu relatório de atividades, referente ao exercício de 1941, destaca a importância dessas áreas para a cidade de Teresina, devido às condições do clima local, e ainda aponta a necessidade da abertura de novas praças e da conservação e melhoria das existentes (MONTEIRO, 1943).

A cidade de Teresina tem zonas de preservação ambiental (ZP), que são os bens de valor cultural. A Lei 1.939/88 criou a ZP1 que compreende a Praça Marechal Deodoro e o seu entorno e a ZP4 que compreendem as áreas verdes consolidadas (praças e parques), a arborização de ruas, avenidas, calçadas e dos canteiros centrais situadas no centro da cidade (TERESINA, 1988).

O centro histórico de Teresina possui sete praças (Figura 3.3), sendo que a cidade possui 368 praças.

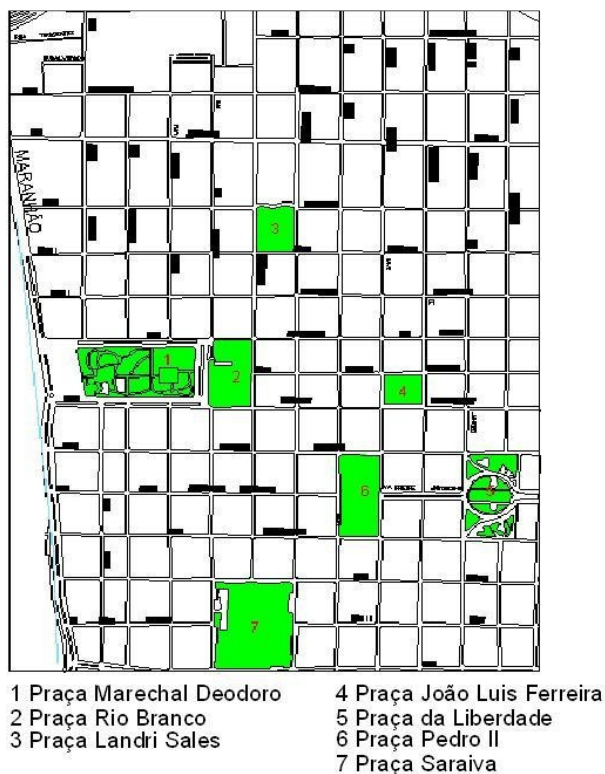


Figura 3.3: Mapa com a localização das praças do centro histórico de Teresina
Fonte: GOMES (1992) adaptado por José Hamilton Leal Júnior

Desde seu traçado original já foram destinados quarteirões para a construção de praças, em sua grande maioria, em terrenos baldios, com nenhuma ou com poucas benfeitorias, sem urbanização, como também era a própria cidade naquela época (LIMA, 2001). Castelo Branco (1996, p. 47) comenta que as praças de Teresina eram locais descampados, com poucas árvores que eram insuficientes e sem grande valor estético. Nestes espaços “não existiam bancos, passeios públicos, ou mesmos jardins nas praças da cidade”. Iglésias (1958, p. 41) relata que

As ruas eram bem traçadas, sem sentido retangular; infelizmente, quase sem arborização; as praças eram grandes, com algumas árvores de sombra, porém sem jardinamento; a única exceção era o jardim onde ficava atrás da igreja do Carmo. As principais ruas eram: rua Belém, rua Grande e rua paissandú; as praças mais importantes pela sua área e localização, tinham os nomes de:

“Saraiva”, “Aquidaban” e “Marechal Deodoro”. Nesta última estava o Palácio do Governo, Assembléia e Escol Normal. Ia até à beira do rio, o porto dos naviozinhos.

Com o passar dos anos, foram construídas algumas praças, outras foram ganhando algumas benfeitorias (arborização, mobiliário, iluminação, coreto, etc.) por parte da administração ou por pressão popular.

A praça é síntese da cultura urbana de uma comunidade funcionando como uma assembléia, onde se desenvolve a consciência da comunidade (CASÉ, 2000). Dobal (1992, p. 19) retrata o papel das praças na vida do teresinense

Grande parte da vida da cidade se passa nas praças, que desempenham aqui um papel mais importante do que talvez em qualquer outro lugar. Por causa do calor ou por uma inclinação natural dos habitantes, as praças estão cheias de gente, tornando-se um centro de reunião obrigatória para quem quer participar da vida da cidade, o lugar onde se faz a crônica viva dos acontecimentos cotidianos, ponto de encontros e discussões, comentários e mexericos. A cidade tem muitas praças. Umas cuidadas, ajardinadas, freqüentadas. Outras abandonadas, esquecidas.

As praças que fazem parte do centro histórico da cidade têm história e característica peculiares, são elas: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Saraiva, Praça Rio Branco, Praça Pedro II, Praça da Liberdade, Praça João Luis Ferreira e Praça Landri Sales.

3.1 Praça Marechal Deodoro da Fonseca

Mais conhecida como Praça da Bandeira, é o principal núcleo histórico de Teresina, em sua volta surgiram às primeiras edificações da cidade como a igreja Nossa Senhora do Amparo, marco histórico de criação da cidade.

Desde a sua construção, esta praça teve vários nomes, como: Largo do Amparo, Praça da Constituição, Parque da Bandeira e Praça Marechal Deodoro. A construção do Parque da Bandeira, segundo Tito Filho (1978), foi em 1941. Dobal (1992, p. 20-21) comenta que o Parque da Bandeira se tornou um viveiro e tinha muitas árvores.

Foi toda cercada de sebes de fícus, cuidada, limpa e se tornou viveiro de pássaros e de alguns animais. Havia bandos de canários, rolinhas, e dos animais, dois chegaram a ser conhecidos na cidade: o macaquinho Roque e travesso, e uma anta, pachorrenta e mansa.

Na década de 1950, Curry (1952, p. 4) descreve a situação em que se encontrava o Parque da Bandeira

O tradicional Parque da Bandeira, orgulhoso de uma administração que passou, estava miseravelmente abandonado. [...]. As aves continuavam

desaparecidas. Nos seus lugares pareceram os jumentos. As araras também desapareceram. Dizem que foram negociadas [...].

A anta, que servia de curiosidade a tantos quantos visitassem o velho parque, foi-se embora. Dizem que o Tarzan mandou buscá-la. Os macacos também se foram. Os tanques não mais contêm água. Só lodo lama. [...]

No início do século XX, a praça era o centro político, social e econômico representados pelas sedes dos poderes (Figura 3.4). Em seu entorno situam-se: Justiça Federal, Palácio Municipal, Mercado Público, Museu do Piauí, prédio da antiga Companhia de navegação, antiga Intendência.

A praça foi gradeada em 1998 (Figura 3.5) com o objetivo de preservar o espaço e impedir o vandalismo, mas as grades tiveram efeito contrário, afastando os usuários de permanecerem no local devido à falta de segurança. Do lado de fora, o comércio informal cercou a praça já que o fluxo de pessoas era grande devido ao ponto de ônibus que ocupava grande parte do entorno da praça.



Figura 3.4: Praça Marechal Deodoro da Fonseca na década de 1980.

Fonte: Acervo Casa da Cultura.



Figura 3.5: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no século XXI

Fonte: Fundação Cultural Monsenhor Chaves

Em 2006, a praça passou por uma reforma e os camelôs que estavam ao seu redor foram retirados do local. No espaço físico foram feitas algumas reformas, mas o gradeado ainda permanece cercando a praça e está danificado. Após a retirada dos camelôs ainda existem alguns que ficam no lado de fora da praça, ao seu redor, e alguns permanecem ainda dentro da praça.

3.2 Praça Saraiva

Neste local estava localizada a Fazenda Chapada do Corisco, “em cujas terras constituiu-se Teresina” (GOMES, 1992, p. 21). Seu nome é uma homenagem ao fundador da cidade, que teve lá erigida uma estátua em tamanho natural durante a comemoração do primeiro centenário da fundação da Capital. Em 1932, são plantadas 300 árvores na praça.

Garcia (2000, p. 55) relata que a praça era “cercada, apenas, de oitizeiros com frutos [...] espalhados pelo chão, servindo de comida aos mendigos”.

É uma praça enorme, com tantas árvores que parece um bosque e no mês da floração dos paus-d-arco tem uma beleza indescritível. A catedral de N.S. das Dores fica situada nesta praça que é ainda o ponto de partida de quase todos os ônibus e “horários” que saem da cidade, fazendo a linha para Estados ou cidades vizinhas (DOBAL, 1992, p. 21).

Em frente à praça está situada a antiga Casa do Barão de Gurguéia, que a partir de 1994 passa a funcionar a Casa da Cultura de Teresina. Ela foi “construída por volta de 1870, por João do Rego Monteiro, o Barão de Gurguéia” (GOMES, 1992, p. 23). Esta casa já funcionou como residência, seminário, sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNCOS), estabelecimentos comerciais e o Colégio Pedro II (Figura 3.6). Em 1986, local foi tombado pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí. Na Casa da Cultura de Teresina (Figura 3.7), na parte superior, está o museu e no térreo funciona biblioteca, sala de vídeo, dança, cursos de artes plásticas e orquestra de câmara. Outros edifícios históricos são encontrados em seu entorno, como a Catedral de Nossa Senhora das Dores (1871) e o Colégio São Francisco de Sales (1906).



Figura 3.6: Colégio Pedro II na década de 1980
Fonte: Acervo da Casa da Cultura



Figura 3.7: Casa da Cultura de Teresina
Fonte: Acervo da Casa da Cultura

A praça foi gradeada e seu espaço foi reduzido nas laterais para instalação de estacionamento, sendo que um deles é destinado à Delegacia de Polícia Civil também. Em 2000, seu espaço foi novamente reduzido, dando lugar ao ponto de ônibus (Figuras 3.8 e 3.9).



Figura 3.8: Praça Saraiva
Fonte: Acervo Casa da Cultura

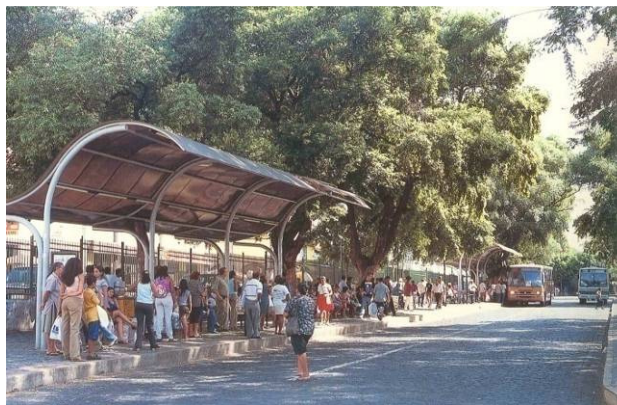


Figura 3.9: Praça Saraiva em 2002.
Fonte: GRUPO CLAUDINO, 2002, p. 116.

Hoje, a praça está passando por um novo processo de reforma, tendo como primeira etapa a iluminação, que foi uma reivindicação da população porque a praça estava escura e insegura durante a noite. Outra intervenção da Prefeitura consiste na retirada do gradeado e a abertura e uma rua no meio da praça.

O Decreto 796/86, com base no Art. 7º da Lei Federal 4.771/1965, Código Florestal, decretou imune ao corte um exemplar da Família das Leguminosas, conhecida como tamboril, pela sua beleza e raridade (TERESINA, 1986). Mascaró e Mascaró (2002, p. 13) associa uma árvore a um monumento que “estrategicamente colocado, pode ser um ponto de grande atração, um referencial urbano que ajude a conservar a memória deste lugar”.

3.3 Praça Rio Branco

A Praça Uruguaiana, hoje Praça Rio Branco, foi a primeira praça a ser urbanizada, em 1910, recebendo iluminação elétrica em 1914, trouxe modificações na vida social da cidade. Antes era uma mata de mufumbo que mais tarde se tornou um jardim público com tanques, plantas, bancos de encosto, coreto para os oradores e retretas, era de uso diurno (DOBAL, 1992).

Em 1936, o jardim foi ampliado e completamente remodelado. Foram reformados o piso, a iluminação, o coreto e os bancos de cimento armado (LIMA, 2001). Tito Filho (1991) comenta que a praça se tornou, também, o coração comercial da cidade, pelas manhãs as mulheres praticavam o entra-e-sai das dezenas de casas comerciais existentes na praça e nas ruas vizinhas.

No outro lado do largo da Igreja matriz, forma-se o centro comercial da cidade, na praça Uruguaiana, hoje conhecida como Rio Branco, atraindo para o local o comércio da cidade, os bares e o teatro, tornando-se o centro comercial mais movimentado de Teresina no final do século XIX até a última década do século XX, quando se estabeleceram na cidade os grandes

parques comerciais, os shopping centers, na zona leste (SALES, 2003, p. 133).

Na década de 1950 (Figura 3.11) a praça “tinha um ar elegante e suas plantas eram podadas à moda européia” (GRUPO CLAUDINO, 2002, p. 70). Iglésias (1958, p. 44), tecendo as seguintes observações sobre a vida social da cidade e a pouca utilização do espaço livre público:

Aos domingos, até às 21 horas havia concerto sinfônico no jardim atrás da Igreja do Amparo, pela Banda de Música da Fôrça Policial. Eram reuniões agradáveis, tendo-se oportunidade de encontrar pessoas conhecidas e amigas... Às 21 horas, a Banda de Música, terminado o programa, saía em marcha tocando um dobrado militar. Era um verdadeiro toque de recolher: toda a gente se retirava do jardim como se ele fosse invadido por um enxame de vespas. Porque? Não sei, nem posso compreender. Numa terra onde não havia divertimentos, creio que a sociedade deveria aproveitar, o mais possível, essas reuniões ao ar livre, salutares ao corpo e ao espírito.



Figura 3.10: Praça Rio Branco no final da década de 1960 e início de 1970

Fonte: Acervo Casa da Cultura



Figura 3.11: Praça Rio Branco na década de 1950.

Fonte: Acervo Casa da Cultura

Esta praça já foi conhecida como a “Praça dos Aposentados” (Figura 3.12) devido à grande presença de aposentados neste espaço que aproveitavam para se encontrar com amigos, conversar, ler jornais e jogar, “uma cena típica de cidade interiorana preservada na agitação do centro da cidade” (GRUPO CLAUDINO, 2002, p. 117). Eles perderam este espaço para o comércio informal e atualmente são poucos os que ainda freqüentam a praça.



Figura 3.12: Aposentados na Praça Rio Branco em 2002
Fonte: GRUPO CLAUDINO, 2002, p. 117

Hoje, a sua principal função da praça é o comércio informal e ambulante, que proliferou muito nos últimos anos (Figura 3.13). A Prefeitura Municipal de Teresina tem um projeto de revitalização, em que serão retirados os camelôs da praça que serão alojados no Shopping da Cidade. Este shopping faz parte do projeto de Revitalização do Centro da cidade. Tal espaço encontra-se em fase final de construção e contará 1.800 boxes (Figura 3.14).



Figura 3.13: Praça Rio Branco ocupada pelo comércio informal
Fonte: Meio Norte, 2008, p. B6



Figura 3.14: Maquete do Sopping da Cidade
Fonte: SEMPLAN

3.4 Praça Pedro II

A Praça Pedro II nasceu como Praça João Pessoa e foi rebatizada como Independência e posteriormente como Aquidabã (P2). A praça foi construída em um terreno remanescente de uma das quadras destinadas para a construção de um edifício público, o Quartel da Polícia Militar, e aos poucos foi consolidando-se como o centro social e de lazer da sociedade teresinense (LIMA, 2001).

Santos (2001) relata as reformas que esta praça teve, nas décadas de:

- 1936: com a reforma foi implantado um projeto paisagístico onde construíram um coreto, escadaria de acesso à parte alta, revestimento dos pisos, calçamento da rua diagonal, balaustrada de proteção entre os dois níveis da praça, fonte luminosa, instalação do sistema de iluminação com distribuição de postes por toda a área e de 56 bancos de concreto, transferência e instalação da estátua do imperador, antes colocada na Praça João Luis ferreira e o plantio de 41 ficus. A praça era um atrativo para a população de Teresina (Figura 3.15).

A praça era de uso noturno, dos namorados de acordo com Garcia (2000, p. 53).

Ela era dividida em dois planos. No superior, com iluminação fraca, ficava o coreto, onde a banda da polícia militar executava chorosos dobrados, cujo quartel-central localizava-se defronte. Era a parte preferida pelos soldados e empregadas domésticas que namoravam nos bancos semi-escondidos pelos canteiros de plantas. [...]. Na parte inferior havia os tanques, enfeitados por garças e algas marinhas. E o desfile em roda. Moças de um lado, andando em círculos, e os rapazes do outro, em sentido contrário. [...]. Para alguns a parte de cima era melhor, tinha futuro, porque o namoro começava hora e já avançado – sem inibição e preconceito.



Figura 3.15: Utilização da Praça Pedro II
Fonte: Acervo Casa da Cultura

- 1950: construção de um lago cotado por uma imitação de tronco caído, construído de concreto, que se transformou em cenário preferido registro fotográfico (Figuras 3.16 e 3.17).



Figura 3.16: Praça Pedro II na década de 1950
Fonte: Acervo Casa da Cultura



Figura 3.17: Praça Pedro II em 1967
Fonte: Acervo Casa da Cultura

- 1970: a intervenção teve o objetivo de trazer um caráter inovador, descaracterizando totalmente a proposta paisagística anterior (Figura 3.18).



Figura 3.18: Praça Pedro II na década de 1980
Fonte: IPHAN

- 1998: este novo projeto resgatou o seu antigo desenho e os elementos arquitetônicos mais significantes da década de 1930 (Figuras 3.19 e 3.20).



Figura 3.19: Reforma da Praça Pedro II em 1998
Fonte: IPHAN



Figura 3.20: Praça Pedro II em 2009
Fonte: Foto Guilhermina Castro

Em seu entorno estão: o antigo Quartel Geral da Polícia Militar do Piauí, atual Centro Artesanal Mestre Dezinho onde funcionam 25 lojas que vendem produtos em fibra, madeira, couro, cerâmica, escola de dança e música e restaurante (Figura 3.21); o Theatro 4 de setembro, construído em 1894, e que foi reformado e modernizado em 1975, ganhando um bar, salão nobre e sala de exposições (GOMES, 1992); em 1927 foi construído o Clube dos Diários e, em 1939, o Cine Rex (Figura 3.22).



Figura 3.21: Centro Artesanal Mestre Dezinho
Fonte: Guilhermina Castro



Figura 3.22: Theatro 4 de Setembro e Cine Rex
Fonte: Guilhermina Castro

3.5 Praça da Liberdade

Em 1886 a igreja São Benedito foi construída, no lugar chamado Alto da Jurubeba (TITO FILHO, 1978). Ao seu redor esta situada a Praça da Liberdade que já foi denominada de Monsenhor Gil, São Benedito e Frei Serafim. Ela é caracterizada como jardim público, de lazer, não recreacional, de porte pequeno e trânsito pesado.



Figura 3.23: Praça da Liberdade em 1967
Fonte: Acervo Casa da Cultura

As praças Landri Sales e João Luis Ferreira fazem parte das praças do centro histórico, mas como objeto de estudo desta pesquisa serão enfocadas em um capítulo onde será relatada a sua origem, história e situação atual.

Nos centros urbanos o espaço público garante uma qualidade de vida à população por trazer benefícios ao ambiente urbano como os acontecimentos sociais, de lazer, encontro ao ar livre e a socialização entre as pessoas (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007). Romero (2001, p. 29) considera os espaços públicos como “elementos essenciais da paisagem urbana que constituem os espaços de vida, que ‘percebem’ a cidade” e conclui que na atualidade a praça é

“o único lugar propício à permanência e ao desenvolvimento de atividades sociais não consumistas”. As praças do centro de Teresina apresentavam um atrativo especial, as fontes. A presença de água nas praças ameniza o desconforto térmico além de atrair pássaros. Com o passar dos anos elas foram retiradas em grande parte das praças centrais e as que ainda estão presentes nas praças Monumento Da Costa e Silva, Marechal Deodoro da Fonseca e Rio Branco estão desativadas. Para Frota e Schiffer (2003) espelhos de água e chafarizes devem estar presentes em espaços abertos onde o clima quente predomina por ser um elemento de alteração de microclimas que umidifica o ar ao evaporar trazendo maior sensação de conforto às pessoas.

A maioria das fontes e lagos foram retiradas em reformas como nas Praças Saraiva e Pedro II, devido à falta de manutenção nestes espaços que causavam mau cheiro afastando os usuários destes espaços e pelo uso inapropriado por pessoas que banhavam nas fontes e principalmente pela proliferação da dengue que é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* que utiliza a água parada para se reproduzir.

As praças que fazem parte deste estudo também apresentavam a presença de água através de lago e gruta para a população utilizar. A Praça João Luis Ferreira tinha uma pequena fonte que servia para embelezar o espaço. No final da década de 1960, o Prefeito Jofre do Rêgo Castelo Branco (1967-1969) mandou retirar a fonte. No final da década de 1970, o lago, a fonte e a gruta existentes na Praça Landri Sales foram extintos por se tornarem foco de contaminação e refúgio para marginais (MARQUES, 2005).

A presença de aves nestas praças é grande, como o sabiá (*Turdus sp*), rolinha fogo-apagou (*Scardafella squammata*), bem-te-vi (*Pitangus Sulphuratus*), pombo (*Columba livia*) e anu-preto (*Crotophaga ani*). Na Praça João Luis Ferreira há um usuário que diariamente coloca ração para alimentá-la. Apesar de haver a presença de gatos, predador natural, há, também, a presença de pessoas com estilingue ou baladeira para matar estas aves.

As praças centrais de Teresina têm uma representação significativa em relação à quantidade e a cobertura vegetal, criando grandes áreas sombreadas. Dentre os vários aspectos positivos da arborização urbana, destaca-se a importância das árvores como filtro ambiental, reduzindo os níveis de poluição do ar através da fotossíntese; a mitigação da poluição sonora pelos obstáculos que oferece à propagação das ondas sonoras; o equilíbrio da temperatura ambiente graças à sombra e evapotranspiração que realiza; a redução da velocidade dos ventos; a redução do impacto das chuvas; a atração para a avifauna e, sobretudo, a harmonia paisagística e ambiental do espaço urbano.

Capítulo 4

EVOLUÇÃO, MUDANÇAS DE USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM ÁREAS CENTRAIS URBANAS

Artigo enviado a Revista “Ambiente e Sociedade”

EVOLUÇÃO, MUDANÇAS DE USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS CENTRAIS URBANAS⁷

Guilhermina Castro Silva⁸; Wilza Gomes Reis Lopes⁹; João Batista Lopes¹⁰

Resumo

As praças representam espaços importantes de manifestações culturais, sociais e políticas, que contribuem para a formação e agregação da sociedade. As praças centrais acumulam importantes características, configurando-se como um referencial da modificação da paisagem urbana com o passar dos anos. Este trabalho teve como objetivo analisar as mudanças de uso e de formas de apropriação de praças centrais urbanas, tendo como objeto de estudo a Praça João Luis Ferreira, na cidade de Teresina, Piauí. Foram identificadas as alterações comportamentais do uso deste espaço, desde a sua construção até hoje e os benefícios e/ou problemas ambientais causados pelas atividades exercidas pelos usuários. A pesquisa destinou-se, ainda, avaliar os equipamentos e mobiliário, identificar e caracterizar o comércio informal existente neste espaço público. A Praça João Luis Ferreira era conhecida como praça das crianças, dos namorados e do encontro entre amigos, no entanto, hoje, este espaço é caracterizado mais como um local de passagem e de comércio informal, do que um ambiente de lazer. Trata-se de um elemento de grande importância espacial, histórica, social e ambiental para a cidade de Teresina. A reforma da Praça João Luis Ferreira, em 2000, foi positiva para a população e para a revitalização da paisagem urbana da cidade. Mas com o tempo ela teve outra finalidade que não estava prevista no projeto, a atividade do comércio informal, atraída por sua localização central, seus equipamentos e sua cobertura vegetal. Constatou-se, também, que a falta de políticas públicas eficazes quanto à preservação do patrimônio da cidade de Teresina e que as praças do centro, em especial a João Luis Ferreira, estão sendo invadidas pelo comércio ambulante desfavorecendo a paisagem urbana.

Palavra-chave: espaço público, praça, comércio informal.

Abstrat

The squares represent important manifestation areas of cultural, social and political, which contribute to the formation and aggregation of society. The central squares accumulate important features, setting it as a reference the change of urban landscape over the years. This paper aimed to identify the behavioral change of use of the João Luis Ferreira Square since its construction to date and the benefits and / or environmental problems caused by the activities performed by users. The research intended, furthermore, to evaluate the furniture equipment and to identify and characterize the informal trade in this public space. The João Luis Ferreira

⁷ Parte da dissertação de mestrado apresentada pela primeira autora ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN).

⁸ Tecnóloga em Meio Ambiente, Mestranda do PRODEMA/UFPI. (guilherminacastro@hotmail.com)

⁹ Arquiteta, Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura e do Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/UFPI (izalopes@uol.com.br)

¹⁰ Engenheiro Agrônomo, Professor do Departamento de Zootecnia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Animal e do PRODEMA da UFPI. (lopesjb@pesquisador.cnpq.br)

Square was known as the square of children, lovers, and the meeting between friends, however, today, this area is characterized as a place of passage and informal trade, than an environment of leisure. This is an important element of spatial, historical, social and environmental to the city of Teresina. The reform of the João Luis Ferreira Square, in 2000, was positive for the people and for the revitalization of the urban landscape of the city. But over time she had another purpose that was not foreseen in the project, the activity of informal trade. Due its central location, its equipment and its vegetation cover, this area has become attractive for this activity. It was also lack of effective public policies regarding the preservation of the heritage of the city of Teresina and the squares of the center, particularly at João Luis Ferreira Square, are being invaded by itinerant trade harming the urban landscape.

Keyword: public space, square, informal trade.

4.1 Introdução

A partir do movimento migratório simbolizado pelo abandono das áreas rurais, teve-se como reflexo o crescimento da população urbana de forma desordenada. Na mesma proporção, ocorreu o crescimento de áreas edificadas nas cidades, caracterizadas pelos espaços destinados a habitação, comércio, serviços, indústrias e os considerados livres, tendo a função de suprir as necessidades básicas de convivência, de recreação e de lazer desse contingente humano.

Os espaços livres são considerados todas as áreas sem edificação, como as destinadas à circulação, representadas pelas ruas, vielas, avenidas, corredores externos, rotatórias, terrenos baldios, pátios e quintais além das áreas utilizadas para a recreação, lazer e estar, como as praças e os parques. Tais espaços contribuem para a melhoria da qualidade no ambiente urbano, favorecendo, segundo Cunha (2002), a funcionalidade, a melhoria das condições ambientais e sanitárias e proporcionando condições de convívio e lazer, além de atributos estéticos ao lugar. São considerados como pontos de encontro, se configurando como locais onde as pessoas têm livre acesso podendo exercer diversas funções. As áreas públicas centrais apresentam, em sua maioria, características comuns de uso como acessibilidade, transparência, conforto e permanência.

As praças são locais de convívio social e de convívio com a natureza, que podem contribuir para a formação e agregação da sociedade e representam espaços importantes para manifestações culturais, sociais e políticas. Elas nasceram de necessidades de espaços para abrigar as festividades, encontros, atividades de troca, tratando-se de um lugar de fácil acesso para a sociedade realizar as mais variadas funções, como ver e ser visto, para comprar e fazer negócio, fazer política e passear.

Nos dias atuais, a criação e, principalmente, a manutenção de espaços destinados às áreas verdes e ao lazer, constituem em atividades fundamentais da gestão urbana, devendo fazer parte dos projetos e programas urbanísticos das administrações municipais. As praças, como locais públicos de lazer mais próximo da população, devem proporcionar condições de bem-estar para quem as freqüentam. Elas precisam ser planejadas e inventariadas, para que, dessa forma, atendam às necessidades da população e viabilizem os fins a que se propõem.

A cidade de Teresina - Piauí, situada no Nordeste do Brasil, foi planejada e construída, em 1852, para ser a capital do Estado. Possuía segundo Lima (2001), desde seu traçado original, quarteirões destinados para a construção de praças, em sua grande maioria, localizados em terrenos baldios, com nenhuma ou com poucas benfeitorias, sem urbanização, como também eram as características da própria cidade naquela época.

Planejada e construída, em 1852, com a finalidade de ser a capital do Estado, Teresina já possuía em seu plano original varias áreas destinadas para construção de praças, contando hoje, em seu centro histórico com o total de sete praças: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Rio Branco, Praça João Luis Ferreira, Praça Landri Sales, Praça Pedro II, Praça da Liberdade e Praça Saraiva

4.2 As cidades e os espaços públicos

A cidade apresenta uma organização espacial em que a utilização do solo tem usos diversos, com áreas destinadas à concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, zonas industriais e residenciais e espaços para circulação e lazer. Para Lefèbvre (2001), as cidades são centros da vida social e política, local onde se acumulam riquezas, conhecimento, tecnologias, obras de arte e monumentos.

Os espaços da cidade tanto podem ser públicos como privados. Área pública é conceituada por Hertzberger (1999, p.12) como: “[...] uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem responsabilidade de mantê-la”.

Segundo Benévolo (2003), a função social do espaço aberto origina-se diretamente da Ágora, que era um espaço aberto em que ocorriam os encontros, conversas e discussões em setores importantes como do direito, governo, comércio, indústria, religião, sociabilidade. Dessa forma, não é de se admirar que continuasse a ganhar a atenção da acrópole até se tornar o elemento mais vital e distinto da cidade.

Para Leitão (2002), o espaço público é definido como espaços abertos, de uso comum, que podem ser apropriados livremente pelas pessoas que vivem na cidade, sendo caracterizados como verdes (parques, jardins, cemitérios, etc.) e como não verdes (praças, ruas, pátios, etc.).

Macedo (1986) afirma que, os espaços livres de edificações surgem, junto às áreas edificadas, em decorrência da criação de sistemas viários, de recuos obrigatórios nos lotes, formando poços de iluminação, pátios, quintais, bem como em decorrência da exigência de áreas para recreação e estar.

Dentro da malha urbana os espaços livres estão em áreas não edificadas e podem ser públicos (praças, parques, jardins, ruas, viadutos etc.), privados (quintais residenciais, condomínios residenciais, jardins comerciais e residenciais etc.) e semipúblicos (clubes sociais, pátios de escolas, hospitais, campus universitários etc.).

O espaço público definido por Leitão (2002) baseia-se em três idéias: exterioridade (espaço aberto/público), acessibilidade (espaço comum) e significado (valor simbólico/memória). Estes espaços têm como função a melhoria da qualidade ambiental na cidade, propiciando contribuição para o fortalecimento da identidade local com a delimitação das áreas urbanizáveis.

Segundo Mumford (1998), o espaço livre público surgiu na cidade grega e romana, onde o centro da cidade se apegava a um espaço vazio, tendo a Ágora e o Fórum como referências. A Ágora era um espaço comum, centralizado, onde eram debatidos os problemas de interesse geral. Este espaço era o símbolo da liberdade e também o centro dinâmico da cidade grega, um “local de assembléia”, com a finalidade de reunião, onde os mais velhos, “sentados em pedras polidas no meio do círculo sagrado”, davam sua decisão. Era um espaço aberto que poderia ser ocupado para finalidades públicas (MUMFORD, 1998, p.166). Para Lefèbvre (2001) a diferença entre a Ágora e o Fórum vincula-se ao fato de que o Fórum era simbolizado pelos edifícios que o cobriam, tirando, assim, o caráter de lugar aberto, característico da Ágora.

Na Revolução Industrial o crescimento econômico, industrial e tecnológico se tornou prioridade em relação aos danos causados ao meio ambiente. Para Festi (2004), o planejamento urbano leva em conta o bem estar social da comunidade e das cidades, o bem estar no lazer, o conforto ambiental, o lazer do Homem no meio ambiente, o efeito térmico nas cidades e a concentração “verde” na malha urbana.

A urbanização e o crescimento da população acarretam, para a cidade, uma série de problemas sociais (moradia, saúde, educação, alimentação, lazer etc.) e ambientais

(desmatamento, impermeabilização do solo, destruição ou modificação dos ecossistemas, alterações climáticas, poluição ambiental), necessitando de um planejamento para reduzir tais impactos.

A função dos espaços livres públicos é definida pelo modo como cada sociedade expressa sua vida, variando em consequência das mudanças sociais e históricas vivenciadas ao longo do tempo (LEITÃO, 2002). Nos últimos anos, vários países re-urbanizaram seus espaços públicos e centros culturais revitalizando as áreas centrais urbanas, através da reutilização do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, como, por exemplo, de Boston, Baltimore e São Francisco nos EUA, Londres, Paris, Barcelona na Europa. As cidades de Curitiba, Salvador, Rio de Janeiro, Recife são exemplos de cidades brasileiras que revitalizaram suas áreas centrais, restaurando e reutilizando seu patrimônio, como, também valorizando espaços de uso coletivo (LIMA, 2001). A revitalização urbana busca “reidentificar o passado no presente, ressuscitando a tradição através da memória coletiva” que implica em um novo desenvolvimento, respeitando a integridade das estruturas físicas e sócias já existentes (FERRARA¹¹, 1988 apud DEL RIO, 1999, p. 5). Para Robba e Macedo (2003, p. 46) estas reformas são comuns em áreas que já tem uma consolidação urbana que “visam revitalizar e readequar áreas para uma nova apropriação”.

4.3. Importância da praça como espaço público

As praças, um dos mais característicos exemplos de espaços livres, são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, contribuindo para o equilíbrio ambiental, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração a sua diversidade e seu uso pela população, representando importantes elementos, tanto históricos como culturais. Marx (1980) refere-se à praça como logradouro público por excelência e que deve a sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas, tendo surgido entre nós, para reunião de gente e atividades diversas, diante de capelas ou igrejas. Segundo Santos (2006), num primeiro momento, as praças eram localizadas restritamente em áreas centrais para o convívio da elite que residia em locais privilegiados e valorizados.

¹¹ FERRARA, L. D. **Ver a cidade**: cidade, imagem, leitura. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.

No século XIX e meados do século XX as praças tinham grande importância para a vida cidadina, funcionando como local de lazer e sendo o centro dos acontecimentos e novidades que ocorriam na cidade. Os usos e funções desses espaços foram se modificando e se adequando às mudanças e às necessidades da sociedade. Para Oliveira e Mascaró (2007, p. 60), “o modo de vida da sociedade e a funcionalidade das cidades têm sofrido profundas transformações devido “a globalização” da economia e da comunicação, gerando reflexos na estrutura física e na ambiência urbana”.

Lima (2001) afirma que ao longo dos tempos, as praças representam o lugar de encontro, de comunicação, de trocas de mercadorias, de festas populares e de manifestações políticas, estando também associada à idéia de centro da cidade ou do bairro, locais para onde convergem e se concentram seus habitantes.

Para Macedo (1995, p. 24), a vida útil de um determinado espaço livre urbano está “diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário”. Alves et al. (2004) afirmam que quando há falta de identidade entre comunidade e o espaço livre proposto, quando o projeto contempla estruturas que não se relacionam com as aspirações da população local, esses ambientes tornam-se ociosos e abandonados. Isto acaba acontecendo nas praças centrais das cidades, onde há pouca ou nenhuma residência no entorno e o centro urbano é caracterizado pela atividade comercial. Por outro lado, as praças de bairro “tendem a se tornar mais esportiva à medida que se afastam do centro da cidade, onde a pressão mobiliária é menor e há um aumento de áreas disponíveis” (SANTOS, 2006, p.29).

A introdução de novos usos em espaços públicos, como as praças, pode trazer estímulos distorcidos do espaço pelos usuários, podendo acarretar em descaso, depredação e abandono do espaço público. É essencial que o usuário tenha conforto para permanecer mais tempo no local, por isso, o mobiliário urbano tem grande importância para a qualidade do espaço e sua comodidade, devendo, assim, atender às necessidades humanas advindas do crescimento urbano. Nas praças, o mobiliário urbano, é destinado ao uso do pedestre tornando mais agradável o caminhar ou permanecer, descanso, prática de atividades de lazer e recreação. Devem estar bem distribuídos no espaço proporcionando conforto e bem-estar aos usuários.

Este trabalho teve o objetivo de estudar a evolução dos usos ao longo dos anos e as funções atuais, diagnosticar a situação geral, estado de conservação e infra-estrutura existente na praça central João Luis Ferreira e, ainda, como se dá a percepção e apropriação deste espaço pela população teresinense.

4.4 Procedimentos metodológicos

Planejada e construída, em 1852, com a finalidade de ser a capital do Estado, Teresina já possuía em seu plano original várias áreas destinadas para construção de praças, contando hoje, em seu centro histórico com o total de sete praças: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Rio Branco, Praça João Luis Ferreira, Praça Landri Sales, Praça Pedro II, Praça da Liberdade e Praça Saraiva

Para realização da pesquisa, foi selecionada a praça central João Luís Ferreira, apesar de oito praças fazerem parte do centro da cidade de Teresina. A escolha se deu com base nas reformas feitas pela Prefeitura Municipal de Teresina, com o objetivo de resgatar o interesse dos usuários pela apropriação das praças centrais, como espaço propício às atividades urbanas. A Praça João Luis Ferreira foi reformada em 2000 e incluiu novos equipamentos urbanos como ponto de ônibus, alterando a finalidade prevista no projeto original.

Como procedimentos metodológicos foram realizados: levantamento da memória do projeto e da construção, resgatando as mudanças ocorridas. Buscaram-se documentos originais, fotografias, artigos em jornais que descrevessem o período de construção das praças e a utilização destes espaços pela população.

A observação das estruturas funcionais e físicas teve a finalidade de identificar os diferentes tipos de usuários, as atividades desenvolvidas por eles e os horários mais utilizados. Para isso, as observações foram feitas a partir das 7h30min até as 18h30min, em dias da semana e finais de semana típicos. O mapeamento de uso foi focado nas pessoas que utilizavam o espaço da praça, nos seus percursos e no modo de utilização do espaço durante o tempo que permaneciam na praça em estudo (PINHEIRO et al., 2008). Para isso, foi feita uma representação gráfica da ocupação humana na praça relacionada com o espaço físico. A utilização de uma planta baixa da praça proporcionou uma melhor identificação dos espaços preferidos, atividades desenvolvidas e caminhos percorridos.

Para identificar as atividades econômicas exercidas foram aplicados 48 questionários junto aos comerciantes informais que ocupam a Praça João Luis Ferreira. As perguntas eram abertas e fechadas, distribuídas em sete questões abordando a ordem, o perfil do comerciante (idade, escolaridade), rendimento mensal, tempo de atuação na informalidade e que trabalha nesse espaço, bem como se trabalhou com carteira assinada e a escolha da praça como local de trabalho.

Também foi feito um diagnóstico da situação geral das praças, a partir de avaliação direta, com a identificação, descrição dos equipamentos e mobiliários existentes, como os

bancos, pontos de iluminação, lixeiras, esculturas, monumentos, pisos, canteiros. Para isso, o método utilizado por De Angelis et al. (2004) que atribui valores que variam de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), na seguinte escala: 0 a 0,4 (péssimo); 0,5 a 1,4 (ruim); 1,5 a 2,4 (regular); 2,5 a 3,4 (bom); 3,5 a 4,0 (ótimo). Esses dados ajudaram a avaliar se o ambiente atende aos requisitos de conforto do usuário e aos aspectos ligados à conservação do lugar.

Os resultados foram tabulados em planilhas específicas, analisados e descritos de forma detalhada, em consonância com o objeto de estudo.

4.5 A cidade de Teresina: antecedentes históricos e características

O Piauí, estado da região Nordeste do Brasil, teve como primeira capital a cidade de Oeiras até o ano de 1852, quando a sede do Estado passou a ser Teresina, que foi especialmente planejada com essa finalidade. Segundo Façanha (1998, p. 48), a escolha da localização da nova cidade se deu devido “às condições favoráveis para o uso da navegabilidade do rio Parnaíba, bem como da possibilidade de uma maior articulação entre os principais núcleos urbanos da região, a exemplo de Caxias, no Maranhão”.

Teresina está situada à margem direita do rio Parnaíba, sendo banhada também pelo rio Poti, apresentando a posição geográfica de 5°5’12” de latitude sul e longitude oeste de 42°48’42”. Devido a esta proximidade à linha do Equador, os raios solares atingem à cidade com o ângulo muito próximo a 90°, permitindo que a cidade receba intensa radiação e apresente temperaturas elevadas, na maior parte do ano (CASTELO BRANCO, 2003).

O traçado do plano da cidade de Teresina foi estruturado a partir de um rígido formato geométrico que lembrava um tabuleiro de xadrez, com suas ruas alinhadas, quarteirões pequenos e um grande largo circundado por prédios administrativos e religiosos. Suas ruas paralelas partiam do rio Parnaíba, a Oeste, em direção ao rio Poti, contendo um espaço urbano delimitado por dezoito quadras no sentido norte-sul e doze no sentido leste-oeste.

Desde seu traçado original já tinham sido destinados quarteirões para a construção de praças, em sua grande maioria, em terrenos baldios, com nenhuma ou com poucas benfeitorias, sem urbanização, como também era a condição da própria cidade naquela época (LIMA, 2001).

Teresina é uma cidade sem litoral e por possuir um clima muito quente, as praças tornaram-se, um centro de lazer e reunião obrigatório para aqueles que queriam inteirar-se dos acontecimentos da cidade ou passear (LIMA, 2001).

Geralmente, o cuidado com as praças da cidade tem sido uma preocupação constante dos administradores municipais, ao longo dos anos. O prefeito Lindolfo do Rego Monteiro, em seu relatório de atividades, referente ao exercício de 1941, destaca a importância dessas áreas para a cidade de Teresina, devido às condições do clima local, e ainda aponta a necessidade da abertura de novas praças e da conservação e melhoria das existentes (MONTEIRO, 1943).

Com um total de oito, as praças do centro de Teresina têm uma representação significativa em relação à quantidade e a cobertura vegetal, criando grandes áreas sombreadas, mas estão sofrendo descaracterização e destruição, tornando-se áreas marginalizadas devido à falta de infra-estrutura, segurança e educação ambiental. Isso se deve à má conservação, invasão de novos usos, falta de conscientização quanto ao valor histórico e cultural, depredação por vandalismo dos marcos e mobiliário, entre outros. Tudo isso acaba causando o abandono e a ocupação indevida, deixando os usuários de utilizar seus serviços devido à falta de uma política de melhoria urbana.

4.6 A Praça João Luis Ferreira

A Praça João Luis Ferreira não fazia parte do traçado do Conselheiro Saraiva, tendo surgido a partir de uma desapropriação de terrenos no qual foi doada à Prefeitura a área de um quarteirão para a sua construção. Trata-se de um elemento de grande importância espacial, histórica, social e ambiental para a cidade, que foi considerada, no passado, como praça das crianças, dos namorados e do encontro entre amigos e atualmente configura-se como local de passagem e de espaço de atividades comerciais.

4.6.1 Início e evolução

Em 1905, foi doado à Prefeitura de Teresina um terreno para a construção de uma praça que inicialmente foi denominada Praça da República (Anexo A). A sua construção se deu no mandato do Prefeito Anfrísio Lobão (1925-1929) que, para homenagear o ex-governador do Piauí, João Luis Ferreira (1920-1924), falecido em 08 de julho de 1927, alterou o nome do espaço para Praça João Luís Ferreira (informação verbal)¹². Em 1930, a praça é remodelada:

5 Informação obtida com a Sra. Maria Heloísa Lobão Sampaio, filha do ex-prefeito Anfrísio Lobão, em entrevista concedida a Guilhermina Castro Silva, em setembro de 2008.

meios-fios, calçamento, passeio e iluminação interna e em 1932 é terminada a reforma (TITO FILHO, 1978).

A Praça João Luis Ferreira tem o traçado clássico romântico, composto por dois eixos principais marcados pelos passeios largos e simétricos, correspondendo a uma área total de 5.030,07 m². Macedo (1999, p. 23) define o traçado clássico como um espaço “retratado a partir de um parcelamento geométrico do solo, favorecendo-se a criação de pisos e caminhos estruturados por eixos, que convergem para um ponto principal, conectando-o aos diversos acessos”.

Dobal (1992, p. 21) descreve a praça como sendo “das crianças, dos namorados e das árvores que têm um breve outono, quando desfolham antes da floração”. Em seu entorno agrupava residências de famílias muito tradicionais, sendo, portanto, um foco de convivência e diversão social. Conforme a descrição de uma moradora do entorno, da década de 1930 do século passado:

A praça era toda cercada de figueira e o centro arborizado. Na gestão do meu pai (Anfrísio Lobão) ele encomendou essas plantas. No centro da praça tinha um tanque que servia para aguar as plantas e um coreto onde os políticos faziam seus comícios. No final da década de 1960 o tanque foi coberto e o coreto foi levado para a Praça Deodoro (informação verbal¹³).

Os jornais da época enfatizavam a realização da reforma, com a inclusão dos equipamentos para recreação infantil (Figura 4.1):

Também estão em andamento os trabalhos da Praça João Luiz Ferreira, onde ficará localizado um parque infantil, fato que também impõe aplauso à prefeitura, pois preencherá uma lacuna na vida da cidade (PRAÇAS, 1957, p. 2).



Figura 4.1: Praça João Luis Ferreira na década de 1960
Fonte: Acervo do Espaço cultural São Francisco

¹³ Informação obtida com a Sra. Maria Heloísa Lobão Sampaio, filha do ex-prefeito Anfrísio Lobão, em entrevista concedida a Guilhermina Castro Silva, em setembro de 2008.

Crianças brincavam, na época, utilizando o espaço e os brinquedos infantis existentes na Praça João Luís Ferreira (Figura 4.2).



Figura 4.2: Crianças brincando no parque da Praça João Luis Ferreira final da década de 1950
Fonte: Acervo de Adriana Fortes

Nesta época, a praça significava um espaço precioso e tinha muitas formas de entretenimento onde as famílias podiam se reunir e levar as crianças para se divertirem no parque infantil e os jovens aproveitavam para se encontrarem e namorarem. Para Santos (2006, p. 30) “as praças centrais, que são mais antigas, construídas com a finalidade de passeio e contemplação não estão preparada para incorporar-se ao lazer ativo”. Durante o período carnavalesco na cidade, os carros e caminhões, que praticavam o “corso” em volta da praça, eram um atrativo a mais (Figura 4.3).



Figura 4.3: Carros do “corso” durante o carnaval
Fonte: Acervo de Adriana Fortes

Na década de 1940 e no início de 1950, a praça era utilizada de várias formas. Carvalho (2005, p. 52) comenta que “a Praça João Luiz Ferreira foi o lugar preferido para a realização das poucas festas regionais, fora o Carnaval, que ocorriam em Teresina. O São João era uma delas, senão a principal”. O autor descreve, ainda, como esta festa era importante para a cidade.

O espaço da praça, um quarteirão quadrado. Talvez insuficiente para abrigar tantas idéias que senhoras e moças da sociedade apresentavam nos festejos. Não era um São João simples, só de fogueiras, do casamento matuto, mas uma festa popular já estilizada à maneira da época, sempre em benefício de obras sociais.

Com o passar dos anos, o parque com brinquedos para as crianças foi desativado e a atividade comercial cresceu, tomando conta do entorno da praça e trazendo consigo fortes modificações na paisagem urbana e no aspecto estético (Figura 4.4).



Figura 4.4: Praça João Luis Ferreira na década de 1990
Fonte: Acervo Casa da Cultura

De acordo com Lamas (2004), a praça é caracterizada como local público, onde os principais edifícios e monumentos se concentram, adquirindo um valor funcional, político social, simbólico e artístico, apresentando elementos como cenário, espaço embelezado, destinados à manifestação de vontade política e de prestígio. Neste contexto, em 1948, houve a construção do primeiro edifício com oito andares, localizado no entorno da Praça João Luis Ferreira, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) que durante anos foi o único edifício alto da então pequena cidade. Esse arranha-céu da época teve como finalidade “abrigar a sede e o ambulatório do Instituto dos Comerciários, o pavimento térreo destinado ao atendimento ao público, e os demais pavimentos abrigaram os consultórios médicos” (MENESES; BEZERRA, 2005, p. 57).

A praça foi se tornando um espaço diferente daquele existente na década de 1950 e de 1960. Aos poucos, o comércio foi ocupando o centro de Teresina e a praça, adquirindo outras funções. Em 2000, a praça passou por uma reforma com o objetivo de resgatar alguns elementos arquitetônicos, como postes e bancos, que marcaram a identidade da praça.

Com a reforma, foram inseridos dois pontos de ônibus, que atraíram o comércio informal, devido à concentração de pessoas. Além deste tipo de comércio, a Prefeitura Municipal de Teresina permitiu a realização de feiras mensais com a instalação de boxes metálicos (Figura 4.5) até o segundo semestre de 2008, sendo que a feira foi transferida para a Praça Demóstenes Avelino. A praça se tornou um espaço com novas funções a partir da presença do comércio informal, exercido, tanto por ambulantes que permanecem o dia todo no local, como por aqueles que circulam por outros espaços, a exemplo do vendedor de feijão verde, que vende seu produto com o auxílio do carrinho de mão (Figura 4.6).



Figura 4.5: Feira do microprodutor na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.



Figura 4.6: Venda de feijão verde na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Dessa forma, essas áreas deixam de ser um local com prioridade de interação social para se tornarem um local caracterizado pela atividade comercial. Para Robba e Macedo (2003) alguns projetos oficializaram a apropriação informal nas praças por feiras livres e camelôs.

Isso acontece em outras praças centrais do Brasil como nas Praças Tubal Vilela, Oswaldo Cruz e Sérgio Pacheco, em Uberlândia (MG), Praça Ernesto Tochetto, em Passo Fundo (RS), e no Terreiro de Jesus, em Salvador (BA).

4.6.2 Descrição física da Praça João Luis Ferreira

Para Reis e Lay (2006) o modo de conservação e manutenção de equipamentos dos espaços públicos indica o uso, a mensuração, as percepções, as atitudes, os comportamento e avaliações destes espaços pelos seus usuários. Na Tabela 4.1 estão listados os equipamentos e mobiliários existentes na praça, com uma descrição de seu estado atual de conservação e a nota referente ao conforto e manutenção.

Tabela 4.1 – Resumo do levantamento do mobiliário e equipamentos existentes na área da Praça João Luis Ferreira

EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO	DESCRIÇÃO	VALOR
Banca de revista	02 de metalon, piso de chapa e forro PVC; 01 de zinco e vidro, piso de chapa e forro PVC.	3,5
Bicicletário	Capacidade para 15 bicicletas.	3,5
Placas de sinalização	06 com nomenclatura de ruas; 08 com sinalização de trânsito (sinalização de advertência, indicativa e de regulamentação).	3,5
Quiosque de alimentação	02 pontos de venda de sorvete.	3,0
Telefone público	10 orelhões tipo padrão (orelhinha) com fibra de vidros (fiberglass) distribuídos em unidade e em dupla, sendo que 01 está adaptado para pessoas especiais.	3,0
Ponto de ônibus	02 estruturas de metal com cobertura de polipropileno.	3,0
Bancos	Concreto sem encosto com apoios adornados, sendo que 01 está quebrado.	3,0
Iluminação baixa	22 postes com 2 m de altura para propiciar iluminação adequada para os transeuntes, situados no entorno da praça. 06 postes de ferro com 02 lâmpadas (cada) com caracteres e estilo antigos.	2,5
Lixeiras	01 contêiner 03 de flande (lata) com suporte; 07 de polietileno na cor laranja com suporte.	2,5
Equipamento de apoio do transporte público	01 estrutura metálica abandonada que era utilizada pelos fiscais do SETUT.	2,0
Obra de arte	Estátua do médico Helvídio de Aguiar de ferro com pedestal de alvenaria.	2,0

A praça apresenta um nível médio em relação à conservação dos equipamentos e mobiliário urbano. Alguns equipamentos e mobiliário urbano foram considerados ótimos além da conservação pela sua utilização e quantidade no espaço.

As três bancas de revistas (Figura 4.7) estão distribuídas ao redor da praça com acesso fácil apesar da grande presença do comércio informal. No domingo, apenas uma banca fica aberta pela manhã, sendo uma atividade comercial reconhecida pelos usuários e clientes fiéis.

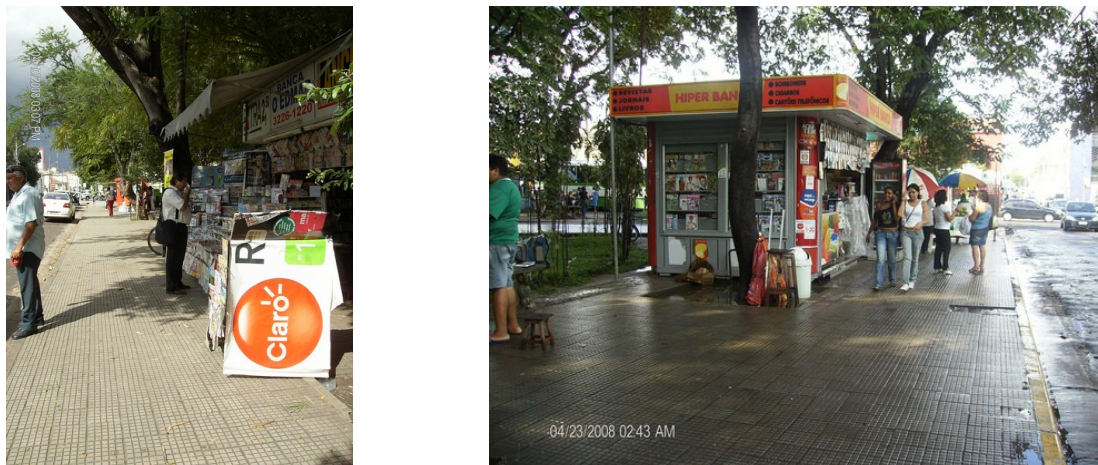


Figura 4.7: Bancas de revistas na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008

O bicicletário é caracterizado como “estacionamento de longa duração, grande número de vagas, controle de acesso, podendo ser públicos ou privados” (PROGRAMA..., 2007, p. 166). Em praças tem grande utilidade para os usuários e trabalhadores que utilizam a bicicleta como meio de transporte, principalmente por ser um local adequado para guardar as bicicletas, ou seja, que não danifique a bicicleta e permita a colocação de uma trava ou cadeado (Figura 4.8). Segundo Santos (2008) Teresina tem a maior participação em deslocamentos diários, cerca de 11,8% , em bicicletas.



Figura 4.8: Bicicletário existente na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008

As placas de sinalização estão distribuídas ao redor da praça informando nomes de ruas, sinalização de trânsito (permitido e proibido estacionar), sendo de fácil visualização pelos transeuntes. Contudo, foi constatada a falta de algum tipo de placa com o nome da praça, o que contribuiria para identificação do espaço, principalmente para os visitantes da cidade.

Os quiosques de sorvete (Figura 4.9), apesar de terem formas e materiais diferentes, apresentam bom estado de conservação e estando em pontos de fácil acesso e visualização.



Figura 4.9: Quiosques de sorvete na Praça João Luis Ferreira

Fonte: Foto Guilhermina castro, 2008.

A praça foi adaptada para dar acesso aos usuários de cadeira de rodas, com a implantação de rampas nos quatro cantos da praça, além de um orelhão (Figura 4.10) adaptado para cadeirantes ou portadores de acondroplasia (nanismo). Infelizmente, estas medidas não contemplam todos os portadores com deficiência, como, por exemplo, os cegos. A falta de acessibilidade e de integração dos mobiliários e equipamentos urbanos em espaços públicos apresenta uma barreira com os usuários, podendo provocar acidentes ou mesmo desconforto aos idosos e portadores de deficiência.



Figura 4.10: Orelhão adaptado para pessoas especiais na Praça João Luis Ferreira

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Os pontos de ônibus existentes no local apresentam o modelo padrão da Prefeitura Municipal de Teresina (Figura 4.11), usados em vários pontos da cidade, embora não sejam adequados ao clima do local, por não protegerem os usuários da radiação solar direta e da chuva. Mas, devido à grande área sombreada existente na praça estes pontos de ônibus são muito utilizados pela população que utilizam seus assentos, estando em bom estado de conservação.



Figura 4.11: Ponto de ônibus na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008

Os bancos (Figura 4.12) apresentam o mesmo modelo utilizado desde a construção do espaço, não tendo havido a introdução de novos exemplares com a última reforma. Eles estão distribuídos em todo espaço sombreado da praça, não sendo adequados para permanecer muito tempo, principalmente por pessoas idosas, por não apresentarem encostos. Dos 44 bancos apenas um está quebrado, mesmo, assim, foi adaptado pelos usuários, possibilitando seu uso (Figura 4.13).



Figura 4.12: Banco em concreto com pés adornados na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.



Figura 4.13: Banco quebrado que foi adaptado para sentar na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Na década de 1980 (Figura 4.14), a praça possuía canteiros com aproximadamente 0,50 m de altura, que foram rebaixados, ficando no mesmo nível do piso (FREITAS, 2000). O piso foi reformado com pedra portuguesa na cor vermelha e antiderrapante (Figuras 4.15).

Atualmente o piso se encontra danificado devido à colocação dos boxes metálicos quando havia a feira do microprodutor, autorizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC.



Figura 4.14: Praça João Luis Ferreira na década de 1980.

Fonte: Acervo Casa da Cultura



Figura 4.15: Praça João Luis Ferreira após a reforma de 2000.

Fonte: Teresina, 2002d, p. 3.

Os postes de iluminação antigos foram reaproveitados e pintados na cor laranja, para realçar sua estética em meio à massa arbórea, tendo sido incluídas outras luminárias modernas, embora, dos 28 postes existentes, somente cinco estão iluminando o espaço, pois o restante está quebrado ou com as lâmpadas queimadas (Figura 4.16).

Os usuários tentam se adequar à situação, improvisando uma melhor iluminação. Um comerciante do entorno, por exemplo, que possui uma lanchonete, em frente à praça colocou algumas lâmpadas perto da banca de jornal. Os quiosques de sorvete e um carro de batata-frita deixam lâmpadas ligadas para não deixar a praça na escuridão. No entanto, quando suas atividades são encerradas a iluminação torna-se insuficiente, o que torna a praça convidativa para a prática vandalismo e roubos.



Figura 4.16: Luminárias com lâmpadas quebradas, na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Observa-se, que hoje, o espaço estudado está na escuridão desfavorecendo a sua utilização à noite, proporcionando aos usuários uma falta de segurança para permanência no local. Após às 19h00 o ponto de ônibus é o atrativo para a permanência dos usuários.

Perto do ponto de ônibus existe uma estrutura metálica que funcionava um posto de fiscalização do Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos Passageiros Teresina - SETUT (Figura 4.17). Hoje, ela está abandonada, servia de depósito de lixo e atualmente os comerciantes a utilizam como depósito de material.



Figura 4.17: Posto de fiscalização do SETUT abandonada na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Feiber (2004, p. 95) observa que o primeiro estímulo para a percepção de um espaço público, como a praça, é a imagem física que “só se completa após uma complexa relação estabelecida com o repertório cultural individual e coletivo de uma população”. Apesar da praça ter uma quantidade suficiente de lixeiras espalhadas em sua área, duas lixeiras de

polietileno estão quebradas tendo apenas o suporte. As atividades comerciais informais não ajudam a preservar o espaço e, para completar os usuários também jogam lixo nos canteiros e nos passeios

No local a estátua do pediatra Helvídio de Aguiar, o médico das crianças, como era conhecido, apresenta sinais de vandalismo sendo utilizado como local para anexar cartazes (Figura 4.18). As estátuas, bustos e monumentos são obras de valor cultural que representam a memória da história da cidade e dos “filhos ilustres”, mas com o tempo estas homenagens passam despercebidas pela população.



Figura 4.18: Estátua de Helvídio Nunes
Fonte: Guilhermina Castro, 2009

As obras de arte que estão inseridas nos espaços públicos precisam ser respeitadas em projetos de requalificação urbana por fazerem “parte importante da memória coletiva da cidade”, apesar de que atualmente estes objetos podem “contribuir para a composição da paisagem quanto pode ajudar a descaracterizá-la” (LEITÃO, 2002, p.70). Isso depende da memória da sociedade, do valor histórico e cultural que estas pessoas homenageadas têm na atualidade.

4.6.3 Caracterização do entorno da Praça João Luis Ferreira

Prédios históricos da primeira metade do século XX podem ser observados ao redor da praça, antigas residências que eram caracterizadas por casas com varandas e sobrado que foram adaptadas para uso comercial.

Até o final da década de 1980 e início de 1990, a praça foi utilizada pelos alunos como uma extensão dos colégios que ficavam em frente ou próximos da praça, esperando o início

das aulas ou ficavam no intervalo conversando, namorando etc. Atualmente o entorno da praça é comercial (Figura 4.19) com lojas, lanchonetes, estacionamento, clínicas e escritórios. Fora as atividades comerciais há uma Igreja Evangélica, cuja sede foi doada a Prefeitura, o antigo prédio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) que se encontra parcialmente interditado do 2º ao 8º andar, sendo que o térreo permanece sob análise do Corpo de Bombeiros.



Figura 4.19: Pontos comerciais na Rua David Caldas
Fonte: Guilhermina Castro, 2009

A Fundação Cultural Monsenhor Chaves (Figura 4.20) que foi criada em 1986 e atua nos segmentos das artes cênicas, artes plásticas, literatura, música, folclore e cultura popular, patrimônio natural, histórico e artístico.



Figura 4.20: Fundação Cultural Monsenhor Chaves
Fonte: Guilhermina Castro, 2008.

As casas residenciais foram dando lugar aos pontos comerciais modificando a paisagem e o entorno da Praça João Luis Ferreira, que aos poucos se curvou ao desenvolvimento do centro de Teresina, descaracterizando, assim, a arquitetura original das casas com novas fachadas (Figuras 4.21 e 4.22).



Figura 4.21: Casa residencial na década de 1960, em frente à Praça João Luis Ferreira situada à Rua Sete de setembro, 256.

Fonte: Acervo de Adriana Fortes.



Figura 4.22: Casa residencial transformada em ponto comercial situado à Rua Sete de setembro, 256.

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Outras residências não sofreram descaracterização total, os proprietários tiveram a preocupação estética e não modificaram sua arquitetura original (Figura 4.23).

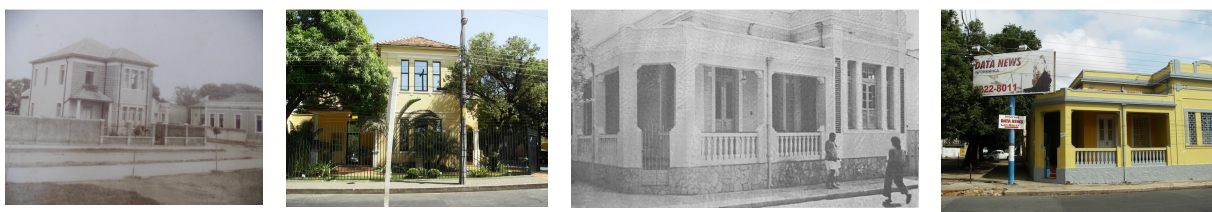


Figura 4.23: Casas residenciais das Famílias Lobão e Dona Carlotinha na década de 1930 transformadas em pontos comerciais.

Fonte: Acervo de Maria Heloísa Lobão; GOMES, 200, p. 29; Foto Guilhermina Castro

Existem dois pontos de comércio que tem um funcionamento diferente dos demais: uma lanchonete que nas sextas-feiras funciona até as 21h00 e no sábado a partir da 12h00 utiliza o espaço sombreado em frente ao ponto para colocar cadeiras e mesas (Figura 4.24). O outro ponto funciona de segunda a sexta-feira até 22h00 utilizando, também, o espaço em frente à praça e no sábado a partir das 12h00.



Figura 4.24: Utilização da praça no sábado

Fonte: Guilhermina Castro, 2008.

A vegetação torna as praças mais atrativas, devido à sombra proporcionada pela copa das árvores, à floração de algumas espécies, que atraem pássaros, capaz de oferecer maior qualidade de vida para os usuários. Na Praça João Luis Ferreira, pode ser constatado a presença de aves, como sabiá (*Turdus sp*), rolinha fogo-apagou (*Scardafella squammata*), bem-te-vi (*Pitangus Sulphuratus*), pombo (*Columba livia*) e anu-preto (*Crotophaga ani*).

4.6.4 Os usuários e as atividades na Praça João Luis Ferreira

Para identificar a utilização da praça pelos seus usuários foram feitas observações no ambiente físico, permitindo estabelecer relações de comportamento dos usuários com este espaço. Para Reis e Lay (2006, p. 29) o uso é visto “como um dos pré-requisitos para um espaço aberto satisfatório,” já que sem a utilização destes espaços pelos usuários torna-o de pouco significado e importância para a cidade. A Praça João Luis Ferreira é caracterizada pela circulação de pedestres, lazer passivo e comércio informal. Na Figura 4.25, estão as principais atividades exercidas pelos usuários neste local são: esperar o comércio/alguém, apenas passar e esperar ônibus, que é um diferencial na praça, totalizando 66,6%. Entre outras atividades, estão: descansar, paquerar e comprar.

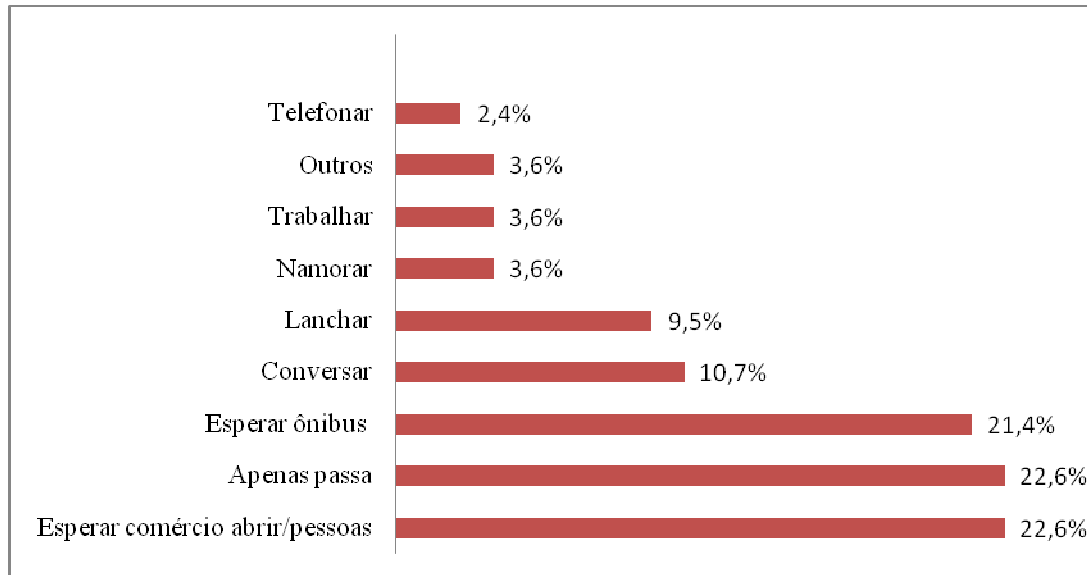


Figura 4.25: Gráfico sobre as atividades realizadas na praça João Luis Ferreira

A circulação de pedestres se dá devido à localização central da praça e seu entorno ser comercial, e a permanência no espaço se deve aos pontos de ônibus que foram colocados na reforma de 2000.

Quanto mais o homem se apropria de um espaço público, mais vida ele tem. Foram identificadas atividades passivas, como: namorar, jogar baralho, principalmente para taxistas e comerciantes informais, ler, fiscalizar o local, esperar o ônibus e a hora de entrar no trabalho, lanchar, assistir televisão, vender, comprar. A partir das 7h00 o fluxo de pessoas aumenta com o desembarque dos ônibus. Algumas pessoas permanecem, enquanto a maioria apenas passa pela praça. Das 7h30min até às 8h00 a permanência na praça aumenta a ocupação dos bancos. Nesse horário, as pessoas tomam café (com leite, bolo, cuscuz, salgados, pão de queijo), esperam por alguém ou que o comércio inicie as atividades (Figura 4.26).



Figura 4.26: Barracas de alimentação na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Depois de 8h00, a circulação diminui e a permanência na praça fica, principalmente, nos bancos próximos ao ponto de ônibus. Em geral, a permanência na praça é feita por casais de namorados, pelos comerciantes informais, estudantes e pessoas esperando o ônibus. Assim, a utilização da praça como passagem é grande e contínua.

A partir das 11h00, quando o comércio começa a liberar para o almoço, o fluxo de pessoas e a ocupação dos bancos aumentam. O ponto de ônibus fica cheio, a venda de alimentação aumenta, já que algumas pessoas almoçam ou lancham na praça onde o cardápio é diversificado (maria isabel, paçoca, creme de galinha, lasanha, feijão tropeiro, torta, bolo, café). Depois das 14h00 o fluxo é menor, em relação ao turno da manhã. O espaço mais ocupado é o lado do ponto de ônibus.

À noite, a praça fica praticamente escura proporcionando insegurança. Por isso, a permanência noturna de usuários neste espaço é pouca. A partir das 18h30min o fluxo diminui consideravelmente e as lojas comerciais já estão fechadas. A praça está em um local totalmente comercial, sem residências. Rodrigues (1986, p. 51) comenta que o uso

habitacional deve “ser estimulado nas áreas centrais por sua forte contribuição para a animação fora dos horários comerciais”. O autor conclui, ainda, que estes estímulos devem estar presentes em projetos de “reestruturação e renovação urbana no sentido de se evitar sua expulsão”.

Na praça continua a comercialização de frutas, vale transporte, batata-frita, sorvete, bombom, água e poucas pessoas no ponto de ônibus após as 19h00. O ponto de ônibus é o local onde algumas pessoas permanecem, alguns casais ficam em locais pouco iluminados e há somente um ponto comercial em frente à praça que durante a semana fica aberto depois das 20h30. Foi observado, também, que no cruzamento das ruas Sete de Setembro com Coelho Rodrigues é utilizado como ponto de prostituição.

De segunda-feira a sexta-feira, um ponto comercial fica aberto à noite e utiliza a calçada da praça em frente ao seu ponto comercial e coloca algumas cadeiras e mesas, onde clientes bebem e ouvem música. Aos sábados, a praça é ocupada por cadeiras e mesas, envolvendo dois pontos comerciais, localizados em frente da praça. Este espaço se torna uma extensão do bar onde a clientela fica sentada na sombra. Além deste espaço, o ponto de ônibus é o mais movimentado. Poucos comerciantes vendedores de vale transporte, batata-frita, água, refrigerante, bombom, ficam depois das 15h00.

No domingo, pela manhã, poucas pessoas utilizam a praça, mas, mesmo assim, pode-se encontrar no espaço casais de namorados, pessoas que vão comprar jornais e revistas (uma banca fica aberta pela manhã), mas a maioria das pessoas está situada no ponto de ônibus. No mapa de uso (Figura 4.27) mostra as principais atividades exercidas pelos usuários e a caracterização do seu entorno.

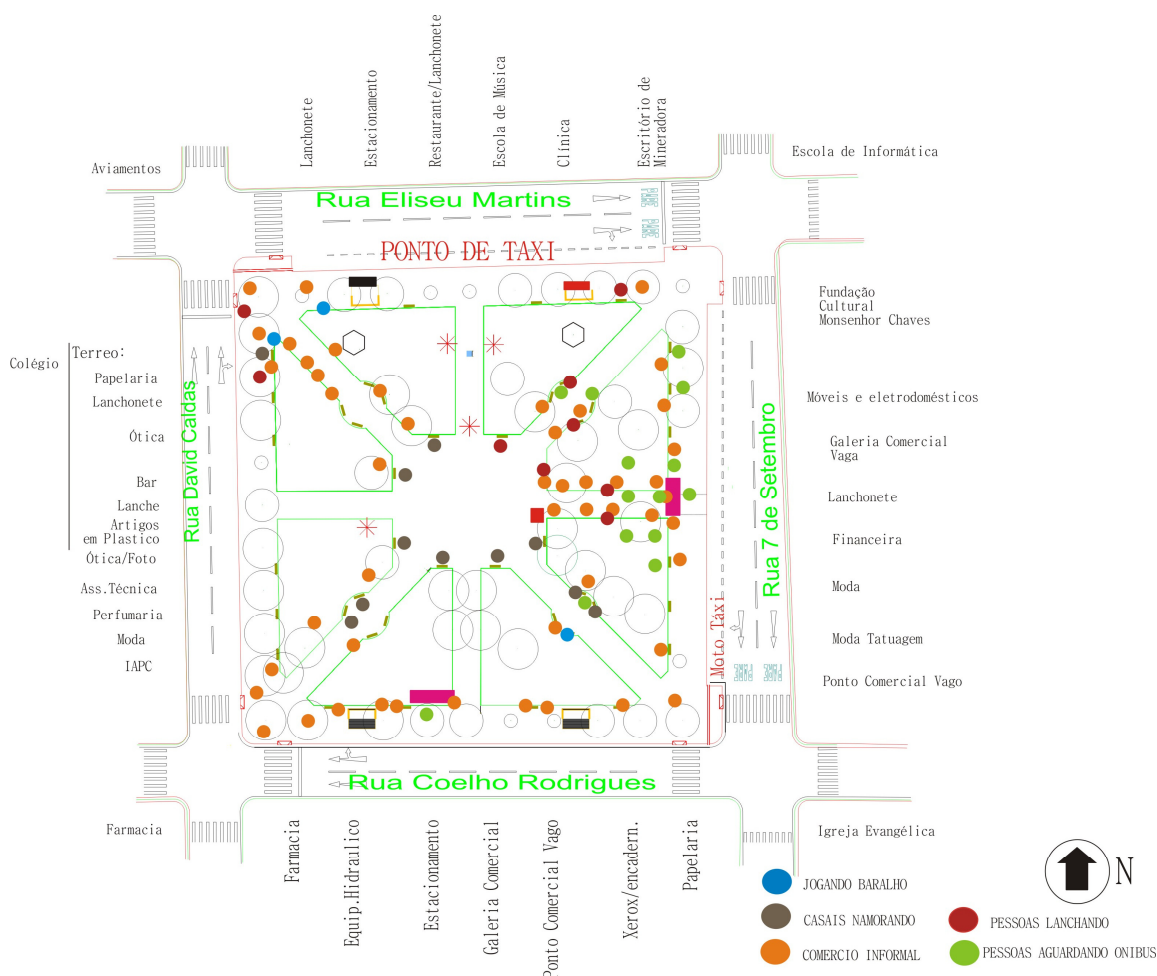


Figura 4.27: Mapa de uso da Praça João Luis Ferreira

Fonte: SEMPLAM (2000) adaptado por Guilhermina Castro, desenhado por José H. Leal Júnior (2008).

4.7 Atividade comercial na Praça João Luis Ferreira

O processo de urbanização no século XX, caracteriza-se por uma nova reestrutura espacial, cuja origem do processo encontra-se na multiplicação e diversificação das áreas de concentração das atividades de comércio e de serviços. Com o comércio veio, também, o desenvolvimento da propriedade privada que possibilitou a acumulação de riquezas e a divisão de classes sociais. A economia de um país pode ser dividida em setores (primário, secundário e terciário) de acordo com os produtos produzidos, modos de produção e recursos utilizados. Estes setores econômicos podem mostrar o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região.

Os centros urbanos oferecem um diversificado número de bens e serviços favorecendo o fluxo de pessoas e, com isso, atraindo o comércio formal e informal para o centro da cidade. Este comércio ocupa os espaços públicos (ruas, calçadas, praças) onde não pagam aluguel e

há uma concentração de pessoas. Entende-se por informalidade a fração do emprego do fator trabalho alocado ao setor informal. Desta forma, redução da informalidade neste trabalho é equivalente à elevação do grau de formalização do trabalho (PESSOA; PESSOA, 2006).

Os termos camelô e ambulante são, na maioria das vezes, tratadas como sinônimo, mas há algumas diferenças nos conceitos. Para Bertolucci (2003), os camelôs têm ponto fixo, definido pela Prefeitura, trabalham em barracas de boa qualidade, e na grande maioria, têm autorização do órgão fiscalizador para se instalar em um determinado local. Os ambulantes não têm um local específico para comercializar e suas mercadorias são mais baratas comparadas com as do camelô. Segundo Vargas (2001, p. 303) o comércio ambulante foi a

primeira maneira da troca acontecer através da história, assumiu formatos diferentes, quer na forma de mercados temporários ou feiras, quer como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e o próprio ambulante perambulando em busca de consumidores.

Os espaços públicos, em especial as praças, desde a Idade Média, como a *ágora* era usada para ponto de encontro, reunião e negócios. Graeff (1986) comenta que a praça alojava as reuniões do Conselho que geria os negócios da cidade e nela todos os cidadãos poderiam discursar e manifestar suas idéias sobre qualquer problema. Mumford (1998, p. 167) completa que a *ágora* é um espaço aberto de propriedade pública e que “no meio deste espaço, as barracas ou cobertas temporárias indicariam um dia de feira, quando o camponês levava seu alho, suas verduras ou azeitonas para a cidade e comprava um pote ou mandava consertar seus sapatos”.

Alex (2008, p. 27) comenta que as “atividades comerciais podem estimular o uso do espaço público e aumentar a percepção do caráter aberto dos lugares. Ambulantes que tumultuam várias ruas do Centro também animam praças da cidade”. Em São Paulo, as feiras realizadas nos espaços públicos acabaram se tornando uma atividade de lazer no fim de semana.

A atividade informal na Praça João Luis Ferreira tem participação maior das mulheres 26 entre os 48 vendedores que trabalham na praça. A maioria das mulheres trabalha com comida, água, refrigerante, bombom, confecção, incensos, bijuteria e acessórios, artesanato, tapetes, almofadas, perfumes entre outros. Os homens ocupam-se na venda de vale transporte, CD/DVD “pirata”, legumes, verduras, batata-frita, água, refrigerante, bombom, redes, tapetes entre outros. As pessoas acabam atuando na informalidade como uma forma de “escape” do desemprego, uma alternativa para aqueles que não conseguem uma posição de trabalho no comércio formal. Este tipo de comércio ultrapassa barreiras do planejamento urbano e surgem em meio aos eventos (festas, feiras) e em locais que resultam em aglomeração como praças e

em frente a estabelecimentos de comércio formal conservando, assim, a imagem negativa da ilegalidade.

Na Figura 4.28, percebe-se que a maioria das pessoas que trabalham está na faixa dos 26 aos 45 anos, representando mais da metade do total dos comerciantes que trabalham na praça. Isso demonstra um perfil de adultos no auge de seu ciclo de vida produtiva e, por isso, é muito difícil reverter a sua posição de ocupação no setor formal. É interessante notar que os jovens por não terem experiência que o mercado exige obtêm essa experiência na ocupação informal. Um ponto negativo nesta atividade é a grande abertura que a pirataria encontra na informalidade, o seu principal veículo de distribuição. Por falta de recursos, tornou possível a existência de muitos vendedores ambulantes dedicados quase que exclusivamente à venda de produtos falsificados ou pirateado, principalmente o DVD, CD e produtos eletrônicos.

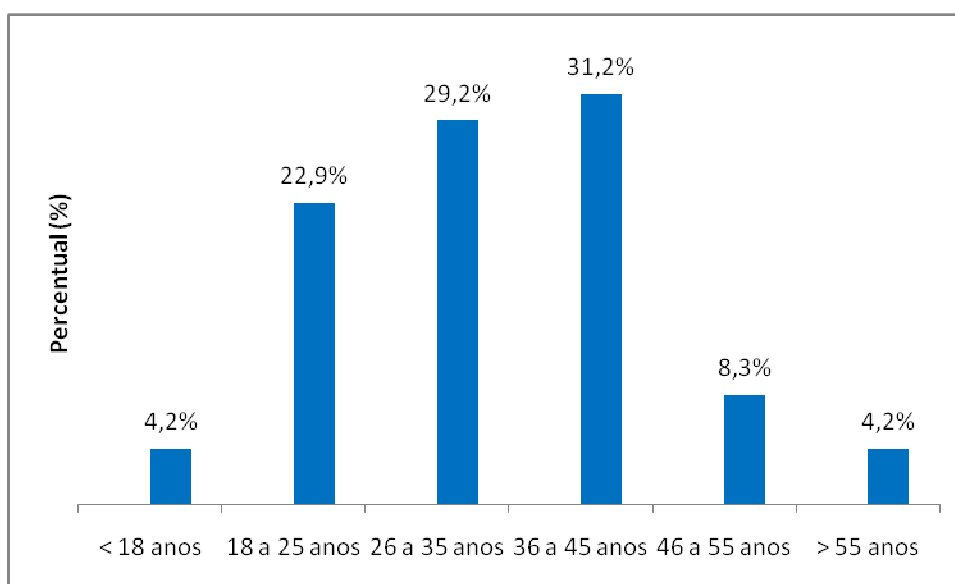


Figura 4.28: Faixa etária dos vendedores informais da Praça João Luis Ferreira

A composição educacional destes comerciantes torna-se interessante, quando se observa na Figura 3.29 que não é apenas uma faixa educacional que predomina, mas, sim três: ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo com 27,1%, cada, seguido do ensino médio incompleto com 20,8%. Isso demonstra que estes vendedores que trabalham por conta própria estão cada vez mais escolarizados, não sendo exclusivo aos redutos de baixa escolaridade, mas que afeta todos os níveis educacionais sem fazer exceção de pessoas. Isso é comprovado quando o nível de pessoas analfabetas (4,2%) é o mais baixo se igualando às pessoas que possuem curso superior completo (4,2%) e que estão na informalidade.

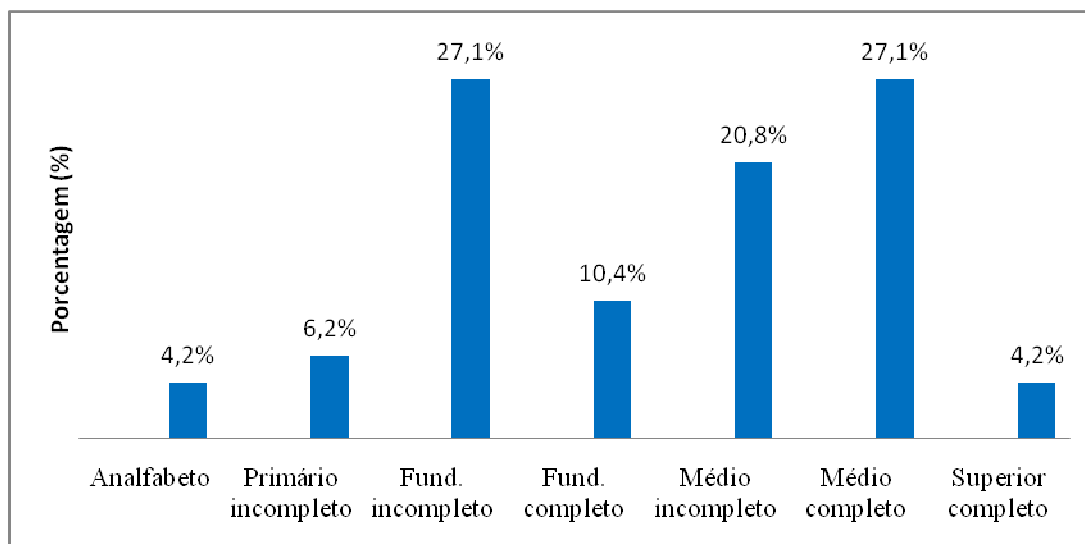


Figura 4.29: Escolaridade dos comerciantes informais da Praça João Luis Ferreira

Os vendedores informais (47,9%) já tiveram registro de trabalho exercendo funções como: costureira, operador de cadeira e de máquina de solda, técnico de eletrônica, vendedor, agente de saúde, auxiliar de escritório, gari, frentista, zeladora, serviços gerais, ajudante de caminhoneiro e doméstica. A maioria dos entrevistados (52,1%) nunca trabalharam com carteira assinada, mas já exerceram funções como: empregada doméstica, mirim e trabalhos agrícolas.

A renda mensal da maioria dos vendedores informais chegam a menos de 1 salário-mínimo até 2 salários-mínimos conforme Figura 4.30.

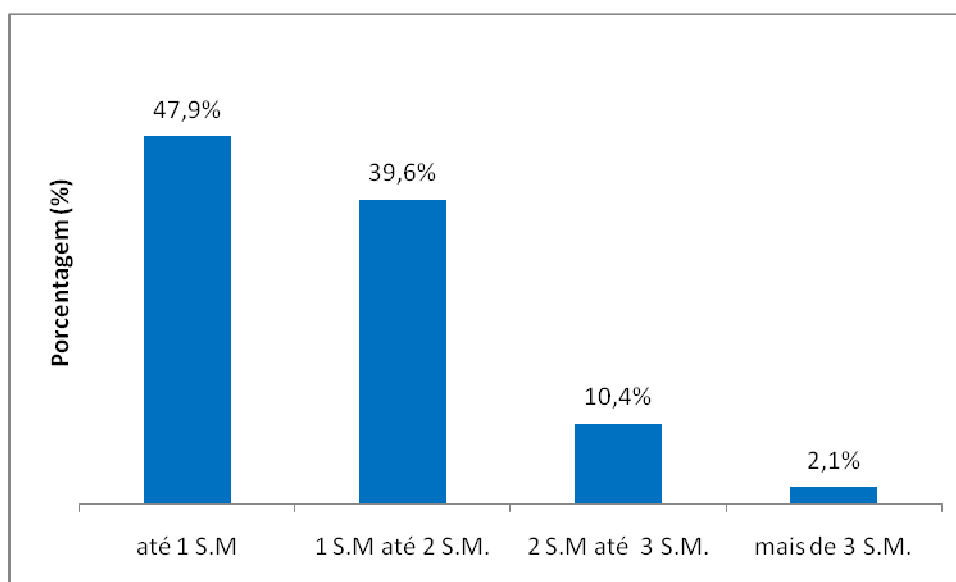


Figura 4.30: Renda mensal dos comerciantes informais da Praça João Luis Ferreira

A Figura 4.31 mostra que depois da reforma da praça em 2000 houve um crescimento nos últimos três anos de comerciantes informais. De 2005 até hoje, houve um acréscimo de 22,5%. As pessoas que trabalham de 4 a 6 anos na informalidade começaram na praça e estão

até hoje. Os vendedores com mais de sete anos diminuíram, houve uma queda de 22,9%, podendo ter encontrado outro ponto de venda ou outro tipo de trabalho durante o período da reforma da praça.

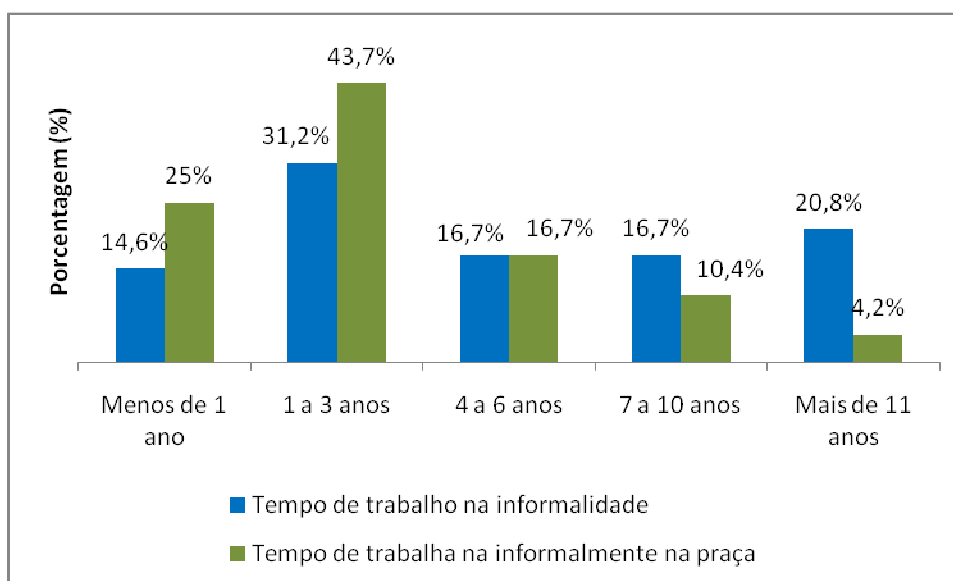


Figura 4.31: Comparação de tempo de trabalho na informalidade com o tempo de trabalho na Praça João Luis Ferreira.

As praças têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração a sua diversidade e seu uso pela população. De acordo com a Figura 4.32, o principal motivo dos comerciantes informais trabalharem, em especial, nesta praça é o fluxo de pessoas (37,3%). Ela tem uma localização central, tem dois pontos de ônibus que diretamente favorece o fluxo. Em segundo lugar vem a pouca concorrência (19,6%), seguido da disponibilidade de lugar para trabalhar (11,8%). Isso ocorre porque a Prefeitura Municipal permite que eles possam permanecer no local enquanto o Shopping da Cidade está em processo de construção. Outro motivo além da disponibilidade de lugar e de menor concorrência é que quando há fiscalização, para que os ambulantes não fixem lugar no espaço, acaba tendo um rodízio de pessoas que saem e de outras vêm para a praça. Foram citados outros motivos como o sombreamento, limpeza, localização, espaço maior, menos barulho, segurança, entre outros. Para Costa¹⁴ (1989) apud Cleps (2003, p. 5), a atividade ambulante pode ser comparada com os mercadores na Idade Média “que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho. [...] esses mercadores permanece presente, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior influência”.

¹⁴ COSTA, E. G. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1989.

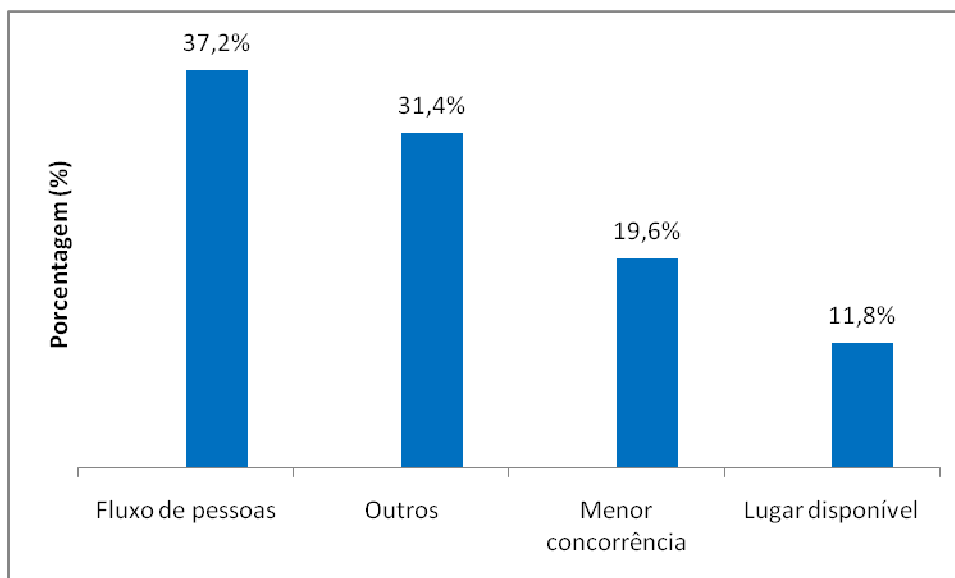


Figura 4.32: Motivo que levam o comerciante informal a trabalhar na Praça João Luis Ferreira

Além da atividade comercial informal a Prefeitura Municipal autorizava a realização de feiras dos micros produtores, com frequência mensal, permitindo a instalação de boxes metálicos, de acordo com o calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC. São aproximadamente 120 produtores distribuídos em cerca de 40 stands com grande variedade de produtos, como: tapetes, bolsas, panos de pratos, crochê, além do destaque maior que são as confecções. A partir da 15h, alguns vendedores começam a desarmar a banca/barraca, e no final da tarde poucos se encontram na praça, permanecendo no local apenas os que estão localizados próximo ao ponto de ônibus, como os vendedores de vale transporte, batata-frita, sorvete, água, refrigerante e bombom.

4.8 Considerações Finais

As praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, contribuindo para o equilíbrio ambiental, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas.

Com este estudo, observou-se que estes espaços públicos têm a finalidade social, mas dependendo das funções e equipamentos urbanos estes espaços agregam outras funções que não estavam previstas no projeto e pelo órgão responsável. A Praça João Luis Ferreira tinha uma utilização diferente pelos usuários que residiam em seu entorno, sendo, portanto, um local de convivência e diversão social. Nas restaurações que ocorreram durante os anos, foi incluído um parque infantil proporcionando às crianças momentos de lazer ativo.

Neste espaço, famílias encontravam formas de entretenimento e os jovens um ponto de encontro e flerte. As poucas festas regionais que ocorriam no espaço da praça, um quarteirão quadrado, reuniam grande número de pessoas.

Com o passar dos anos, a cidade cresceu em expansão e surgiram conjuntos habitacionais, em locais afastados do centro e a atividade comercial aos poucos foram ocupando locais residenciais. Isto fez com as áreas centrais adquirissem caráter comercial e trazendo, assim, fortes modificações na paisagem urbana.

Em 2000, ocorreu a última reforma na Praça João Luis Ferreira com o objetivo de resgatar alguns elementos arquitetônicos, como postes e bancos, que marcaram a identidade da praça. A reforma foi positiva para a população e para a revitalização da paisagem urbana da cidade, mas com o tempo ela teve outra finalidade que não estava prevista no projeto, a atividade comercial informal.

Quanto mais o homem se apropria de um espaço público, mais vida ele tem. A Praça João Luis Ferreira é caracterizada pela circulação de pedestres, lazer passivo e comércio informal. As principais atividades exercidas pelos usuários neste local são: esperar o comércio/alguém, apenas passar, descansar, paquerar e comprar e esperar ônibus. Atualmente, os equipamentos e mobiliários existentes no espaço estão na média em relação à conservação, sendo que alguns equipamentos encontram-se quebrados ou danificados devido à ação de vândalos. A iluminação, que é essencial nestes espaços, esta precária com lâmpadas queimadas ou quebradas.

A Prefeitura ao colocar pontos de ônibus na praça favoreceu a proliferação do comércio informal devido ao fluxo de pessoas no local. Devido a sua localização central, seus equipamentos e a sua cobertura vegetal, este espaço tornou-se atrativo para esta atividade, dando outra função para a praça e modificando a paisagem com ocupações de espaços, como os canteiros e os passeios dificultando, assim, a passagem do pedestre. Devido ao problema socioeconômico na cidade, a Prefeitura permitiu a presença destas atividades comerciais que acabou se tornando um problema para os comerciantes formais do entorno da praça. Constatou-se, também, que a falta de políticas públicas eficazes quanto à preservação do patrimônio da cidade de Teresina e que as praças do centro, em especial a João Luis ferreira, estão sendo invadidas pelo comércio ambulante desfavorecendo a paisagem urbana.

4.9 Referências

- ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- ALVES M. R. da S.; LOPES, W.G. R.; SOUSA, G. de B. Apropriação pelos usuários de espaços públicos, em bairros da zona sul da cidade de Teresina/PI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 7, 2004. Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- BENÉVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BERTOLUCCI, F. L. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais e os camelôs e ambulantes. IN: II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”, 2, Universidade Federal de Uberlândia, 2003, p 1-12, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2003p. 1-12.
- CARVALHO, A. L. P. de. São João de décadas passadas em Teresina. **Revista Presença**. O Parnaíba pede socorro. Teresina: Ano XX, n. 34, p. 52-53, 2º semestre/ 2005.
- CASTELO BRANCO, A. E. Urbanização e Clima em Teresina. **Caderno de Teresina**. Teresina, Ano XV, n.35, p. 10-15, mar. 2003.
- CLEPS, G.D.G. O comércio informal e a cidade. IN: II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”. Universidade Federal de Uberlândia, 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2003, p. 1-10.
- CUNHA, R. D. A. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis**. 2002, 406 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M. de; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia civil UM**, Guimarães - Portugal, v. 20, n. 1, p. 57-70, 2004.
- DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção e revitalização da área portuária do RJ. DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DOBAL, H. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.
- FREITAS, E.C. Reforma de três praças no centro custará R\$ 513 mil: pouca coisa está mudando no projeto arquitetônico da Liberdade, São Benedito e João Luis Ferreira. **Jornal Diário do Povo**, Teresina, 22/10/2000, p. 11.
- FAÇANHA, A. C. **A evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais**. 1998, 325 p. Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. 1998.
- FEIBER, S. D. Áreas verdes urbanas imagem de uso – o caso do Passeio Público de Curitiba – PR. **RAÍÇA**. Curitiba: Editora UFR, n. 8, p. 93-105, 2004.
- FESTI, A. V. Os critérios de área verde e sistema de lazer no planejamento urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2004, p. 1-5.

- GRAEFF, E. A. **Edifício**. São Paulo: Editora Projeto, 1986 (Cadernos brasileiros de arquitetura, 7).
- HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITÃO, L. (Org.). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.
- LIMA, S. M. S. A. **A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim. Tudo é igual? Transformações no espaço público**: o caso da Praça Pedro II, em Teresina, Piauí, 2001, 149 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- MACEDO, S.S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo, 1999 (Coleção Quapá, v.1).
- MACEDO, S.S. Espaços Livres. **Paisagem Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAU/USP, n.7, p.15-56, jun. 1995.
- MACEDO, S.S. Os espaços de edificação e o destino da paisagem urbana. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 2. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pini, 1986, p.103-110.
- MARTINS, E. **Guia de Teresina**. Teresina: Gráfica IBGE, 1959.
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MENESES, A. de S.; BEZERRA, D. de O. Edifício do IAPC (INPS): resgate histórico e arquitetônico. **História da arte e da arquitetura no Piauí**. Teresina: Instituto Camilo Filho, p. 55-66, 2005.
- MONTEIRO, L. R. **Relatório da Câmara Municipal de Teresina**. Teresina: Graphica Esperança, 1943.
- MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas histórias, transformações e perspectivas. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fortes, 1998.
- NASCIMENTO, F.A. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.
- OLIVEIRA, L.A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.59-69, abr./jun. 2007.
- PESSOA, S.; PESSOA, S. M. **Ataque Tributário à Informalidade**, 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/28893/P28893.xml&xsl=/brasil/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>> Acesso em: 16 jun. 2008.
- PINHEIRO, J. de Q.; ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 75-104, 2008.
- PRAÇAS. **Jornal do Piauí**, Teresina, 10 nov. 1957. Cidade, p. 2.

PROGRAMA BRASILEIRO DE MOBILIDADE POR BICICLETA – BICICLETA BRASIL
Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

REIS, A. T. da L.; LAY, M. C. D. Avaliação da qualidade de projetos - uma abordagem perceptiva e cognitiva. In: **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.6, n. 3, p. 21-34, jul./set. 2006.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2003.

RODRIGUES, F. de M. **Desenho urbano**: cabeça, campo e prancheta. São Paulo: Projeto, 1986.

SANTOS, P. Pedala Brasil: saiba o que tem sido feito para dar mais conforto e segurança àqueles que decidem cruzar as cidades de bicicleta. **Revista Vida Simples**, edição especial Vá de Bicicleta, set. 2008. Disponível em:

<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_299254.shtml?func=2>.

Acesso em; 27 jul. 2009.

SANTOS, E. S. dos. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. **RAÍÇA**. Curitiba: Editora UFR, n. 11, p. 25-33, 2006.

TITO FILHO, A. **Memorial da cidade verde**. Teresina: COMEPI, 1978.

VARGAS, H.C. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

Capítulo 5

ASPECTOS RELACIONADOS AO USO E APROPRIAÇÃO DE PRAÇAS EM ÁREAS CENTRAIS DE CIDADES: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Artigo enviado para a Revista “RA’EGA”

ASPECTOS RELACIONADOS AO USO E APROPRIAÇÃO DE PRAÇAS EM ÁREAS CENTRAIS DE CIDADES: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS¹⁵

ASPECTS RELATED TO THE USE AND OWNERSHIP OF AREAS IN CENTRAL SQUARE OF CITIES: Transformations and residence

Guilhermina Castro SILVA¹⁶; Wilza Gomes Reis LOPES¹⁷; João Batista LOPES¹⁸

Resumo

A Praça Landri Sales, em Teresina-PI, após um projeto de revitalização, voltou a ser um local propício às atividades urbanas e utilizado pela população. Este trabalho teve como objetivo identificar as alterações comportamentais do uso da praça desde a sua construção até hoje e os benefícios e/ou problemas ambientais causados pelas atividades exercidas no local, seu equipamento mobiliário e identificar as atividades econômicas existente. Com a reforma realizada em 2006, a Praça Landri Sales recuperou a sua função original e foram restabelecidos seus equipamentos e sua cobertura vegetal. O órgão público, desde a sua reforma, não permitiu que ambulantes e camelôs permanecessem neste espaço. Esta praça apresenta lazer ativo e passivo, mas infelizmente apresenta, também, sinais de vandalismo e falta de manutenção do mobiliário e equipamentos urbanos, principalmente no que se refere à iluminação.

Palavra-chave: praça, lazer, mobiliário urbano.

Abstrat

The Landri Sales Square, in Teresina, Piauí, after a project for revitalization, became a place conducive to urban activities and used by the population. This study aimed to identify the behavioral change of use of the square since its construction to date and the benefits and / or environmental problems caused by activities performed on site, its furnishings and equipment to identify the existing economic activities. With the reform in 2006, the Landri Sales Square regained its original function was restored and their equipment and their vegetation. The public agency, since its reform, not allowed to remain mobile and camels here. This square shows active and passive recreation, but unfortunately shows also signs of vandalism and lack of maintenance of urban furniture and equipment, especially with regard to lighting.

Keyword: square, leisure, furniture.

¹⁵ Parte da dissertação de mestrado apresentada pela primeira autora ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN).

¹⁶ Tecnóloga em Meio Ambiente, Mestranda do PRODEMA/UFPI (guilherminacastro@hotmail.com)

¹⁷ Arquiteta, Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura e do Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/UFPI (izalopes@uol.com.br)

¹⁸ Engenheiro Agrônomo, Professor do Departamento de Zootecnia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Animal e do PRODEMA da UFPI. (lopesjb@pesquisador.cnpq.br)

5.1 Introdução

O crescimento da população nas cidades, a partir do século XVIII, favoreceu o aumento de áreas edificadas para a moradia, indústrias, comércios e serviços. O planejamento urbano se tornou essencial na interação do homem com a natureza devido os problemas causados pela urbanização acelerada, modificando o espaço natural para atender suas necessidades fisiológicas. Os espaços públicos como as avenidas, ruas, calçadas, praças, parques, orla marítima têm a função de melhorar a qualidade ambiental proporcionando uma contribuição no fortalecimento da identidade local com a delimitação das áreas urbanizáveis.

Macedo (1995, p. 16) conceitua espaços livres como todos aqueles não contidos dentro das edificações, como “as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas”, os quais são reconhecidos na malha urbana pelos relevantes aspectos de funcionalidade.

O espaço público é o local onde há interação e socialização das pessoas. Para Sirkis (2003) tal espaço é primordial no tecido urbano pela sua mistura de usos. Alex (2008) define “público” como um espaço aberto e acessível a todas às pessoas, sem exceção. Na visão de Vargas (2001, p. 98), o espaço público é tido como um “lugar onde uma pessoa pode estar sozinha sem dar a impressão de estar solitária”. No espaço urbano há os espaços livres que estão situados em áreas sem edificações, podendo ser públicos ou privados, ou seja, o acesso é delimitado por grupo ou pessoa.

Para Landim (2004, p. 27) o espaço livre é um “elemento de aglutinação entre os diversos tipos de espaços edificados” que permite a apreensão, compreensão e o uso da forma urbana, cuja função básica seria possibilitar a circulação na cidade. Sá Carneiro e Mesquita (2000) relacionam outras funções como: equilíbrio ambiental (reservas ecológicas, jardins botânicos, parques nacionais, cemitérios, campi universitário), recreação (praças, parques, jardins, largos, pátios) e circulação (ruas, viadutos, estacionamentos). Loboda e De Angelis (2005) relatam que foi na Grécia que os espaços livres, pela primeira vez, assumiram a função pública, sendo considerados locais de passeio, conversa e lazer.

Dentre estes espaços públicos e abertos, destacam-se as praças, que segundo Spirn (1995, p. 89), “são lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política”. A praça nasceu da necessidade de um local acessível para a realização de funções como atividade de troca, tomada de decisões coletivas, ponto de encontro e festividades (BARTALINI, 2005).

A origem da praça está relacionada às ágoras das cidades gregas e romanas, onde “todos os cidadãos podiam discursar e manifestar suas idéias e respeito de qualquer problema” (GRAEFF, 1986, p. 130).

De uma maneira geral, as praças deixaram de ter a função primordial de lazer coletivo devido ao surgimento de novos lugares de encontro e reunião, como o shopping center, que funciona como grande concorrente da praça pública na cidade moderna, uma vez que, oferece segurança, por ser um espaço fechado, além de contar com estruturas de lazer e de sociabilidade. São espaços onde se concentram, também, vários serviços, como: cinema, *lan house*, lojas, shows, praça de alimentação, entre outros atraindo a população. Além disso, o acesso à televisão a cabo, *pay-per-view*, a internet, entre outros são inovações tecnológicas de lazer dentro de casa, que possibilitam conhecer novos ambientes, fazer amigos, realizar atividades lúdicas, como os jogos virtuais e até paquerar e namorar, desempenhando o papel típico das praças, em tempos passados.

Outro fator de abandono destes espaços diz respeito aos novos tipos de apropriação que com o tempo resultaram na perda do referencial histórico e cultural, acarretando uma desfiguração da paisagem urbana.

A mudança de uso e o afastamento da população dos espaços públicos aconteceram de forma mais significativa nas praças centrais da maioria das cidades, pois nestas áreas, acompanhando as transformações ocorridas na sociedade, a atividade comercial suplantou a residencial, modificando a relação da praça com seu entorno.

Planejada e construída, em 1852, com a finalidade de ser a capital do Estado do Piauí, Teresina já possuía em seu plano original várias áreas destinadas para construção de praças, contando hoje, em seu centro histórico com o total de sete praças: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Rio Branco, Praça João Luis Ferreira, Praça Landri Sales, Praça Pedro II, Praça da Liberdade e Praça Saraiva, que hoje fazem parte do patrimônio cultural da cidade.

Este trabalho teve como objetivo estudar a evolução dos usos ao longo dos anos e as funções atuais, diagnosticar a situação geral, estado de conservação e infra-estrutura existente e identificar como ocorre a apropriação pela população de praças em áreas centrais de cidades, tendo como enfoque a Praça Landri Sales, em Teresina.

5.2 Procedimentos Metodológicos

Para realização da pesquisa, foi selecionada a Praça Landri Sales que, embora apresente em seu entorno a predominância de atividades de comércio e de serviços, ainda são encontradas edificações residenciais nas proximidades e o Colégio Estadual Zacarias de Góis,

conhecido como Liceu Piauiense. Dessa forma, os freqüentadores utilizam o espaço para o desenvolvimento de atividades de maior permanência, como conversar, esperar o início das aulas, namorar e ainda pedalar, jogar, andar de patins e de *skate*. Além disso, este espaço passou por reformas, efetuadas pela Prefeitura Municipal de Teresina, com o objetivo de resgatar o interesse dos usuários pela apropriação de praças centrais, como espaço propício às atividades urbanas.

Foi realizado levantamento da memória do projeto e da construção, resgatando as mudanças ocorridas, por meio de documentos originais, fotografias, artigos em jornais, que descrevessem o período de construção das praças e a utilização destes espaços pela população.

A observação das estruturas funcionais e físicas teve a finalidade de identificar os diferentes tipos de usuários, as atividades desenvolvidas por eles e os horários mais utilizados. Para isso, as observações foram feitas a partir das 7h30min até as 18h30min, em dias da semana e finais de semana típicos. O mapeamento comportamental foi focado nas pessoas que utilizavam o espaço da praça, nos seus percursos e no modo de utilização do espaço durante o tempo que permaneciam na praça em estudo (PINHEIRO et al., 2008). Para isso, foi feita uma representação gráfica da ocupação humana na praça relacionada com o espaço físico. A utilização de uma planta baixa da praça proporcionou uma melhor identificação dos espaços preferidos, atividades desenvolvidas e caminhos percorridos.

Também foi realizado o diagnóstico da situação geral da praça, a partir de avaliação qualitativa direta, com a identificação e descrição dos equipamentos e mobiliários existentes, como os bancos, pontos de iluminação, lixeiras, esculturas, monumentos, pisos, canteiros, segundo o método utilizado por De Angelis et al. (2004), que atribui valores que variam de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), na seguinte escala: 0 a 0,4 (péssimo); 0,5 a 1,4 (ruim); 1,5 a 2,4 (regular); 2,5 a 3,4 (bom); 3,5 a 4,0 (ótimo). A partir dos índices encontrados, foi avaliado se o ambiente atende aos requisitos de conforto do usuário e aos aspectos ligados à conservação do lugar. Os resultados foram tabulados em planilhas específicas, analisados e descritos de forma detalhada, em consonância com o objeto de estudo.

5.3 A cidade de Teresina

Teresina, capital do Piauí, estado da região Nordeste do Brasil, está situada à margem direita do rio Parnaíba, sendo banhada também pelo rio Poti, apresentando a posição geográfica de 5°5'12 de latitude Sul e longitude Oeste de 42°48'42. De acordo com o IBGE (2007) a população de Teresina é de 779.939 habitantes. Devido à proximidade com a linha

do Equador, os raios solares atingem à cidade com o ângulo muito próximo a 90°, permitindo que a cidade receba intensa radiação e apresente temperaturas elevadas, na maior parte do ano (CASTELO BRANCO, 2003).

O plano da cidade de Teresina foi traçado e estruturado a partir de um rígido formato geométrico que lembrava um tabuleiro de xadrez, com suas ruas alinhadas, bairros pequenos e um grande largo circundado por prédios administrativos e religiosos. Suas ruas paralelas partiam do rio Parnaíba, a Oeste, em direção ao rio Poti e sua ocupação iniciaram nos sete primeiros bairros para o sul e três para o norte, organizado a partir da igreja do Amparo (DIAS, 2006).

Para Gomes e Soares (2003, p. 20), no Brasil, no século XIX, “existiam cidades que se destacavam pela quantidade expressiva do verde no seu interior, como é o caso de Teresina/PI, com densa arborização”.

Geralmente, o cuidado com as praças de Teresina tem sido uma preocupação constante dos administradores municipais, ao longo dos anos. O prefeito Lindolfo do Rego Monteiro, em seu relatório de atividades, referente ao exercício de 1941, destaca a importância dessas áreas para a cidade de Teresina, devido às condições do clima local, e ainda aponta a necessidade da abertura de novas praças e da conservação e melhoria das existentes (MONTEIRO, 1943).

As praças do centro de Teresina têm uma representação significativa em relação à quantidade de cobertura vegetal, criando grandes áreas sombreadas. No entanto, esses espaços estão sofrendo descaracterização e destruição, tornando-se áreas marginalizadas devido à falta de infra-estrutura, segurança e educação ambiental. Isso se deve à má conservação, invasão de novos usos, falta de conscientização quanto ao valor histórico e cultural, depredação por vandalismo dos marcos e mobiliário, entre outros. Tudo isso acaba causando o abandono e a ocupação indevida, deixando os usuários de utilizar seus serviços devido à falta de uma política de melhoria urbana.

5.4 Início e evolução da Praça Landri Sales

A Praça Landri Sales, conhecida também como Praça do Liceu, teve sua origem com a delimitação de seu espaço físico pelo fundador de Teresina, Conselheiro Saraiva, na planta datada de 1855. Esse espaço abrangia dois bairros contíguos, com uma parte elevada, o Alto da Pitombeira, e outra parte baixa, que mais tarde seria conhecida como Baixa da Égua. No Alto da Pitombeira foi construído o Colégio Estadual Zacarias de Góis, conhecido como Liceu Piauiense (Figura 5.1), inaugurado em 1936, tendo a parte baixa do largo do poço sido

reservada para a praça. Garcia (2000, p. 37) comenta que a praça “foi batizada com o nome de Landri Sales, mas não pegou. O povo preferiu denominá-la vulgarmente de Praça do Liceu”.



Figura 5.1: Espaço livre destinado à construção da Praça Landri Sales em frente ao Liceu Piauiense, inaugurado em 1936.

Fonte: Acervo Colégio Estadual Zacarias de Góis.

O terreno era acidentado e no inverno se transformava em ninho de cobras e mosquitos, além de formar poças de lama. No verão, servia de campo de futebol e hospedagem dos circos que visitavam Teresina. A sua transformação em praça foi uma promessa de Agenor Barbosa de Almeida, candidato a prefeito. Durante o seu mandato (1955 - 1959) ele não poupou esforços para cumprir sua promessa, empregando pessoas e usando mão-de-obra dos presidiários, que utilizavam dinamite para explodir as pedras. Com essas explosões eram expelidos fragmentos que destruíam vidraças das casas próximas e, também, interrompiam as aulas colégio (GARCIA, 2000).

Em 1955, foi iniciada a construção da praça, em uma área de 8.271,23 m². A sua construção causou muitos protestos por parte da imprensa e dos adversários políticos do prefeito Agenor Barbosa, sendo destacados nos jornais da época, os incidentes acontecidos durante a construção, como o divulgado no Jornal O Dia, em 1955.

A cidade quinta-feira foi abalada com a notícia de que o Sr. José Basílio da Silva teria sido vítima de uma pancada no crânio, motivada por um estilhaço de pedra, vindo das explosões de dinamites aplicadas na pedreira da Praça Lanri Sales, onde estão sendo feitos serviços de pavimentação da referida praça. [...] O Sr. Prefeito da Capital não pode desconhecer que daquela forma tal serviço é inadmissível nas grandes artérias das cidades. Deveria ter autorizado outros processos para a quebra da pedreira, mas acima do interesse da coletividade está o interesse pessoal do Prefeito de acelerar os serviços daquele logradouro público onde está encravado o seu palacete residencial (PERIGOSA 1955, p. 4).

A construção da praça não despertou apenas críticas, tendo sido bem recebida, como pode ser comprovado, em matéria de jornal local, no período final da construção, que afirmava: “O prefeito Agenor Almeida está concluindo os trabalhos de construção da Praça Landri Sales, uma verdadeira maravilha, e por cujo trabalho aplaudimos, pelo esforço que representa para uma melhor urbanização da cidade, o edil” (PRAÇAS, 1957, p. 2).

Segundo Martins (1959, p. 41), a praça apresentava, em 1957, um aspecto magnífico, e a descreve, afirmando que:

Toda ela foi planejada em elegante estilo tropical, recortada de aléias de palmeiras de nossa terra, transplantadas adultas; pavimentada oriundas de diversas regiões do Estado, contendo um abrigo de feitiço moderno, onde funcionam café, bar e instalações sanitárias públicas. Tem iluminação fluorescente que muito embeleza seus vários planos, em que se alternam balaustres, passeios, lagos, pontes e grutas artisticamente dispostos.

O projeto, de autoria e execução de Raimundo Nonato de Portela de Melo, foi concebido, segundo Marques (2005, p. 12), “em estilo eclético (lago, fonte com elementos decorativos, arco em pedra, gruta e balaustradas neocoloniais em semicírculos) com alguns elementos do estilo (moderno (canteiros geométricos desestruturados distribuídos de forma orgânica))”.

Almeida (2005, p.49) comenta que foi exigido que no projeto fosse utilizado: “[...] árvores nativas e que aproveitasse o grotão de pedras ali existentes. Foi a primeira praça na capital piauiense a receber energia elétrica com emprego de lâmpadas fluorescentes e piso calçado com lajes advindas de Piracuruca”¹⁹.

Para Marques (2005), a praça atraía babás e famílias com as crianças casais de namorados, e idosos por possuir uma atmosfera acolhedora (Figuras 5.2 e 5.3). Com o passar dos anos a praça sofreu fortes descaracterizações em seu espaço. Ainda segundo a referida autora, no final da década de 1970, o lago, a fonte e a gruta foram extintos por se tornarem foco de contaminação e refúgio para marginais.

¹⁹ Piracuruca refere-se ao município do estado do Piauí, localizado a 196 km de Teresina, que entre suas atividades econômicas está o extrativismo de pedras, muito usadas na arquitetura e engenharia.



Figura 5.2: Criança na Praça Landri Sales, vendo-se o lago com pedra

Fonte: Acervo da Família Reverdosa



Figura 5.3: Famílias com crianças posando para foto na Praça Landri Sales

Fonte: Acervo da Família Reverdosa

Com a expansão da cidade, na década de 1980, surgiram grandes conjuntos habitacionais, em locais afastados do centro, enquanto que no início dos anos 1990, teve início o processo de verticalização da cidade, concentrando-se na zona Leste, devido à localização e infra-estrutura com edifícios de alto padrão. Isto favoreceu a mudança da população que residia no centro da cidade para estes bairros, fazendo com que as áreas centrais adquirissem o caráter comercial. Neste sentido, Lamas (2004, p. 54) afirma que, com o passar dos anos, os centros urbanos “passaram de lugar de defesa e poder a lugares de comércio, serviços e trocas culturais”, havendo uma sobreposição de funções, devido à complexidade e dinâmica das cidades.

A partir da década de 1990, a Praça Landri Sales começou a ser utilizada para a realização de feira dos livros usados, com autorização da prefeitura até 2005. No início, os livros eram expostos de maneira improvisada e em equipamentos removíveis (Figura 5.4), mas depois foram colocados boxes metálicos, dificultando a circulação dos usuários, como também, danificando o piso, o mobiliário, a vegetação e desfigurando a paisagem da praça e do seu entorno (Figura 5.5).

À noite, a praça se tornava um local propício à marginalidade, devido à presença dos boxes que se transformavam em “labirintos”. Além disso, a feira dos livros, por ter um grande fluxo de pessoas, atraía outros tipos de comércio informal, como vendedores de lanches, vales, refrigerantes, água, entre outros, que, ao final do dia, era possível perceber os vestígios de sua passagem, ao deixarem a praça suja e danificada, não primando pela limpeza e conservação do espaço público.



Figura 5.4: Feira do livro usado na Praça Landri Sales, em 1997.

Fonte: Colégio... (1997, p. 11)



Figura 5.5: Feira do livro usado na Praça Landri Sales, em 2005.

Fonte: Maranhão... (2005, p. 5)

Em 2006, a praça passou por uma reforma, que manteve o traçado da época de 1970, recebendo a aplicação de um novo piso, em concreto e pedra portuguesa (Figura 5.6), material mais propício para locomoção. Além disso, foram realizados trabalhos de replantio de novas espécies vegetais, jardinagem e poda de árvores, e também, a recuperação de todo o sistema de iluminação, tendo sido colocados novos bancos de concreto.

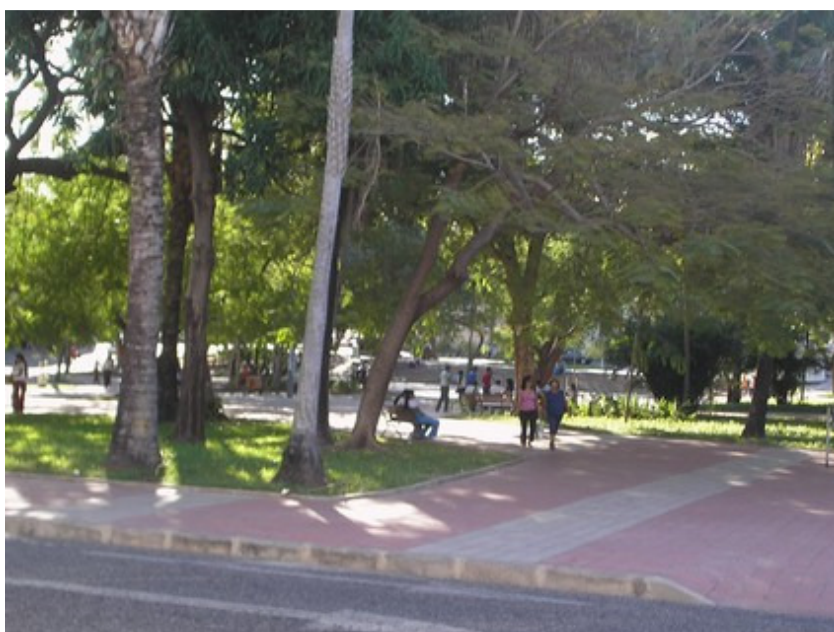


Figura 5.6: Piso em blocos de concreto e pedra portuguesa na Praça Landri Sales

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2007.

A reforma teve como objetivo principal resgatar a identificação dos usuários com a praça, tornando o espaço, mais uma vez, um local propício às atividades urbanas e, devidamente, apropriado pela população.

A praça passou a ser novamente, utilizada, admirada e contemplada pelos teresinenses. A população voltou a permanecer na praça, devido à sua estética, vegetação, conforto, história e memória.

5.5 A praça e seus equipamentos: da criação aos dias atuais

O mobiliário urbano em espaços públicos passou a ser introduzido em resposta às necessidades sociais urbanas e técnicas, com isso, as praças passaram a ter um destaque na socialização urbana, devido ao seu mobiliário e equipamentos urbanos.

Para Montenegro (2005, p. 35), “em um primeiro momento, as praças passam a ser sinônimo de lazer e descanso onde é possível encontrar chafarizes, estátuas e marcos que caracterizam alguns locais e também a cidade, sendo posteriormente instalados outros elementos como bancos, iluminação e coretos”.

O terreno onde foi construída a praça possuía grandes blocos de pedras, que foram aproveitadas para construção da escadaria. Com a construção concluída, este espaço tornou-se movimentado e de acordo com Garcia (2000, p. 37) “as rochas, abrigo dos estudantes com as curicas²⁰, foram aproveitadas e transformadas em grutas e lagos artificiais. O piso de lajes, [...], combinava com os canteiros de plantas tropicais”. Com a reforma de 2006, a praça recebeu a instalação do piso em concreto e pedra portuguesa, material mais propício para locomoção, na escadaria o piso é em pedra de Piracuruca (Figura 5.7). A escadaria apresenta atualmente danificação nos degraus.



Figura 5.7: Escadaria em pedra de Piracuruca da Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

²⁰ De acordo com Garcia (2000), era uma expressão usada na época em relação às empregadas domésticas.

A partir de 2006, a praça foi adaptada para dar acesso aos portadores de deficiência, com rampas e a introdução de um orelhão adaptado para cadeirantes ou portadores de acondroplasia (nanismo). Infelizmente, estas medidas não contemplam todos os portadores com deficiência, como, por exemplo, os cegos. A falta de acessibilidade e de integração dos mobiliários e equipamentos urbanos em espaços públicos apresenta uma barreira com os usuários, podendo provocar acidentes ou mesmo desconforto aos idosos e portadores de deficiência.

A praça apresenta 15 bancos distribuídos em dois modelos, sendo que seis são de concreto com encosto na cor vermelha (Figura 5.8), que estão localizados na parte superior e nove em concreto sem encosto e com pés adornados, cujos desenhos são originários do início da praça (Figura 5.9), situados na parte mais baixa da praça. Cavalcanti (1958, p.7) comenta que “o serviço de bancos está simetricamente disposto, atendendo a todos os gostos dos visitantes”.

Antes da reforma, em 2006, os bancos apresentavam sinais de vandalismo (quebrados e riscados). Na reforma, foram feitas réplicas dos seis bancos que ficavam em cima da escadaria, já que não poderiam ser recuperados e os bancos da parte baixa foram recuperados e distribuídos no entorno da praça. Hoje, os bancos da parte superior já apresentam sinais de vandalismo, com várias pichações.



Figura 5.8: Banco de concreto com encosto em cima da escadaria na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.



Figura 5.9: Banco de concreto com pés adornados e sem encosto na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Foram introduzidos novos bancos com assento e encosto de madeira com estrutura de ferro e sua distribuição foi na parte interna da praça, sempre próximas às árvores, visando proporcionar conforto aos usuários que aproveitam a sombra das árvores e apreciam a sua

beleza. Estes bancos também apresentam sinais de vandalismo, encontrando-se riscados e quebrados (Figura 5.10).



Figura 10: Banco de estrutura de ferro e madeira, com encosto, na Praça Landri Sales

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Com a reforma, foram criados espaços de encontro e convivência, com a inclusão de mesas de jogos e bancos individuais, em concreto, situados perto da escadaria (Figura 5.11) e em área mais central da praça. Atualmente, já existem mesas e bancos quebrados (Figura 5.12), mas que mesmo assim ainda são locais utilizados pelos usuários.



Figura 5.11: Mesas de jogos próximos à escadaria na Praça Landri Sales

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.



Figura 5.12: Mesa de jogo quebrada na Praça Landri Sales

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

A praça possui uma boa distribuição de lixeiras (Figura 5.13), sendo que duas já estão quebradas, restando apenas o suporte (Figura 5.14). A manutenção da praça é diária, proporcionando a adequada limpeza do local.



Figura 5.13: Lixeira de metal com suporte na Praça Landri Sales.

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.



Figura 5.14: Lixeira quebrada, sinal de vandalismo na Praça Landri Sales.

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Logo após a inauguração, em 1958, a iluminação da praça chamava a atenção dos habitantes, sendo um atrativo a mais do local, como observado, no relato de Cavalcanti (1958, p. 7), ao descrever, “passei à noite pela Praça Landri Sales e fiquei maravilhado com aquela imponência de iluminação, por meio das célebres lâmpadas fluorescentes”. E continua a descrição, afirmando que os visitantes não podem “praticar nenhum ato indecente ou contra a moral pública naquele logradouro municipal devido à farta e eficiente iluminação elétrica” (CAVALCANTI, 1958, p. 7).

Na década de 1970, a iluminação original da praça foi substituída por dois postes de 8 m de altura com quatro pétalas cada (MARQUES, 2005). Hoje, além destes, a praça possui nove postes com 2 m de altura, introduzidos na reforma de 2006, para proporcionar áreas bem iluminadas aos frequentadores (Figura 5.15).



Figura 15: Postes com 4 pétalas e 2 pétalas na Praça Landri Sales.

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Na Tabela 5.1 estão apresentados o levantamento, a descrição e a avaliação dos equipamentos existentes, no espaço estudado, com relação aos tipos, à quantidade, e ao estado de conservação.

Tabela 5.1 – Levantamento dos equipamentos existentes na da Praça Landri Sales.

EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO	NOTA
Placas de sinalização	02 com nomenclatura de ruas; 04 com sinalização de trânsito (sinalização de advertência, indicativa e de regulamentação).	3,5
Quiosque de alimentação e/ou similar	Local que, atualmente, funciona como ponto de alimentação. Construção de alvenaria e cobertura em laje de concreto, possuindo instalações sanitárias.	3,5
Escadaria	Revestida com pedra de Piracuruca	3,0
Telefone público	03 orelhões tipo padrão (orelhinha), de fibra de vidro (fiberglass), sendo que 2 estão adaptados para pessoas especiais.	3,0
Lixeiras	13 de material metálico (folha de flandre) com suporte também metálico. Duas delas estão quebradas, existindo apenas o suporte. Estão distribuídas regularmente no local.	2,5
Bancos de concreto com encosto	06 bancos com modelo de encosto de concreto vermelho	2,5
Bancos de concreto sem encosto	09 sem encosto em concreto com apoios adornados;	2,5
Iluminação baixa	09 postes com aproximadamente 4 m de altura para propiciar iluminação adequada aos transeuntes, situados no entorno da praça.	2,5
Iluminação alta	2 postes de ferro com aproximadamente 12 m com quatro pétalas cada.	2,0
Bancos de madeira com ferro	14 bancos de madeira com pé de ferro, com assento e encosto de madeira;	2,0
Obra de arte	Busto do Interventor Landri Sales de cimento com pedestal em concreto.	2,0
Mesas de jogo de tabuleiro	04 mesas de jogo de concreto e 04 com bancos; 04 mesas de jogo de concreto e 03 com bancos.	2,0

Em relação aos seus equipamentos, considera-se que a praça estudada apresenta um nível médio de conservação. Alguns equipamentos obtiveram o conceito ótimo, a partir de critérios de conservação de utilização e de quantidade no espaço. Dessa forma, as placas de sinalização, que estão bem distribuídas na praça e a construção, onde funciona uma lanchonete e possui instalações sanitárias, receberam a melhor nota.

Os equipamentos que obtiveram valor 2,0 (conceito regular) foram os postes de iluminação alta, os bancos de madeira, as mesas de jogo e a obra de arte, devido principalmente à conservação.

Os equipamentos urbanos existentes na praça são peças importantes para o bom desempenho do local, podendo contribuir diretamente para a devida apropriação pelos usuários. O projeto do espaço deve atender as necessidades e características do público alvo, sendo que, na falta de algum equipamento, muitas vezes, a própria população costuma improvisar. Isto pode ser observado na Praça Landri Sales onde, em razão da ausência de um bicicletário, os postes de iluminação são adaptados para esta finalidade, pelas pessoas que trabalham nas proximidades ou vão ao centro para realizar alguma atividade (Figura 5.16).



Figura 5.16: Adaptação de um bicicletário na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

As pessoas que apresentam algum grau de dificuldade em enxergar, ouvir ou locomover-se, encontram dificuldade em relacionar-se com o meio em que vivem, seja no lazer, trabalho, estudo, convívio social e mesmo na apropriação do espaço, por isso é importante favorecer o acesso a locais públicos com equipamentos e mobiliários adequados. A Praça possui um orelhão adaptado para pessoas especiais e rampas para facilitar o acesso, apesar de não contemplar todos os portadores de deficiências e os idosos.

O busto em homenagem ao Governador Landri Sales apresenta sinais da ação de vândalos e pichadores. O pedestal é utilizado para colocar cartazes dando um aspecto de abandono.

5.6 A praça e sua relação com o entorno

O entorno da Praça Landri Sales é caracterizado por pontos comerciais, predominado a venda de produtos eletrônicos, seguido de salas comerciais de contabilidade, advocacia, associação de classe. Existem, também, lanchonetes, bar, *lan house*, xerocopiadora e instituição bancária (Figura 5.17).



Figura 5.17: Pontos comerciais existentes no entorno da praça, na Rua Simplicio Mendes

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2009

Em frente à praça há o Colégio Estadual Zacarias de Góis (Figura 5.18) e o SEST/SENAT - Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT (Figura 5.19), nas proximidades estão o colégio Dante e a Unidade Escolar Clímaco D’Almeida além do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).



Figura 5.18: Colégio Estadual Zacarias de Góis

Fonte: Foto Guilhermina Castro



Figura 5.19: Prédio do SEST/SENAT

Fonte: Foto Guilhermina Castro

Nas proximidades, ainda é grande a existência de residências (Figura 5.20), ao contrário do entorno de outras praças centrais de Teresina. A antiga casa do ex-prefeito Agenor de Almeida ainda existe, hoje, funcionando como ponto comercial (Figura 5.21).



Figura 5.20: Residência em frete à praça

Fonte: Foto Guilhermina Castro



Figura 5.21: Antiga residência de Agenor Almeida

Fonte: Foto Guilhermina Castro

Embora no entorno da Praça Landri Sales ocorra a predominância de atividades de comércio e de serviços, as edificações residenciais encontradas nas proximidades e o Colégio Estadual Zacarias de Góis faz com que no local, ao contrário de outras praças centrais, seja bastante utilizado, favorecendo a permanência de usuários, por meio de atividades ativas e passivas.

5.7 Os usuários e as atividades desenvolvidas

A percepção da imagem urbana pela população é associada a determinados espaços dentro do ambiente urbano. A percepção “é vista como um instrumento mediador entre o cidadão e o meio ambiente e a qualidade do espaço urbano” (FEIBER, 2004, p. 95).

Muitos dos frequentadores da praça são estudantes do Colégio Estadual Zacarias de Góis, conhecido como Liceu Piauiense, que fica em frente à praça, bem como os alunos do Colégio Dante e da Unidade Escolar Clímaco D’Almeida, que também ficam localizados nas proximidades. A praça é frequentada, também, pelos alunos que fazem cursos no SEST/SENAT, que fica situado na esquina com a praça.

O ponto de ônibus localizado atrás do Colégio Estadual Zacarias de Góis é outro fator que estimula a circulação de pedestre neste espaço. A presença dos estudantes é constante no espaço durante o dia todo, esperando o horário de entrada no colégio, conversando, namorando ou lanchando.

Durante a construção da praça, em 1958, foi construído um local de apoio, com área de sombra e banheiros, que segundo Cavalcanti (1958, p. 7), era “muito artística, tendo água para lavar as mãos e até água gelada para se beber, como também um espaço de fora para se estar ao fresco, com uma cobertura de muita arte”. Este local funciona hoje como lanchonete, estando há 20 anos com o mesmo locatário, que denominou o espaço de “Praça de

Alimentação” (Figura 5.22), empregando três pessoas, possuindo rendimento mensal de aproximadamente três salários.



Figura 5.22: Praça de Alimentação “Landri Sales” na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008

Esta construção possui laje de cobertura em concreto e pilares e paredes revestidas de pedra, possuindo instalações sanitárias, cozinha, proporcionando bem-estar aos seus frequentadores. O seu funcionamento é de segunda-feira a sábado abrindo às 7h00min e fechando, geralmente, às 22h00min, oferecendo alimentação (sanduíche, caldo de carne, salgados) e bebida (refrigerante, suco, cerveja). Neste espaço os alunos costumam lanchar. Aos sábados o movimento é grande durante a tarde, quando o comércio se fecha e as pessoas vão relaxar no espaço. Trata-se de um equipamento que funciona como elemento de atração dos visitantes da praça.

Nos horários em torno de 8h00min, 11h30min e 17h00min, que correspondem ao início do expediente comercial, horário de almoço e final de expediente aumenta o fluxo de pessoas pela praça. O entorno da praça é caracterizado praticamente por comércio e pelo ponto de ônibus existente na proximidade da praça, tornando-se caminho obrigatório para a maioria. Constatou-se, também, que durante a semana o fluxo de bicicletas é grande.

A escadaria da praça é muito utilizada pelos estudantes como espaço de encontro e para conversas no final da tarde (Figura 5.23). Acima da escadaria há quatro bancos, mas apenas dois estão, sempre, à sombra. Este espaço acaba se tornando uma extensão do colégio. Nessa área a concentração de alunos é maior nos horários de entrada e saída do colégio, por isso os alunos acabam sentando na balaustrada e na escadaria (Figura 5.24).



Figura 5.23: Alunos sentados na escadaria da Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.



Figura 5.24: Alunos ocupando os bancos e balaustrada da Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Na praça há dois locais onde foram inseridas mesas com bancos de concreto com a finalidade de proporcionar aos usuários a prática de jogos de tabuleiro, como, também, “apoio às atividades escolares e culturais”, servindo de estímulo para a ocupação da praça (MARQUES, 2005, p. 25). Infelizmente, estes locais apresentam sinais de vandalismo. Mesmo, assim, são espaços bastante utilizados pelos estudantes e outros usuários. Para Castello (2007, p. 12), existem “certos espaços que se distinguem dentro do Espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem, se tornam percebidos de maneira diferente”.

O espaço para jogos situado próximo á escadaria é mais utilizado das 11h30min até as 13h20min e no final da tarde; o outro local é mais centralizado (Figura 5.25), próximo ao SEST/SENAI, sendo, este mais utilizado do que as mesas de jogos perto da escadaria. O único horário que não tem pessoas neste espaço é a partir das 15h00min, quando o sol atinge diretamente este local.



Figura 5.25: Utilização das mesas de jogos na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Ao meio-dia, foi percebido que pessoas que trabalham nas proximidades ficam descansando na praça, esperando o horário de voltar ao trabalho, por isso o fluxo de pessoas que vendem picolé e sorvete em carrinhos é grande.

As atividades comerciais em praças existem desde a Idade Média. Vargas (2001, p. 137 e 138) comenta que “a cidade necessita de um centro social” e que “a cultura da praça inclui o mercado” que em decorrência da concentração de pessoas apareciam “de improviso os postos provisórios, as tendas, os bancos, os errantes e os vagabundos”. A Prefeitura de Teresina, depois da reforma de 2006, não permite que o comércio informal permaneça na praça, mas no sábado, que não tem fiscalização, aparecem alguns vendedores de batata-frita, água de coco, refrigerante, bombom que se instalam na praça e permanecem enquanto tem movimento, o que ajuda a atrair mais usuários ao local.

A praça se torna movimentada depois das 13h00min de sábado, quando o expediente comercial encerra e as pessoas vão para a Praça de alimentação “Praça Landri Sales”. Encontra-se, também, neste espaço, ambulantes vendendo frutas, picolé, pipoca e bijuterias, que permanecem pouco tempo, dependendo da existência de clientes (Figura 5.26).



Figura 5.26: Vendedores informais na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

Há um trabalhador informal, lavador de carros, que se destaca dos demais, conhecido por Neguinho, que trabalha na praça, de domingo a domingo, há 22 anos, desde 7 de janeiro de 1987. Ele coloca sua banca na praça, onde expõe os produtos de lavagem e polimento (Figuras 5.27 e 5.28), esperando os clientes, e oferecendo a comodidade de pagamento, por meio de cartões de crédito, com o apoio de um estabelecimento comercial. Utiliza o ponto de água que fica na praça, apropriando-se de um bem público, mas em troca ele zela e não deixa que danifiquem o equipamento que utiliza na sua atividade. O espaço para lavar o carro é a rua e tem um rendimento mensal de um salário e meio.

Existem outros lavadores de carros que utilizam o ponto de água na praça, eles ficam nos prédios em torno da praça, ao contrário do Neguinho, não tem bancas e não aceitam cartões de créditos.



Figura 5.27: Lavadores de carro na Praça Landri Sales na década de 90, vendo-se Neguinho de boné.

Fonte: Arquivo público



Figura 5.28: Banca do Neguinho, lavador de carro na Praça Landri Sales, em 2008.

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

As principais atividades exercidas pelos usuários e a caracterização do seu entorno da praça estão descritas no mapa de uso (Figura 5.29).

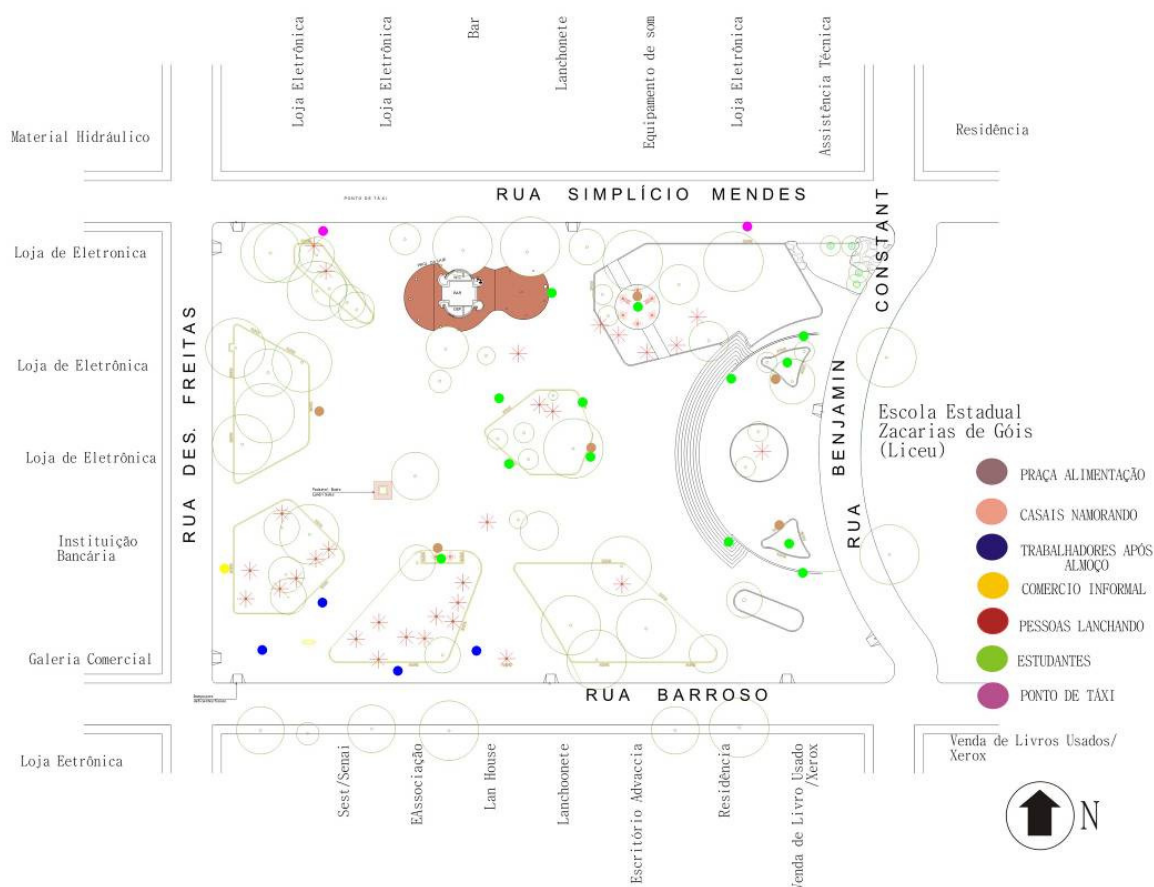


Figura 5.29: Mapa de uso da Praça Landri Sales

Fonte: SEMPLAN (2006) adaptado por Guilhermina Castro, desenhado por José H. Leal Jr. (2008)

Como pode ser visto na figura 5.30, as principais atividades exercidas na praça são passivas, tais como esperar o comércio abrir ou por alguém e, ainda, conversar, totalizando 54%. A presença dos equipamentos e mobiliários favorece estas atividades, além destas foram citadas outras atividades, como descansar e paquerar (6,7%).

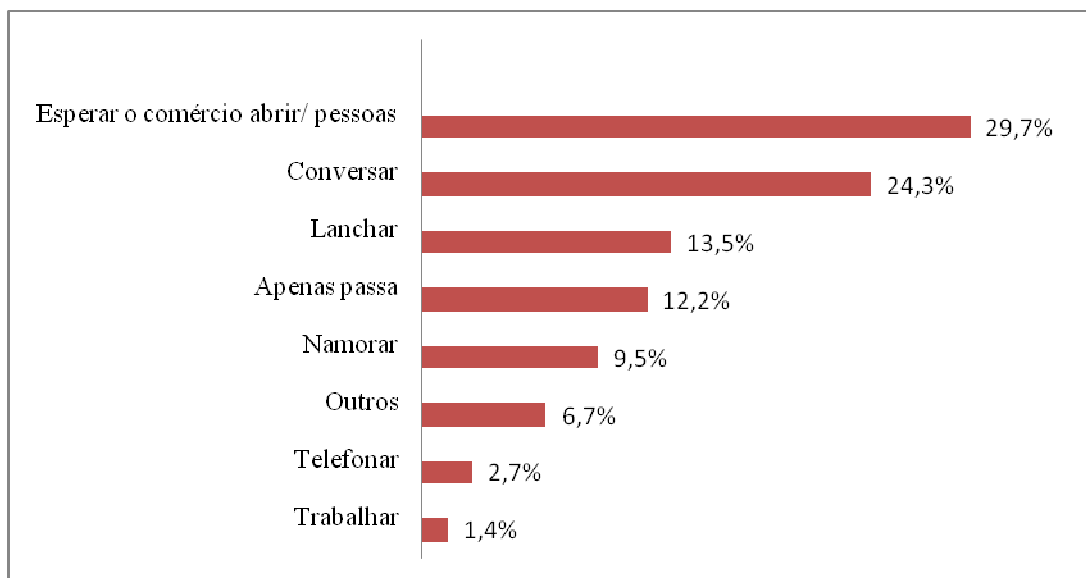


Figura 5.30: Gráfico sobre as atividades na Praça Landri Sales

No final de semana, a praça é utilizada pelos moradores do entorno. A atividade ativa da praça se dá quando as crianças vão brincar de bola, pedalar, andar de patins e *skate* (Figura 5.31). Casais de namorados também utilizam a praça no final de semana.



Figura 5.31: Crianças jogando, patinando e pedalandos na Praça Landri Sales.

Fonte: Foto Guilhermina Castro, 2008.

O que dá vida a uma praça é a sua utilização pela população através de atividades ativas e passivas. Esta praça ainda tem grande valor histórico para a cidade e valor simbólico para a população.

5.8 Considerações Finais

O resgate um espaço público é importante por representar o patrimônio histórico e cultural ligado à imagem da cidade. As praças centrais acumulam importantes características, configurando-se como um referencial da modificação da paisagem urbana com o passar dos anos. A Praça Landri Sales teve seu espaço delimitado desde o planejamento de Teresina, sua construção foi bem vinda para os moradores do local como a população da cidade.

A praça, com seu estilo eclético, atraía famílias, babás com as crianças, casais de namorados e idosos por um espaço acolhedor e agradável. Com o passar dos anos, o centro da cidade passou de área residencial para comercial, trazendo modificações para a paisagem urbana. A praça também começou sofrer modificações pelos usuários. A instalação da feira de livros usados tomou conta do espaço da praça por vários anos, danificando os equipamentos e mobiliários urbanos, afastando as pessoas que já não se identificavam com o espaço e acabaram se afastando deste espaço de lazer.

Com a reforma, em 2006, a Praça Landri Sales recuperou a sua função original onde foram restabelecidos seus equipamentos e sua cobertura vegetal. Atualmente, este espaço é utilizado como circulação de pedestres, lazer ativo, passivo, atividade comercial autorizada pela Prefeitura e no sábado, também é usada por alguns comerciantes informais. No final de semana, a praça é utilizada pelos moradores do entorno. As atividades ativas é um diferencial deste espaço, que se deve à presença de crianças que brincam neste espaço. A Praça Landri Sales é espaço com movimento, um espaço vivo no centro de Teresina.

O órgão público, desde a sua reforma, não permitiu que ambulantes e camelôs permanecessem no local. As atividades informais existentes na praça são de lavadores de carros.

Apesar da reforma ter sido realizada em 2006, em dois anos a praça apresenta sinais de vandalismo com mobiliários danificados. A quantidade de bancos, postes, placas, lixeiras são razoáveis e bem distribuídos no espaço, mas a falta de manutenção do órgão público e a falta de cuidado e zelo por estes equipamentos e mobiliários por parte dos usuários é representada em bancos, lixeiras que estão quebrados e riscados. As mesas de jogos são o exemplo maior,

mas apesar de estarem quebradas são espaços ainda usados, principalmente pelos estudantes. Esta situação pode ser observada em outras praças de Teresina e em outras capitais brasileiras.

É importante para os habitantes de uma cidade a preservação das áreas que fazem parte da sua memória. Além disso, é necessário se formar a consciência da importância que as praças desempenham nas cidades, tanto do ponto de vista social, servindo como ponto de encontro, de manifestações e de atividades culturais, como também pelo valor ambiental que essas áreas representam.

5.9 Referências

- ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, C. M. **Seguindo nossos trilhos**. Teresina: Gráfica Impresso, v. 1, 2005.
- BARTALINI, V. Praça: a forma mais que difícil. **Paisagens em debate**. São Paulo: FAU, nov. 2005.
- CASTELLO, L. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- CASTELO BRANCO, A. E. Urbanização e Clima em Teresina. **Caderno de Teresina**. Teresina, Ano XV, n.35, p. 10-15, mar. 2003.
- CAVALCANTI, G. S. A Praça Landri Sales. **Jornal do Piauí**, Teresina, 31 ago. 1958, p. 7.
- COLÉGIO exige livros novos e prejudica pais de alunos. **Jornal Diário do Povo**, Teresina, 11 jan. 1997. Cidade, p. 11.
- DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M. de; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia civil UM**, Guimarães - Portugal, v. 20, n. 1, p. 57-70, 2004.
- DIAS, C. de C. **Piauí: projetos estruturantes**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2006.
- FEIBER, S. D. Áreas verdes urbanas imagem de uso – o caso do Passeio Público de Curitiba – PR. **RAÍÇA**. Curitiba: Editora UFR, n. 8, p. 93-105, 2004.
- GARCIA, J. R. **Imagens da cidade verde**. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2000.
- GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**, 1. Rio Claro, p. 19-29, 2003.
- GRAEFF, E. A. **Edifício**. São Paulo: Editora Projeto, 1986 (Cadernos brasileiros de arquitetura, 7).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. IBGE, Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 24 jul. 2008.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- LANDIM, P. da C. **Desenho da paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**. Guarapuava - PR, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MACEDO, S. S. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n.7, p.15-56, 1995.

MARANHÃO, N. Feira do livro usado teve o movimento triplicado ontem. **Jornal Diário do Povo**, Teresina, 13 fev. 2005, Cidades, p. 5.

MARQUES, L. V. C. **Praça Landri Sales (Praça do Liceu) Teresina – Piauí (1958-2005): aspectos históricos e paisagísticos**, 2005, 27 p. Trabalho de conclusão de Curso (Especialização em Paisagismo). Instituto Camilo Filho, Teresina, 2005.

MARTINS, E. **Guia de Teresina**. Teresina: Gráfica IBGE, 1959.

MONTEIRO, L. R. **Relatório da Câmara Municipal de Teresina**. Teresina: Graphica Esperança, 1943.

MONTENEGRO, G. N. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos Projetos de Reordenamento das Orlas do Rio Grande do Norte**, 2005, 192 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

PERIGOSA explosão. **O Dia**. Teresina, 1955, ano V, n. 316, p. 4.

PINHEIRO, J. de Q.; ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 75-104, 2008.

PRAÇAS. **Jornal do Piauí**, Teresina, 10 nov. 1957. Cidade, p. 2.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **Mapa digital da Praça Landri Sales**, 2006.

SIRKIS, A. O desafio ecológico das cidades. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21: especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, p. 215-229, 2003.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. Tradução de Paulo Pellegrino. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

Capítulo 6

A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO NO CONFORTO AMBIENTAL DE ESPAÇOS LIVRES EM ÁREAS CENTRAIS URBANAS

Artigo a ser enviado a Revista “Ambiente Construído”

A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO NO CONFORTO AMBIENTAL DE ESPAÇOS LIVRES EM ÁREAS CENTRAIS URBANAS²¹

Guilhermina Castro SILVA²², Wilza Gomes Reis LOPES²³, João Batista LOPES²⁴

Resumo

Este trabalho teve como objetivo geral discutir a qualidade ambiental de espaços livres urbanos centrais em cidades de clima quente, tendo como enfoque as Praças João Luís Ferreira e Landri Sales, na cidade de Teresina, Piauí, identificando as espécies arbóreas existentes nestas áreas, sua contribuição para a melhoria do conforto ambiental e como isso é percebido pelos usuários dos espaços estudados. Foram efetuadas medições de temperatura e de umidade relativa do ar, no período de agosto a novembro de 2008, nos horários de 9h00min, 15h00min e 21h00min, em áreas com e sem vegetação. As praças João Luís Ferreira e Landri Sales apresentam uma arborização com agrupamentos heterogêneos, com espécies diferentes, sendo que o oiti (*Licania tomentosa*) tem presença marcante nestes espaços. Os usuários acham as praças muito importantes para a cidade, sendo a vegetação considerada o ponto marcante, devido às áreas de sombra e às temperaturas amenas. As áreas arborizadas das duas praças exercem efeito benéfico na melhoria das temperaturas. O horário de 15h00 apresenta maiores temperaturas seguidos de 21h00 e 9h00 para a Praça João Luís Ferreira com e sem vegetação e a Landri Sales sem vegetação, porém, com vegetação não há diferença entre as 9h00 e 21h00.

Palavras-chave: praça, microclima, vegetação

Abstract

This paper aimed to discuss the general environmental quality of urban spaces in the central cities of hot weather, with the focus João Luís Ferreira and Landri Sales Squares in the city of Teresina, Piauí, identifying the tree species in these areas, their contribution improving the environmental comfort and how it is perceived by users of the spaces studied. We made measurements of temperature and relative humidity in the air period August to November 2008, in time of 9h00min, 15h00min e 21h00min, in areas with and without vegetation. The João Luís Ferreira and Landri Sales squares have a stock with heterogeneous groups, with different species, and the oiti (*Licania tomentosa*) is strong in these areas. Users find the places most important to the city, and the vegetation is considered striking point, due to air in the shade and mild temperatures. The wooded areas of the two squares exercise beneficial effect in improving the temperature. The schedule of 15.00 shows higher temperatures followed by 21:00 and 9:00 a.m. to João Luís Ferreira square with and without vegetation and without vegetation Landri Sales, however, no difference in vegetation between 9:00 a.m. and 21:00 p.m.

Keywords: square, microclimate, vegetation

²¹ Parte da dissertação de mestrado apresentada pela primeira autora ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN).

²² Tecnóloga em Meio Ambiente, Mestranda do PRODEMA/UFPI (guilherminacastro@hotmail.com)

²³ Arquiteta, Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura e do Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/UFPI (izalopes@uol.com.br)

²⁴ Engenheiro Agrônomo, Professor do Departamento de Zootecnia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Animal e do PRODEMA da UFPI. (lopesjb@pesquisador.cnpq.br)

6.1 Introdução

O planejamento urbano constitui-se em importante ferramenta, que tem sido usado na perspectiva de amenizar os problemas relacionados à ação humana no meio ambiente, tendo como destaque, a urbanização desordenada, emissão de poluentes no ar e na água pelas indústrias, desmatamento acelerado, produção de resíduos, falta de saneamento básico nas cidades, que prosperaram de forma acentuada a partir da Revolução Industrial.

As transformações ambientais e ações ocorridas com a urbanização, como o excesso de emissões de gases pelos veículos, impermeabilização do solo, com o aumento de ruas asfaltadas, verticalização das edificações urbanas e a diminuição das áreas verdes, interferem no aumento da temperatura local. O desenvolvimento e a expansão dos centros urbanos fizeram com que locais, antes vegetados, fossem transformados em áreas edificadas e pavimentadas, contribuindo para uma elevação de temperatura causando desconforto térmico para os habitantes.

Para Mendonça e Assis (2003), o ser humano, através de suas ações e de seu papel no processo de ocupação, é capaz de alterar a forma urbana e ocasionar alterações do clima urbano. Segundo Spirn (1995, p. 71), “cada cidade é composta por um mosaico de microclimas, radicalmente, diferentes, os quais são criados pelos mesmos processos que operam na escala geral da cidade”. A topografia, a vegetação a superfície do solo natural ou construído são fatores climáticos locais que influenciam o microclima (ALMEIDA JÚNIOR, 2005).

Vasconcellos et al. (2005, p. 2137) afirmam que

[...] esses microclimas que se originam do crescimento e do adensamento urbano são o resultado das mudanças de gabarito e da falta de afastamentos entre as edificações que criam barreiras à circulação do ar, assim como geram mudanças na iluminação natural, aumentam a poluição do ar e os níveis de ruído e alteram a umidade do ar, entre outros.

Segundo Oliveira e Mascaró (2007), nos centros urbanos o espaço público garante uma qualidade de vida à população por trazer benefícios ao ambiente urbano como os acontecimentos sociais, de lazer, encontro ao ar livre e a socialização entre as pessoas. Romero (2001, p. 29), afirma que os espaços públicos são “elementos essenciais da paisagem urbana que constituem os espaços de vida, que ‘percebem’ a cidade”, e ainda que, na atualidade, a praça é “o único lugar propício à permanência e ao desenvolvimento de atividades sociais não consumistas”.

As praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, contribuindo para o equilíbrio ambiental, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Sua função é definida pelo modo como cada sociedade expressa sua vida, variando em consequência das mudanças sociais e históricas vivenciadas ao longo do tempo (LEITÃO, 2002).

A praça, como, espaço livre de construção, além de exercer a função de lugar de encontro e de atividades sociais, assume papel fundamental na mitigação dos efeitos negativos do crescimento urbano, propiciando melhoria das condições ambientais, por meio da redução de temperatura e aumento de umidade do ar, devido à presença de árvores e de outras espécies vegetais.

A arborização além de proporcionar benefícios ao meio urbano estabelece a relação entre homem e natureza, garantindo uma melhor qualidade de vida ao homem. Mascaró e Mascaró (2002, p. 2) consideram o uso da vegetação um recurso eficiente contra o calor nas cidades tropicais úmidas, pois, “além de fornecer sombreamento, permite a passagem da brisa local e absorve de maneira eficaz a radiação térmica de onda longa sobre as folhas refrescadas pela evaporação”.

Importante em qualquer núcleo urbano a vegetação torna-se imprescindível em cidades de clima quente, como é o caso de Teresina, capital do Piauí, estado da região Nordeste, que é considerada como uma das cidades mais quentes do Brasil, apresentando altos valores de temperatura, em quase todo ano, principalmente nos meses de setembro a dezembro, este período é conhecido como B-R-O-BRÓ.

Dessa forma, a arborização urbana, distribuída em ruas, avenidas e praças existentes na cidade, proporciona áreas sombreadas, que ajudam a minimizar a temperatura nos meses mais quentes, os quais são caracterizados pela forte irradiação solar, com temperatura apresentando média anual de 26,8°C, com picos de 38,7°C, tendo a umidade relativa do ar valor médio anual de 70%, com oscilação que vai de 85% nos meses chuvosos a 50% nos meses mais secos e quentes (CASTELO BRANCO, 2003).

Este trabalho teve como objetivo geral discutir a qualidade ambiental de espaços livres urbanos centrais em cidades de clima quente, tendo como enfoque as Praças João Luís Ferreira e Landri Sales, na cidade de Teresina, Piauí, identificando as espécies arbóreas existentes nestas áreas, sua contribuição para a melhoria do conforto ambiental e como isso é percebido pelos usuários dos espaços estudados.

6.2 Revisão Bibliográfica

Clima é a feição característica e permanente do tempo (estado atmosférico em um determinado momento), num lugar, em meio a suas infinitas variações (MASCARÓ, 1996). Mills (2008) relata que os estudos científicos sobre o clima urbano tiveram início no século XIX, com o trabalho de Luke Howard sobre os contrastes meteorológicos da cidade de Londres e seu entorno. Conhecido como pai da meteorologia, este inglês foi o primeiro a observar que as temperaturas do ar são freqüentemente mais altas na cidade que na área rural à sua volta. As áreas com vegetação no espaço urbano estão associadas à qualidade de vida, além de valorizar a imagem das cidades.

Para Romero (2001), o estudo do clima compreende a formação dos fatores climáticos globais (radiação solar, latitude, altitude, ventos, massas de água e terra) com os fatores climáticos locais (topografia, superfície do solo e vegetação) e a caracterização definida pelos elementos climáticos (temperatura, umidade do ar, precipitação e movimentação do ar). A informação climática deve ser considerada em três níveis: macroclima (regional), mesoclima (local) e microclima.

O conforto ambiental é o “conjunto de sensações subjetivas representadas pelo conforto acústico, luminoso, visual, psicológico, espacial e térmico” (PAULA e LABAKI, 2005, p. 1424). Para Frota e Schiffer (2003) a sensação de conforto térmico ocorre quando há trocas de calor entre o corpo humano e o ambiente sem maior esforço e que a capacidade de trabalho é maior.

Pode-se dizer que desde a Pré-História o homem descobriu o princípio do conforto ambiental, quando nas estações frias habitava em cavernas com aberturas orientadas na direção dos raios solares. A partir da II Guerra Mundial, com o avanço tecnológico e científico, o homem começa a desafiar as adversidades do meio ambiente e passou a construir ambientes climatizados, como uma das formas de evidenciar sua vitória sobre a natureza (RHEINGANTZ, 2001). Assim, Ayoade (2001) comenta que o homem, para atingir seus objetivos, pode através de suas várias atividades e ações, deliberadamente ou inadvertidamente, influenciar o clima.

No espaço urbano, a arborização influencia na qualidade de vida, por atuar no conforto ambiental, devido às características naturais das árvores, que minimizam os problemas ambientais, proporcionando sombra aos pedestres e veículos, melhorando a qualidade do ar, reduzindo a amplitude térmica, enfim, possibilitando a criação de um microclima mais agradável.

Dentre os vários aspectos positivos da arborização urbana, destaca-se a importância das árvores como mitigação da poluição sonora pelos obstáculos que oferece à propagação das ondas sonoras; o equilíbrio da temperatura ambiente graças à sombra e evapotranspiração que realiza; a redução da velocidade dos ventos; a redução do impacto das chuvas; a atração para a avifauna e, sobretudo, a harmonia paisagística e ambiental do espaço urbano (GOMES e SOARES, 2003; LIMA NETO et al., 2007).

Muitos dos problemas urbanos nas cidades estão relacionados ao conforto ambiental, o que tem feito crescer o número de pesquisas sobre o clima urbano. Autores como Mascaró (1996) que escreveu um livro sobre a ambiência urbana, o clima urbano relacionado com a vegetação; Faria e Mendes (2004) apresentaram metodologia, onde caracterizaram a distribuição da temperatura do ar na camada intra-urbana, por meio de medições móveis, comparando os dados obtidos com outros, medidos fora da área urbana, em cidades distintas, Bauru (Brasil) e Braga (Portugal); Rheingantz (2001) relaciona o conforto ambiental com a qualidade de vida em centros urbanos; Mascaró e Mascaró (2002) escreveram sobre a vegetação urbana de Porto Alegre; Fontes et al. (2005) fizeram medições em oito praças de Bauru/SP, com o objetivo de identificar a relação entre uso/microclimas. Thorsson et al. (2007) investigaram os microclimas em um parque e uma praça, na cidade de Matsudo, em Tóquio, e ainda, como estes locais públicos são apreciados e utilizado pela população.

6.3 Descrição da área de estudo

A cidade de Teresina, situada a 5°05'12" de latitude Sul e 42°48'42" de longitude Oeste, está implantada à margem direita do rio Parnaíba, sendo banhada pelo rio Poti, possuindo, de acordo com o IBGE (2007), uma população de 779.939 habitantes. A proximidade à linha do Equador faz com que os raios solares atinjam a cidade com o ângulo muito próximo a 90°, permitindo que a cidade receba intensa radiação e apresente temperaturas elevadas (CASTELO BRANCO, 2003).

Planejada e construída, em 1852, com a finalidade de ser a capital do Estado, Teresina já possuía em seu plano original várias áreas destinadas para construção de praças, contando hoje, em seu centro histórico com o total de sete praças: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, Praça Rio Branco, Praça João Luis Ferreira, Praça Landri Sales, Praça Pedro II, Praça da Liberdade e Praça Saraiva (Figuras 6.1 e 6.2).

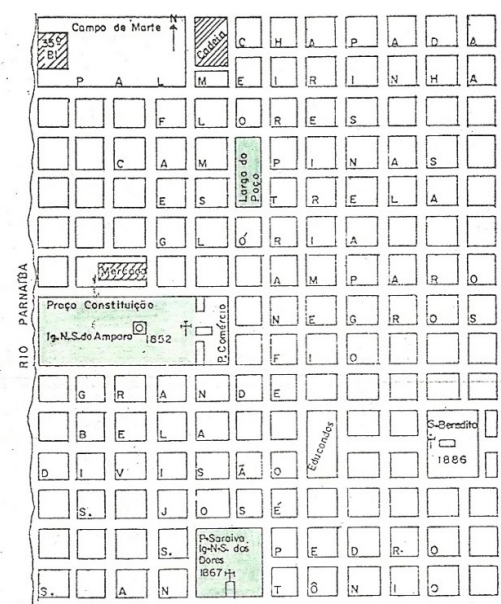


Figura 6.1: Planta do projeto inicial da cidade de Teresina em 1852

Fonte: GOMES, 1992, p. 10.

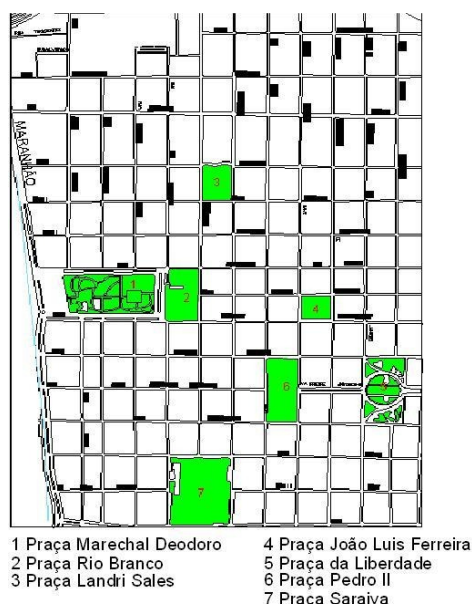


Figura 6.2: Localização das praças existentes no Centro Histórico de Teresina

Fonte: GOMES (1992), adaptado por José Hamilton Leal Jr

Para este estudo foram selecionadas a Praça João Luis Ferreira e a Praça Landri Sales, também conhecida como Praça do Liceu que, mesmo localizadas próximas entre si, apresentam características específicas.

A Praça João Luis Ferreira, situada entre as ruas Elizeu Martins, Sete de Setembro, Coelho Rodrigues e David Caldas, está inserida num entorno caracterizado pela concentração de atividades de comércio e de serviços, apresentando intenso fluxo de transportes coletivos, de carros e de motos. Caracteriza-se por ser um espaço bastante arborizado, por ser um local de passagem e por apresentar forte presença de atividades comerciais informais, realizadas nos passeio e nos canteiros, com a colocação de bancas para a venda de mercadorias, como eletrônicos, comidas, roupas, artesanato, entre outros produtos.

Em 2000, a praça passou por uma reforma com o objetivo de resgatar alguns elementos arquitetônicos, como postes e bancos, que marcaram a identidade da praça. Com a reforma, foram inseridos dois pontos de ônibus, que atraíram o comércio informal, devido à concentração de pessoas. Os bancos estão distribuídos em todo espaço sombreado da praça, sendo um atrativo a mais, devido a sua grande massa arbórea que produz um microclima agradável e convidativo.

Com menor índice de arborização, a Praça Landri Sales, localizada entre as ruas Benjamim Constant, Barroso, Desembargador Freitas e Simplício Mendes, embora também apresente em seu entorno a predominância de atividades de comércio e de serviços, ainda são

encontradas edificações residenciais nas proximidades e o Colégio Estadual Zacarias de Góis, conhecido como Liceu Piauiense. Apresenta fluxo moderado de carros, motos e bicicleta.

6.4 Procedimentos Metodológicos

Para a coleta das variáveis climáticas, em cada praça, foram selecionados dois pontos internos, um que estivesse sob o efeito de sombreamento, com vegetação (CV) e outro, submetido aos efeitos da insolação direta, sem vegetação (SV). Na Praça João Luis Ferreira, que é bastante arborizada, o Ponto 1 (CV), referente ao local com vegetação está situado em um dos passeios principais, onde é grande o fluxo de pessoas e do comércio informal (Figura 6.3). O Ponto 2 (SV), sujeito à incidência direta do sol, está localizado quase na parte central da praça, revestida com piso de pedra portuguesa e sem a presença de árvores. (Figura 6.4).



Figura 6.3: P1 com vegetação (CV) na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro



Figura 6.4: P2 sem vegetação (SV) na Praça João Luis Ferreira
Fonte: Foto Guilhermina Castro

Na Praça Landri Sales o Ponto 1, relacionado ao local mais sombreado (CV), está situada em um canteiro (Figura 6.5), com pouca presença de grama batatais (*Paspalum notatum*). O Ponto 2, sujeito à incidência direta do sol (SV), está localizado nas proximidades da escadaria (Figura 6.6), apresentando piso de concreto e de pedra portuguesa, onde os raios solares incidem durante o dia.



Figura 6.5: P1 com vegetação (CV) na Praça Landri Sales

Fonte: Foto Guilhermina Castro (2008)



Figura 6.6: P2 sem vegetação (SV) na Praça Landri Sales

Fonte: Foto Guilhermina Castro (2008)

Foram efetuadas medições de temperatura e de umidade relativa do ar, durante sete dias consecutivos, alternando entre a segunda e a terceira semana de cada mês, no período de agosto a novembro de 2008, nos horários de 9h00min, 15h00min e 21h00min, segundo os padrões internacionais da Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization – WMO). O aparelho utilizado foi o Termo-higrômetro digital modelo HT-157 Instrutherm a uma altura de aproximadamente 1,10m do solo.

Os dados coletados em campo foram correlacionados com os dados climáticos da estação meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), localizada na Estação experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Meio Norte, correspondentes ao mesmo período e horário das medições móveis. Este comparativo auxiliou na compreensão das possíveis flutuações ocorridas nos período de desenvolvimento do trabalho.

A arborização existente em cada praça foi relacionada e quantificada, a partir de observação direta, com a identificação do nome científico, nome popular, família e percentual de cada espécie no local, visando identificar sua atuação na melhoria do conforto ambiental destes espaços.

Foram aplicados 40 questionários em cada praça, com o objetivo de avaliar a percepção ambiental dos usuários em relação aos espaços estudados, em especial em relação à arborização urbana existente no local. O questionário foi baseado em Oliveira (2005) e De Angelis et al. (2004), enfocando questões relacionadas ao perfil do entrevistado (sexo, idade, escolaridade, renda, ocupação), aos tipos de atividades realizadas e frequência de uso do local, à importância das praças para a cidade e à influência da arborização na melhoria de temperatura, entre outras.

6.5 Resultados

6.5.1 As praças e suas árvores

A Praça João Luis Ferreira possui uma área total de 5.030,07 m², com área de cobertura vegetal de 2.569,42 m². Há predominância de árvores de grande porte como oiti (*Licania tomentosa*), figueira (*Ficus microcarpa*) e canafístula (*Cassia grandis* L.F.), observando-se grande área sombreada, o que favorece a permanência dos usuários neste espaço. Estas árvores circundam a praça formando um cinturão verde (Figura 6.7) em contraste com as construções existentes em seu entorno.



Figura 6.7: Arborização da Praça João Luis Ferreira em 2008
Fonte: Foto de Guilhermina Castro

Na tabela 6.1 está o levantamento florístico com o nome científico, nome popular, quantidade e percentual das espécies existente na Praça João Luis Ferreira.

Tabela 6.1 - Espécies arbóreas existentes na Praça João Luis Ferreira

Nome científico	Nome popular	Família	Quantidade	Percentual %
<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	Oiti	Chrysobalanaceae	23	37,7
<i>Cassia grandis</i> L.F.	Canafístula	Leguminosae-Caesalpinoideae	14	23,0
<i>Ficus microcarpa</i>	Figueira	Moraceae	13	21,3
<i>Copernicia prunifera</i> (Miller) H. E. Moore	Carnaúba	Palmae (Arecaceae)	03	5,0
<i>Bambusa vulgaris</i>	Bambu	Poaceae	02	3,3
<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf.	Flamboyant	Fabaceae	02	3,3
<i>Orbignya speciosa</i> (Mart.) Barb. Rodr	Babaçu	Palmae (Arecaceae)	01	1,6
<i>Acacia podalyriifolia</i>	Acácia mimosa	Mimosaceae	01	1,6
<i>Caesalpina férrea</i> Mart. ex Tul. var. férrea	Pau ferro/ jucá	Caesalpinoideae	01	1,6
<i>Adenanthera pavonina</i> L	Tento Carolina	Leguminosae (Fabaceae).	01	1,6

Na Praça foi constatada a presença de sete famílias e dez espécies, sendo que o oiti (*Licania tomentosa* Benth. Fritsch) tem presença marcante na praça e na cidade. É bastante utilizado, tanto em espaços públicos como em ruas e avenidas, como é o caso da Avenida Frei Serafim, principal artéria do centro de Teresina. Segundo Lorenzi (2002, p. 101), esta árvore fornece excelente sombra, “sendo por isso preferida para plantio em praças, jardins, ruas e avenidas”.

A canafístula (*Cassia grandis* L.F.) atinge a altura de até 20 m, sendo uma planta extremamente ornamental, devido à sua beleza, no período da floração, podendo, assim, ser usada em projetos paisagísticos. É muito empregada na arborização de avenidas, praças e parques. Sua copa é larga e frondosa, chegando a apresentar 8 m de diâmetro. Possui folhas pequenas e caducas, que se perdem entre outono e inverno (LORENZI, 2002; PIVETA E SILVA FILHO, 2002).

Foi observado que, as árvores, a maioria de grande porte, estão bem conservadas, e ainda, havendo pouca presença de arbustos e de forração (gramas), devido principalmente, às atividades de comércio informal, que se utilizam dos canteiros para expor as mercadorias

(Figura 6.8). Alguns canteiros apresentam um gramado significativo em locais onde a presença dos comerciantes é mínima (Figura 6.9).



Figura 6.8: Canteiros sem presença de grama
Fonte: Foto Guilhermina Castro



Figura 6.9: Canteiro parcialmente gramado
Fonte: Foto Guilhermina Castro

Na Praça Landri Sales, a arborização é diversificada e está distribuída em todo espaço da praça (Figura 6.10). Alguns canteiros não comportavam as raízes de certas plantas, danificando o piso, o que foi modificado com a reforma, realizada em 2006, quando foram ampliados, de acordo com o porte das árvores, proporcionando o espaço necessário para o seu desenvolvimento, favorecendo a harmonização entre a área de passeio e a de cobertura vegetal.



Figura 6.10: Vista da Praça Landri Sales
Fonte: Google Earth

A vegetação de porte arbóreo é bastante significativa contribuindo para o uso do espaço e para a sensação de conforto e bem estar aos usuários. As árvores estão dispostas por toda a

área da praça proporcionando uma área sombreada. Na tabela 6.2 está o levantamento florístico com o nome científico, nome popular, quantidade e percentual das espécies existente na Praça Landri Sales.

Tabela 6.2- Espécies arbóreas existentes na Praça Landri Sales

Nome científico	Nome popular	Família	Quantidade	Percentual
<i>Caesalpinia férrea</i> Mart. ex Tul. var. férrea	Pau ferro/ jucá	Caesalpinoideae	10	13,3
<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	Oiti	Chrysobalanaceae	09	12,0
<i>Syagrus oleracea</i>	Paty	Palmae (Arecaceae)	07	9,4
<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf.	Flamboyant	Fabaceae	07	9,4
<i>Copernicia prunifera</i> (Miller) H. E. Moore	Carnaúba	Palmae (Arecaceae)	07	9,4
<i>Orbignya speciosa</i> (Mart.) Barb. Rodr	Babaçu	Palmae (Arecaceae)	06	8,0
<i>Zizyphus joazeiro</i> Mart.	Juazeiro	Ramnaceae	05	6,7
<i>Tabebuia serratifolia</i> (Vahl.) G. Nicholson	Ipê amarelo	Ramnaceae	03	4,0
<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. Ex Mart.	Macaúba	Palmae (Arecaceae)	03	4,0
<i>Vitex flavens</i>	Mama cachorra	Verbenaceae	03	4,0
<i>Couepia grandiflora</i> (Mart. & Zucc.) Benth. ex Hook f.	Oiticica	Chrysobalanaceae	03	4,0
<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	Pau Brasil	Leguminosae-Caesalpinoideae	02	2,7
<i>Terminalia</i> sp	Pau d'água	Combretaceae	02	2,7
<i>Clitoria fairchildiana</i> R. A. Howard	Acácia azul	Leguminosae-Papilioideae	01	1,3
<i>Anadenanthera colubrina</i>	Angico branco	Fabaceae	01	1,3
Espécie não identificada	Figueira	-----	01	1,3
<i>Plumeria rubra</i> L.	Jasmim manga	<i>Plumeria rubra</i> L.	01	1,3
<i>Mangifera indica</i>	Mangueira	Anacardiaceae	01	1,3
<i>Talisia esculenta</i> (A. St.-Hil.) Radlk.	Pitombeira	Sapindaceae	01	1,3
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	Tucum	Arecaceae	01	1,3
<i>Adenanthera pavonina</i> (L.)	Tento Carolina	Leguminosae (Fabaceae)	01	1,3

Na praça foram encontradas 13 famílias e 21 espécies, sendo que uma espécie não identificada.

Entre as espécies mais utilizadas na Praça Landri Sales estão o Pau ferro (*Caesalpinia férrea*) com 13,3% e Oiti (*Licania tomentosa*) com 12,0%, que é uma espécie bastante utilizada na cidade, como nas Avenidas Frei Serafim e Centenário, além das praças e parques. O flamboyant (*Delonix regia*), embora não produza sombra densa, apresenta floração expressiva, representando uma espécie de grande beleza (Figura 6.11).



Figura 6.11: Flamboyant (*Delonix regia* (Bojer ex Hook.) Raf.) na Praça Landri Sales
Fonte: Foto Guilhermina Castro

O mesmo ocorre em relação ao babaçu (*Orbignya speciosa*) e a carnaúba (*Copernicia prunifera*), que embora não possibilitem espaços sombreados, são palmeiras que embelezam e proporcionam um aspecto peculiar ao local. Inclusive, quando a praça foi criada, Cavalcanti (1958, p. 7) descreveu sua arborização como

genuinamente piauiense notando-se o cabeça-de-frade, o pati, o lírio, o capim rasteiro, algumas rosáceas, pés de páu-d'arco e algumas palmeiras altas.

O Pau ferro (*Caesalpinia férrea* Mart. ex Tul. var. *férrea*) é uma árvore que pode chegar a 15 m, tendo tronco curto de 40-60 cm de diâmetro e com bifurcações quando isolada. É uma espécie ornamental com copa arredondada, baixa e rala. É recomendada para arborização de praças, parques, ruas, avenidas e estacionamentos (LORENZI, 2002).

6.5.2 Análise das variáveis climáticas

Os valores médios de temperatura, obtidos nas praças João Luis Ferreira e da Praça Landri Sales associados ao tipo de ambiente (com vegetação - CV e sem vegetação - SV) em função dos horários de coleta de dados, encontram-se apresentados nas Tabelas 6.3 e 6.4.

Constatou-se que houve interação ($P < 0,05$) entre os fatores avaliados, praças (João Luis Ferreira e Landri Sales), tipo de ambiente (com vegetação - CV e sem vegetação - SV) e horários de coleta (9h00, 15h00 e 21h00).

Tabela 6.3 – Valores médios de temperatura (°C) das praças João Luis Ferreira e da Praça Landri Sales referente ao tipo de ambiente em função do horário de coleta

Horário	Praça	Tipo Ambiente (°C)		Média	Estação ¹
		CV	SV		
9	João Luis	32,58 ^{aA*}	32,97 ^{aB*}	32,78	29,95*
	Landri Sales	32,47 ^{aB*}	34,39 ^{aA*}	33,43	
Média		32,52	33,68		
15	João Luis	36,88 ^{bb*}	37,88 ^{aA}	37,38	36,74*
	Landri Sales	38,13 ^{aB*}	39,39 ^{aA*}	38,76	
Média		38,00	38,14		
21	João Luis	33,80 ^{aA*}	33,76 ^{aA*}	33,78	29,43*
	Landri Sales	33,78 ^{aA*}	33,94 ^{aA*}	33,86	
Média		33,79	33,85		
Coeficiente de variação (%)			3,48		

Médias na coluna, para o mesmo horário e mesmo ambiente, seguidas da mesma letra minúscula, não diferem entre si, pelo teste t de Student ($P > 0,05$).

Médias na linha, para o mesmo horário e mesma praça, seguidas da mesma letra maiúscula, não diferem entre si, pelo teste t de Student ($P > 0,05$).

Médias, seguidas de asterisco, para o mesmo horário, não diferem do tratamento controle, pelo teste de Dunnett ($P > 0,05$).

¹ Estação Meteorológica da Embrapa Meio-Norte, localizada em Teresina, PI.

Observou-se nos horários de coleta, que as médias de temperatura das praças João Luis Ferreira e da Praça Landri Sales, em ambiente com vegetação (CV), foram similares ($P > 0,01$). Esta constatação reforça a importância da arborização na redução de temperatura nos períodos mais críticos.

Por outro lado, em áreas sem vegetação (SV), às 9h00 e 15h00, a Praça Landri Sales apresentou valor da temperatura superior em relação à Praça João Luis Ferreira ($P < 0,01$) e às 21h00, os valores foram similares ($P > 0,01$). Como a Praça João Luis Ferreira é mais

arborizada, o efeito da insolação, nos horários de 9h00 e de 15h00, proporcionou temperaturas mais elevadas na Praça Landri Sales.

Também, constatou-se que os valores médios da temperatura, em áreas com vegetação (CV) e sem vegetação (SV) na Praça João Luis Ferreira, às 9h00 e às 21h00 e da Praça Landri Sales às 21h00, foram similares ($P>0,05$). Entretanto, na Praça Landri Sales às 9h00 e 15h00, e na João Luis Ferreira as 15h00, as áreas sem vegetação (SV) apresentaram valores superiores ($P<0,01$) aos ambientes com vegetação (CV). Estes resultados corroboram as afirmações de Castelo Branco (2003), ao afirmar que a arborização urbana, distribuída em ruas, avenidas e praças existentes na cidade, proporciona áreas sombreadas, ajudando a minimizar a temperatura nos meses mais quentes.

Faria e Mendes (2004, p. 13) compararam a temperatura do ar nas cidades de Bauru (Brasil) e Braga (Portugal) constataram que “as taxas relativas de aquecimento e de resfriamento do ar são menores quando a área apresenta cobertura vegetal significativa”. Fontes et al. (2005) em sua área de estudo, oito praças de Bauru/SP, tiveram como resultado uma diferença de $3,1^{\circ}\text{C}$ na área interna de uma das praças, o Bosque da Comunidade, que é caracterizada por um sombreamento denso.

Na comparação com os dados obtidos na Estação Meteorológica da Embrapa Meio-Norte, às 9h00 e 21h00, com os demais resultados, provenientes da associação praças x tipo de ambiente, com exceção dos observados na Praça João Luis Ferreira sem vegetação (SV), os medidos na Estação Meteorológica foram inferiores aos demais ($P<0,05$). Convém destacar que a Estação da Embrapa fica em local afastado do centro da cidade e área bastante arborizada, o que pode contribuir para menores índices de temperatura do ar.

Tabela 6.4 – Valores médios de temperatura (°C) das praças João Luis Ferreira e a Praça Landri Sales referente aos horários de coleta em função do tipo de ambiente

Tipo ambiente	Praça	Horário (°C)			Média
		9	15	21	
CV	João Luis	32,58 ^c	36,88 ^a	33,80 ^b	34,42
CV	Landri Sales	32,47 ^c	38,13 ^a	33,78 ^b	34,79
Média		32,52	37,50	33,79	
SV	João Luis	32,97 ^c	37,87 ^a	33,76 ^b	34,86
SV	Landri Sales	34,39 ^b	39,39 ^a	33,94 ^b	35,91
Média		33,68	38,63	33,85	
Coeficiente de variação (%)		3,48			

¹ Estação Meteorológica da Embrapa Meio-Norte, localizada em Teresina, PI.

Médias na linha, para o mesmo tipo de ambiente e mesma praça, seguidas da mesma letra maiúscula, não diferem entre si, pelo teste t de Student ($P>0,05$).

No tocante ao efeito do horário, verificou-se que nas praças João Luis Ferreira, com vegetação (CV) e sem vegetação (SV), e a Praça Landri Sales sem vegetação (SV), os maiores valores das temperaturas foram obtidos às 15h00, sendo seguidos das 21h00 e 9h00 ($P<0,01$). Na Praça Landri Sales, sem vegetação o maior valor ($P<0,001$) ocorreu, também, às 15h00, não havendo diferença entre os horários de coleta 9h00 e 21h00.

Os valores médios de umidade relativa do ar, obtidos nas praças João Luis Ferreira e Praça Landri Sales associados ao tipo de ambiente em função dos horários de coleta de dados, encontram-se apresentados nas Tabelas 6.5.

Constatou-se que não houve interação ($P>0,05$) entre os fatores avaliados, praças (João Luis Ferreira e Landri Sales), tipo de ambiente (com e sem vegetação) e horários de coleta (9h00, 15h00 e 21h00).

Tabela 6.5 – Valores médios da umidade relativa do ar (%) das praças João Luis Ferreira e Praça Landri Sales em função do tipo de ambiente e do horário de coleta

Horário	Praça	Tipo Ambientes (%)			Média Horários	Média Praças
		CV	SV	Estação ¹		
9	João Luis	57,04	56,73	59,15*	56,58 ^a	
	Landri Sales	56,96	55,58*			
15	João Luis	38,83*	42,31*	35,13*	39,16 ^c	
	Landri Sales	38,44*	37,05			
21	João Luis	51,60*	51,07*	60,23*	51,02 ^b	49,60 ^a
	Landri Sales	51,16*	50,26*			48,25 ^b
Média tipo ambiente		49,00^a	48,84^a			
Coeficiente de variação (%)			11,07			

¹ Estação Meteorológica da Embrapa Meio-Norte, localizada em Teresina, PI.

Médias, na mesma linha ou na coluna, seguidas da mesma letra, não diferem entre si, pelo teste SNK ($P>0,05$).

Médias, seguidas de asterisco, para o mesmo horário, não diferem do tratamento controle, pelo teste de Dunnett ($P>0,05$).

Os valores médios da umidade relativa do ar da Praça João Luis Ferreira foram superiores ao da Praça Landri Sales ($P<0,01$), não havendo diferença entre os ambientes com e sem vegetação ($>0,05$). Com relação aos horários de coleta, o maior valor de umidade foi obtido às 9h00, sendo seguido das 21h00 e 15h00 ($P<0,01$).

Na Praça João Luis Ferreira, às 9h00, com e sem vegetação e na Praça Landri Sales às 15h00, sem vegetação, os valores da umidade relativa do ar foram similares ao obtidos na Estação Meteorológica ($P>0,05$). Entretanto, na Praça do Liceu às 9h00, sem vegetação, e às 21h00, para as duas praças, com e sem vegetação, os valores foram inferiores aos observados na Estação da Embrapa Meio-Norte ($P<0,05$). As 15h00, para a Praça João Luis Ferreira, com e sem vegetação e a Praça Landri Sales com vegetação, os valores encontrados foram superiores ao dados observados na Estação Meteorológica ($P<0,05$).

Algumas praças e avenidas do centro de Teresina costumavam ter fontes, representando um atrativo especial, além de que, a presença de água nestes locais contribuía para aumento da umidade, amenizando o desconforto térmico. Com o passar dos anos, grande parte das fontes destes espaços livres foram retiradas e aquelas ainda existentes, nas praças Da Costa e Silva, Marechal Deodoro da Fonseca e Rio Branco, estão desativadas. Para Frota e Schiffer (2003) espelhos de água e chafarizes devem estar presentes em espaços abertos onde o clima

quente predomina, por ser um elemento de alteração de microclimas, que aumenta a umidade do ar ao evaporar, trazendo maior sensação de conforto às pessoas.

6.5.3 Percepção dos usuários em relação à vegetação

A pesquisa com os usuários tinha como objetivo identificar a percepção da população em relação aos benefícios proporcionados pela arborização, para a melhoria do conforto ambiental nas áreas urbanas.

As praças exercem várias funções, que podem se modificar ao longo do tempo, acompanhando as transformações ocorridas na sociedade. Para Casé (2000, p. 61), as praças “têm de exercer a função lúdica, registrar a memória, promover atividades de lazer, incitar o intercâmbio cultural e o encontro espontâneo entre as pessoas”.

Nos espaços estudados, o tópico referente sobre função mais marcante do local (Figura 6.12), revelou que a Praça João Luis Ferreira foi destacada como “ponto de referência na cidade”, com 52,5%, devido a sua localização central na área comercial da cidade. Enquanto que, a função mais marcante da Praça Landri Sales, foi a de “lugar de encontro”, com 35%.

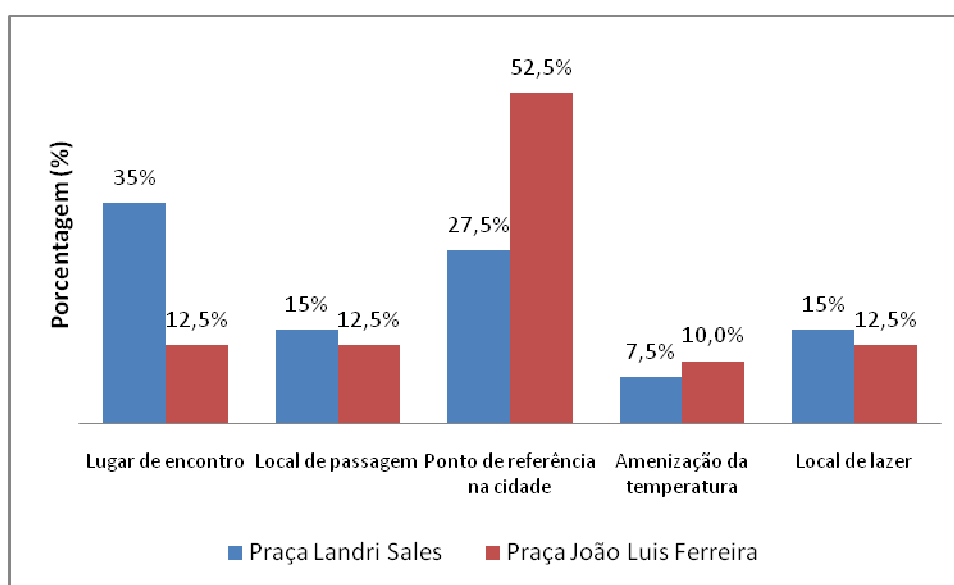


Figura 6.12: Função mais marcante nas praças

Observou-se, ainda, que a função de “amenizar a temperatura” foi a que teve menor número de citações, nos dois espaços, mesmo pelos usuários da Praça João Luís Ferreira (10%), local bastante arborizado (Figura 6.20). Mas, quando se questiona sobre o motivo que levou o usuário a escolher determinado local de permanência na praça, o mais citado foi a

“sombra”, com 42,5%, em ambos os espaços (Figura 6.13), comprovando a preferência pelos locais sombreados proporcionados pela vegetação, devido às altas temperaturas da cidade.

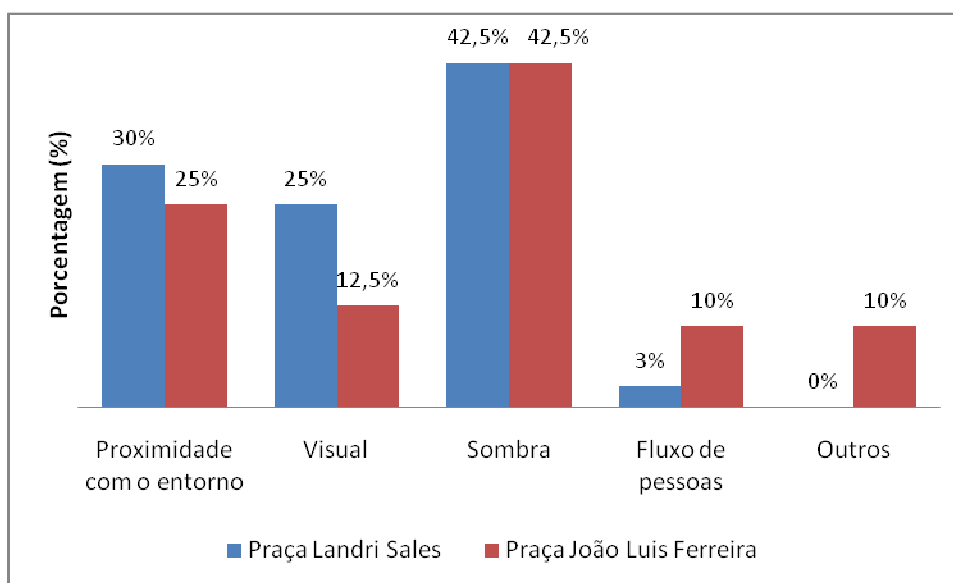


Figura 6.13: Motivo da escolha do lugar nas praças

A sombra, que absorve parte dos raios solares, é um dos benefícios da arborização, tendo um “papel importante na caracterização de microclimas urbanos, melhorando as condições ambientais adversas e o conforto humano” (MASCARÓ, 1996, p. 86). Para Fontes et al. (2005) a presença de espaços sombreados com bancos contribui para a permanência dos usuários nas praças, evidenciando uma forte relação entre uso e microclima.

Na identificação do que mais lhe chama a atenção no espaço pesquisado (Figura 6.14), a maioria dos entrevistados apontou a vegetação, 63% na João Luis Ferreira e 47,5% na Landri Sales.

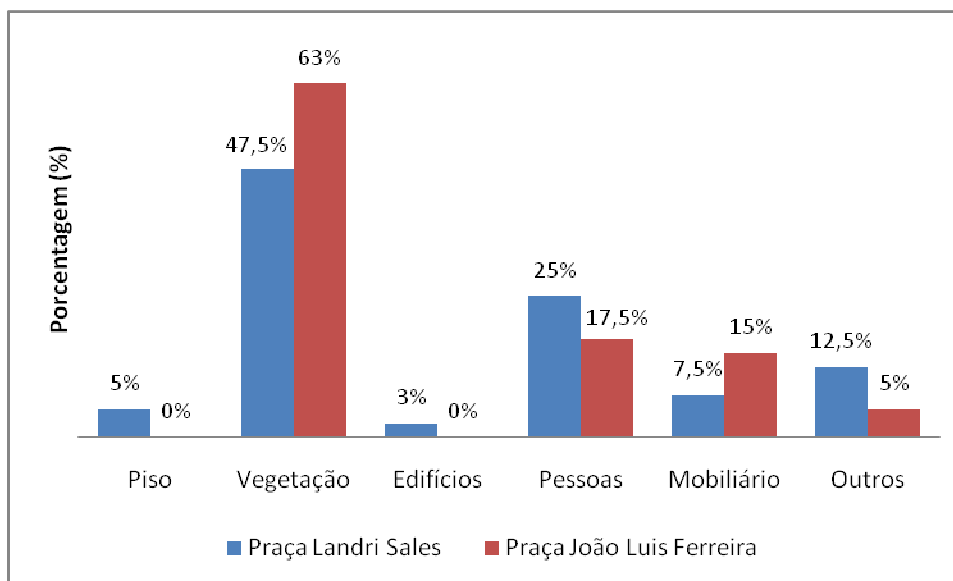


Figura 6.14: O que chama a atenção do entrevistado ao redor

Um dos benefícios da vegetação é a sombra que ela proporciona, e conseqüente redução de temperatura. Na Praça João Luis Ferreira metade dos usuários entrevistados considerou o espaço com muita área sombreada e 32% que há sombra suficiente, enquanto que, na Praça Landri Sales, 37,5% indicaram a presença de muita sombra e 25% consideram que há sombra suficiente, e ainda, 7,5% acham pouca a quantidade de sombra (Figura 6.15).

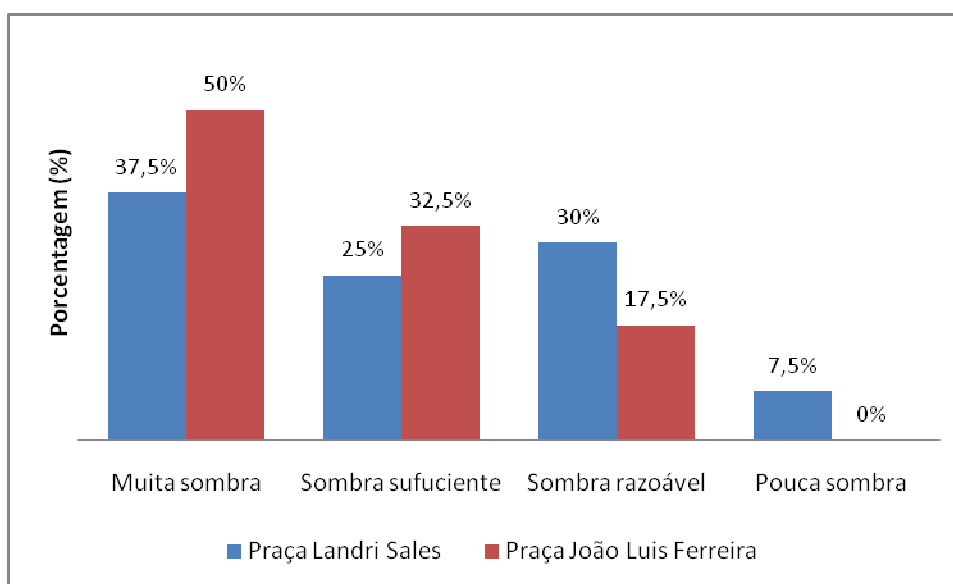


Figura 6.15: Quantidade de áreas sombreadas

Para Mascaró e Mascaró (2002), o sombreamento é uma das funções mais importantes da arborização urbana, sendo que a principal finalidade é amenizar o rigor térmico da estação quente, diminuir as temperaturas superficiais dos pavimentos e fachadas da edificação, como, também, diminuir a sensação de calor dos usuários (pedestres ou motorizados). Isto foi

percebido por 95% dos entrevistados, em ambas as praças, ao afirmarem que têm a sensação de menor temperatura na praça do que na rua. Esta sensação é percebida porque a temperatura do ar é amenizada pela vegetação através do controle da radiação e pela umidade que é liberada pelo vegetal através de suas folhas.

As árvores existentes nos canteiros têm a função de ornamentação em um espaço delimitado pelos passeios. Com as intervenções nas praças, os projetos de reforma tinham o objetivo de colocar plantas ornamentais junto com as árvores, uma forma de valorizar e embelezar o espaço com plantas e flores, dando um colorido nos canteiros. O projeto paisagístico não vingou, atualmente, grande parte dos canteiros não possuem grama, as plantas ornamentais poucas existem, sendo que as árvores de grande e médio porte são as que permanecem até hoje. De acordo com a Figura 6.16, os entrevistados acham que os canteiros e a vegetação das praças embelezam o local e que melhoram o clima local, mas alguns entrevistados acharam que estes elementos impedem a visão do entorno.

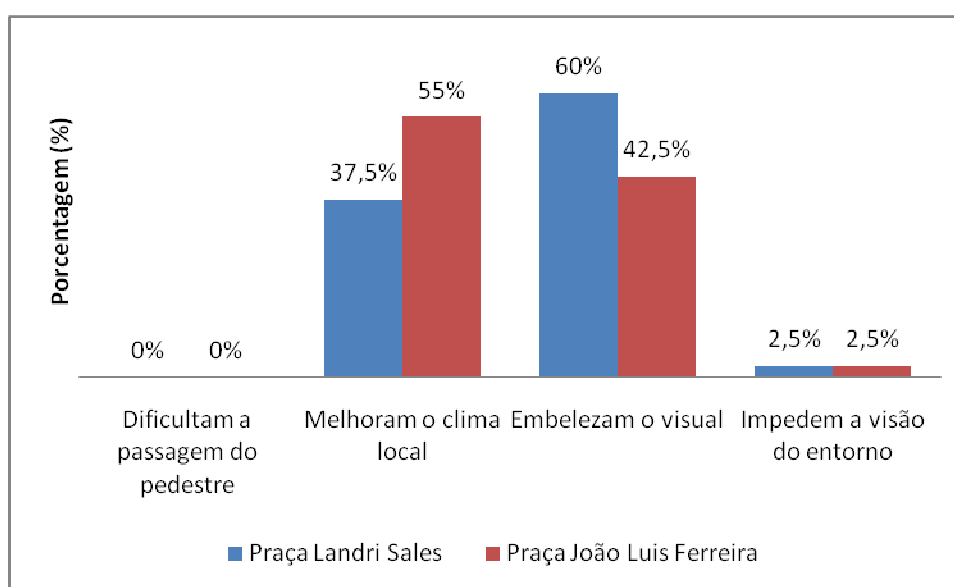


Figura 6.16: Opinião sobre os canteiros e as árvores nas praças

Por meio de perguntas abertas, feitas aos usuários dos espaços estudados, procurou-se identificar os aspectos que mais agradam e aqueles que mais desagradam, e ainda sugestões para melhoria dos locais estudados.

Nem todos entrevistados responderam estas questões, mas as respostas foram similares para as duas praças, sendo que os aspectos relacionados ao conforto, como arborização, sombra, clima (46 pessoas), foram os mais citados como ponto positivo, seguido do fluxo de pessoas (10 pessoas), tranquilidade (5 pessoas). Na Praça João Luis Ferreira foi destacado o

ponto de ônibus e na Praça Landri Sales, a praça de alimentação, elementos característicos de cada local.

Apontados como pontos negativos, que desagradam os usuários nestes espaços, foram citados: a sujeira (11 pessoas), os bancos (9 pessoas), barulho (4 pessoas). Na Praça João Luis foi apontado à presença do comércio informal e na Praça Landri Sales a presença de mosquitos e formigueiros nos canteiros.

As principais sugestões para melhoria das praças foram: a colocação de plantas ornamentais e grama nos canteiros, melhorar a iluminação, pois muitos pontos de luz, estão sem funcionar, na Praça João Luis Ferreira, que devido a ações de vandalismo, muitas lâmpadas foram quebradas e na Landri Sales, falta manutenção, com muitas lâmpadas queimadas. Ainda, foi sugerido maior segurança, para evitar os roubos e vigilância para evitar o vandalismo, para com os mobiliários e equipamentos e urbanos, e redução da poluição sonora, provocada pelos carros de som e pelos comerciantes informais. Na Praça João Luis Ferreira foi sugerido a retirada dos comerciantes informais e na Praça Landri Sales, por ter atividades ativas, foi sugerido a colocação de *playground*.

5.6 Considerações Finais

Os resultados mostram que as praças João Luis Ferreira e Landri Sales apresentam uma arborização com agrupamentos heterogêneos, com espécies diferentes, sendo que o oiti (*Licania tomentosa*), a figueira (*Ficus microcarpa*), a canaístula (*Cassia grandis* L.F.), flamboyant (*Delonix regia* (Bojer ex Hook.) Raf.) e pau ferro (*Caesalpinia férrea* Mart. ex Tul. var. *férrea*) têm presença marcante, principalmente pela sombra que favorece a permanência neste espaço. O oiti tem presença marcante cidade, sendo bastante utilizado, tanto em praças como em algumas ruas e avenidas de Teresina.

A presença da arborização nas praças uma sensação agradável aos usuários, principalmente nos meses onde a temperatura é alta. Com as medições, conclui-se que as médias de temperatura das praças João Luis Ferreira e da Praça Landri Sales, em ambiente com vegetação (CV), foram similares e em áreas sem vegetação (SV), às 9h00 e 15h00, a Praça Landri Sales apresentou valor da temperatura superior em relação à Praça João Luis Ferreira e às 21h00, os valores foram similares. A umidade relativa do ar da Praça João Luis Ferreira foi superior à Praça Landri Sales independente do local da medição (com ou sem vegetação), sendo que o maior valor da umidade foi obtido às 9h00 seguido das 21h00 e 15h00.

Os usuários acham as praças muito importantes para a cidade, sendo que o ponto marcante é a vegetação devido à sombra e a temperatura menor que constatado nas medições realizadas nestes espaços. A Praça João Luis Ferreira apresentou uma temperatura menor que a Praça Landri Sales onde os raios solares incidem em uma área maior devido à localização dos canteiros no espaço.

Estas praças apresentam funções marcantes como ponto de referência para a cidade e lugar de encontro. Geralmente, os usuários escolhem o local de permanência devido à sombra das árvores, seguido pela proximidade com o entorno (comércio, instituição bancária, escola, ponto de ônibus, etc.). A vegetação e as pessoas são o que chamam atenção dos usuários.

5.7 Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, N. L. de. **Estudo de clima urbano**: uma proposta metodológica, 2004, 109 p. Dissertação (Mestrado em Física e Meio Ambiente). Cuiabá- MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.
- AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CASTELO BRANCO, A. E. Urbanização e clima em Teresina. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, n. 35, p. 10-15, mar. 2003.
- CAVALCANTI, G. S. A Praça Landri Sales. **Jornal do Piauí**, Teresina, 1958, p. 7.
- DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M. de; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia civil UM**, Guimarães - Portugal, v. 20, n. 1, p. 57-70, 2004.
- DUARTE, D. H. S.; SERRA, G. G. Padrões de ocupação do solo e microclimas urbanos na região de clima tropical continental brasileira: correlações e proposta de um indicador. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 7-20, jan./jun. 2003.
- FARIA, J. R. G. de; MENDES, J. F. G. Sobre o uso e ocupação do solo urbano e a temperatura do ar. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.4, n.3, p7-17, jul./ set. 2004.
- FONTES, M. S. G. de C. et al. Qualidade dos principais espaços públicos de Bauru-SP. In: Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído,7, Encontro Latino- Americano sobre conforto no ambiente Construído,4, 2005, Maceió. **Anais...** Maceió, p. 697-705, 2005.
- FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. **Manual de conforto térmico**: arquitetura, urbanismo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- GOMES, M. A. S; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**. Rio Claro: IGCE/UNESP, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2003.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. IBGE, Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 24 jul. 2008.

- LEITÃO, L. (Org.). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.
- LIMA NETO, E. M. de. et al. Análise das áreas verdes das praças do bairro centro e principais avenidas da cidade de Aracaju – SE. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 2, p. 17-33, 2007.
- LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. São Paulo: Instituto Plantarum, v. 1, 2002.
- MASCARÓ, Lúcia Elvira Alicia Raffo de; MASCARÓ, Juan Luis. **Vegetação urbana**. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2002.
- MASCARÓ, L. R. de. **Ambiência urbana**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.
- MENDONÇA, R. S. R de; ASSIS, E. S. de. Conforto térmico urbano: estudo de caso do bairro Floresta de Belo Horizonte, MG. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 45-63, jul./set., 2003.
- MILLS, G. Luke Howard and the climate of London. **Weather**, v. 63, n. 4, Abril, 2008.
- OLIVEIRA, E. Z. de. Percepção ambiental X arborização urbana: dos usuários da Avenida Afonso Pena entre as Ruas Calógeras a Ceará em Campo Grande - MS. **REPAMS** - Associação de RPPNs do Mato Grosso do Sul, p. 1-23, 2005. Disponível em: <<http://www.repams.org.br/downloads/ARTIGO%20DO%20MESTRADO.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2008.
- OLIVEIRA, L. A. de; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade d vida sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v, 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.
- PAULA, R. Z. R. de; LABAKI, L. C. A vegetação e o conforto térmico do ambiente construído: um estudo sobre a avaliação de conforto. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, Maceió, p. 1424 - 1430, 2005.
- PIVETTA, K. F. L.; SILVA FILHO, D. F. da. **Arborização urbana**. Jaboticabal: UNESP/FCAV/FUNEP, 2002 (Boletim Acadêmico).
- RHEINGANTZ, P. A. Uma pequena digressão sobre conforto ambiental e qualidade de vida nos centros urbanos. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria: UFM, v. 1, n. 1, p. 35-58, jan./jun., 2001.
- ROMERO, M. A. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SPIRN, A. W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. Trad. de Paulo Pellegrino. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.
- THROSSON, S. et al. Thermal Comfort and Outdoor Activity in Japanese Urban Public Places. **Environment and Behavior**, v. 39, n. 45 p. 660- 684, 2007.
- VASCONCELLOS, V. M. N. de; REIS-ALVES, L. A. dos; CORBELL, O. D. Praça Edmundo Bittencourt – Copacabana – Rio de Janeiro - a influência da morfologia urbana no microclima de uma praça em cidade tropical quente e úmida. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 7, ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4, 2005, Maceió. **Anais...** Maceió, p. 2.136-2.145, 2005.

Considerações Finais

As praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, contribuindo para o equilíbrio ambiental, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. As praças centrais acumulam importantes características, configurando-se como um referencial da modificação da paisagem urbana com o passar dos anos. Por isso, o resgate destes espaços públicos é importante por representar o patrimônio histórico e cultural ligado à imagem da cidade.

Com o passar dos anos, a cidade de Teresina cresceu em expansão e surgiram conjuntos habitacionais, em locais afastados do centro e a atividade comercial aos poucos foram ocupando locais residenciais. Isto fez com as áreas centrais adquirissem caráter comercial e trazendo, assim, fortes modificações na paisagem urbana. O centro de Teresina deixou de ser um local caracterizado por uma área residencial para se tornar o centro comercial. Os espaços públicos tiveram outras funções de acordo com a necessidade de uso e as praças centrais deixaram de ser um local primordial de socialização para exercer funções comerciais através de ocupação do comércio informal.

Com este estudo, observou-se que estes espaços públicos têm a finalidade social, mas dependendo das funções e equipamentos urbanos estes espaços agregam outras funções que não estavam previstas no projeto e pela Prefeitura.

A Praça João Luis Ferreira tinha uma utilização diferente pelos usuários que residiam em seu entorno, sendo, portanto, um local de convivência e diversão social. Nas restaurações que ocorreram durante os anos, foi incluído um parque infantil proporcionando às crianças momentos de lazer ativo. Neste espaço, famílias encontravam formas de entretenimento e os jovens um ponto de encontro e flerte. As poucas festas regionais que ocorriam no espaço da praça, um quarteirão quadrado, reuniam grande número de pessoas.

A Praça Landri Sales, ao contrário da Praça João Luis Ferreira, teve seu espaço delimitado desde o planejamento de Teresina, sua construção foi bem vinda para os moradores do local como a população da cidade. Com estilo eclético, atraía famílias, babás com as crianças, casais de namorados e idosos por um espaço acolhedor e agradável. A praça começou, com o passar dos anos, a sofrer modificações pelos usuários. A principal foi a instalação da feira de livros usados que, com o passar dos anos, acabou danificando os

equipamentos e mobiliários urbanos e afastando as pessoas que já não se identificavam com o espaço.

Em 2000, a Praça João Luis Ferreira foi reformada com o objetivo de resgatar alguns elementos arquitetônicos, como postes e bancos, que marcaram a identidade da praça. A Praça Landri Sales foi em 2006, com a recuperação de sua função original onde foram restabelecidos seus equipamentos e sua cobertura vegetal.

A reforma das duas praças foi positiva para a população e para a paisagem urbana. Mas com o tempo, pode-se observar a introdução de atividades que não estavam revistas no projeto, como a atividade informal.

Estas praças, apesar de estarem no centro da cidade, têm suas diferenças de uso. A Praça João Luis Ferreira é caracterizada pela circulação de pedestres, lazer passivo e comércio informal. A Prefeitura colocou dois pontos de ônibus na praça favoreceu a proliferação do comércio informal devido ao fluxo de pessoas no local. Enquanto que a Praça Landri Sales é caracterizada pela circulação de pedestres, lazer ativo, passivo, atividade comercial autorizada pela Prefeitura e no sábado, também é usada por alguns comerciantes informais. No final de semana, a praça é utilizada pelos moradores do entorno. As atividades ativas é um diferencial deste espaço, que se deve à presença de crianças que brincam neste espaço. A Praça Landri Sales é espaço com movimento, um espaço vivo no centro de Teresina.

A quantidade de bancos, postes, placas de sinalização, lixeiras são razoáveis e bem distribuídos no espaço. Mas em relação a conservação dos equipamentos e mobiliários encontra-se na média, sendo que alguns equipamentos encontram-se quebrados ou danificados devido à ação de vândalos. A iluminação, que é essencial nestes espaços, esta precária com lâmpadas queimadas ou quebradas, os monumentos de Landri Sales e Helvídio de Aguiar são utilizados para colocar cartazes. Os bancos da Praça Landri Sales estão quebrados e riscados e as mesas de jogos estão quebradas, mesmo assim, são espaços ainda usados pelos usuários. Esta situação pode ser observada em outras praças de Teresina e em outras capitais brasileiras.

A arborização destas praças é significativa, sendo um atrativo para a permanência dos usuários nestes espaços por proporcionar um conforto térmico em uma cidade caracterizado por temperaturas altas. Os resultados mostram que as praças João Luis Ferreira e Landri Sales apresentam uma arborização com agrupamentos heterogêneos, com espécies diferentes, sendo que o oiti (*Licania tomentosa*), a figueira (*Ficus microcarpa*), a canaístula (*Cassia grandis* L.F.), flamboyant (*Delonix regia* (Bojer ex Hook.) Raf.) e pau ferro (*Caesalpinia férrea* Mart. ex Tul. var. *férrea*) têm presença marcante, principalmente pela sombra que favorece a

permanência neste espaço. O oiti tem presença marcante cidade, sendo bastante utilizado, tanto em praças como em algumas ruas e avenidas de Teresina.

A presença da arborização nas praças uma sensação agradável aos usuários, principalmente nos meses onde a temperatura é alta. Com as medições, conclui-se que as médias de temperatura das praças João Luis Ferreira e da Praça Landri Sales, em ambiente com vegetação (CV), foram similares e em áreas sem vegetação (SV), às 9h00 e 15h00, a Praça Landri Sales apresentou valor da temperatura superior em relação à Praça João Luis Ferreira e às 21h00, os valores foram similares. A umidade relativa do ar da Praça João Luis Ferreira foi superior à Praça Landri Sales independente do local da medição (com ou sem vegetação), sendo que o maior valor da umidade foi obtido às 9h00 seguido das 21h00 e 15h00.

Estas praças apresentam funções marcantes como ponto de referência para a cidade e lugar de encontro. Geralmente, os usuários escolhem o local de permanência devido à sombra das árvores, seguido pela proximidade com o entorno (comércio, instituição bancária, escola, ponto de ônibus, etc.). A vegetação e as pessoas são o que chamam atenção dos usuários.

É importante para os habitantes de uma cidade a preservação das áreas que fazem parte da sua memória. Além disso, é necessário se formar a consciência da importância que as praças desempenham nas cidades, tanto do ponto de vista social, servindo como ponto de encontro, de manifestações e de atividades culturais, como também pelo valor ambiental que essas áreas representam.

REFERÊNCIAS

ABBUD, B. **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ALCANTARA, E. O mundo encolheu. **Veja**. Edição especial 30 anos: 1968-1998. Editora Abril S.A., ano 31, n. 42, out., 1998.

ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

ALMEIDA, C. M. **Seguindo nossos trilhos**. Teresina: Gráfica Impresso, v. 1, 2005.

ALVAREZ, I.A. **Qualidade do espaço verde urbano**: uma proposta de índice de avaliação, 209 p. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2004.

ALVES, M. R. da S.; LOPES, W. G. R.; SOUSA, G. de B. Apropriação pelos usuários de espaços públicos, em bairros da zona sul da cidade de Teresina/PI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 7, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, B. M. et al. **Relatório de Avaliação Pós-Ocupação**: creche municipal Carmen Miranda. 85 f. Trabalho apresentado como requisito na aprovação na Disciplina Avaliação e desempenho do ambiente construído, Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<[http://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/Trabalhos%20Acad%EA%20Amigos_Relat%F3rios%20de%20APO/rel_apo_c_miranda\(1\).PDF](http://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/Trabalhos%20Acad%EA%20Amigos_Relat%F3rios%20de%20APO/rel_apo_c_miranda(1).PDF)>. Acesso em: 11 maio 2008.

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Huciten; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999 (Linguagem e Cultura).

BARRETTO, M. Espaço público: usos e abusos. In: YAZIGI, E.;CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R.C.A. (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARTALINI, V. Praça: a forma mais que difícil. **Paisagens em debate**. São Paulo: FAU, nov. 2005.

BARTALINI, V. Sintonias e defasagens: os parques públicos nos planos para São Paulo. **Paisagens e ambientes: ensaios**. São Paulo: FAU, n. 7, 1995.

BARTALINI, V. Áreas verdes e espaço livres urbanos. **Paisagens e ambientes: ensaios**. São Paulo: FAU, n. 1 e 2, 1986.

BENÉVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BERTOLUCCI, F. L. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais o os camelôs e ambulantes. In: II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”,2, 2003. Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2003, p. 1-12.

BRASIL. Planalto do Governo. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 maio 2008.

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília - DF, 2001.

BRASIL. Planalto do Governo. **Lei 6.766**, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 20 maio 2008.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, A. L. P. de. São João de décadas passadas em Teresina. **Revista Presença**. O Parnaíba pede socorro. Teresina: Ano XX, n. 34, p. 52-53, 2º semestre/ 2005.

CASE, P. **A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CASTELLO, L. **A percepção de lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTELO BRANCO, A. E. C. Urbanização e Clima em Teresina. **Caderno de Teresina**, Teresina. ano XV, n.35. mar. 2003, p. 10-15.

CASTELO BRANCO, P.V. **Mulheres plurais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CAVALCANTE, S. ; MACIEL, R.H. Métodos de avaliação da percepção ambiental. In: PINHEIRO, J. de Q.; GÜNTHER, H.(orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 149-180, 2008.

CAVALCANTI, G. S. A Praça Landri Sales. **Jornal do Piauí**, Teresina, 1958, p. 7.

CAVALHEIRO, F. et al. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**. Rio de Janeiro, ano VII, n 3, p. 7, jul./ago./set. 1999.

CLEPS, G.D.G. O comércio informal e a cidade. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”, 2. Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2003, p. 1-10.

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Perfil dos municípios**. Teresina: Fundação CEPRO, 1992.

CUNHA, R. D. A. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis**. 2002, 406 p.Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CURRY, C. Teresina, cidade sem policiamento!...**O Dia**, 1952, p. 2.

DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M. de; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia civil UM**, Guimarães - Portugal, v. 20, n. 1, p. 57-70, 2004.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção e revitalização da área portuária do RJ. DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEL RIO, V. Paisagens, realidade e imaginário: a percepção do cotidiano. **Paisagens e ambientes: ensaios**. São Paulo: FAU, n. 7, 1995.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, C. de C. **Piauí: projetos estruturantes**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2006.

DOBAL, H. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

EMÍDIO, T. **Meio ambiente & paisagem**. São Paulo: Editora Senac, 2006 (Série Meio Ambiente, 7).

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais**. 1998, 325 p. Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. 1998.

FARIA, J. R. G. de; MENDES, J. F. G. Sobre o uso e ocupação do solo urbano e a temperatura do ar. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.4, n.3, p7-17, jul./ set. 2004

FEIBER, S. D. Áreas verdes urbanas imagem de uso – o caso do Passeio Público de Curitiba – PR. **RAÍÇA**. Curitiba: Editora UFR, n. 8, p. 93-105, 2004.

FERRARA, L. D. As máscaras da cidade. **Revista da USP**. v. 05, p. 3-10, Março/Abril e Maio, 1990.

FESTI, A. V. Os critérios de área verde e sistema de lazer no planejamento urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2004, p. 1-5.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

FONTES, M. S. G. de C. et al. Qualidade dos principais espaços públicos de Bauru-SP. In: Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, 7, Encontro Latino- Americano sobre conforto no ambiente Construído, 4, 2005, Maceió. **Anais...** Maceió, 2005, p. 697-705.

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. **Manual de conforto térmico**: arquitetura, urbanismo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

GARCIA, J. R. **Imagens da cidade verde**. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2000.

GEHL, J.; GEMZØE, L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili S/A, 2002.

GERMANI, A.M.G. **Estudo sobre o uso de espécies vegetais nos projetos paisagísticos para as áreas verdes públicas de Porto Alegre**, 2004, 222 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GOMES, M. A. S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 5 (1), p. 101-120, 2007.

GOMES, J. A. G. **Teresina ontem e hoje**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

GOMES, C. N. B.; CHIESA, P. Sistema de Espaços Livres em Curitiba: tradição, posturas e práticas locais. In: KAHTOUNI, S; MAGNOLI, M. M.; TOMINAGA, Y. (Org.). **Discutindo a Paisagem**. São Carlos: RiMa Editora, v. 1, p. 141-170, 2006 (Coleção Paisagem Aberta).

GOMES, M.A.S.; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 1 (1), p. 19-29, jun. 2003.

GONÇALVES, T. M. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente construído. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007 (Coleção educação em ciências).

GONÇALVES, W. C. **Teresina** – pesquisas históricas. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1991.

GRAEFF, E. A. **Edifício**. São Paulo: Editora Projeto, 1986 (Cadernos brasileiros de arquitetura, 7).

GRUPO CLAUDINO. **Teresina 1852 a 2002**. Teresina: Gráfica Halley, 2002.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, J.A.R. Psicologia Ambiental: algumas considerações sobre sua área de Pesquisa e Ensino. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, vol. 9, 1, p. 109-124, 1993.

HEIMSTRA, N. W.; MCFARLING, L. H. **Psicologia ambiental**. Tradução de Manoel Andrade Schmidt. São Paulo: EPU: Ed: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro. **Manual para implantação de mobiliário urbano na cidade do Rio e Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas, IBAM/CPU/PCRJ/SMU, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. IBGE, Brasília. 2007.
Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 24 jul. 2008.

IGLÉSIAS, F. de A. **Caatingas e Chapadões** (notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro) 1912-1919. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

KAMEN, H. **Filipe da Espanha**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LANDIM, P. da C. **Desenho da paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LAREDO, G. Guarda-sol em chamas: árvore comum no Brasil, flamboyant tem na coloração acentuada sua maior beleza. **Globo Rural**. Disponível em <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC434910-1934,00.html>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

LEE, T. **Psicologia e meio ambiente**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. Curso Básico de Psicologia V F5.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITÃO, L. (Org.). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

LIMA, S. M. S. A. **A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim. Tudo é igual? Transformações no espaço público**: o caso da praça Pedro II, em Teresina, Piauí, 2001, 149 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

LIMA, A.M.P.L. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luis. **Anais...**São Luis, 1994, p. 539-553.

LIMA NETO, E. M. de. et al. Análise das áreas verdes das praças do bairro centro e principais avenidas da cidade de Aracaju – SE. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 2, p. 17-33, 2007.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**. Guarapuava - PR, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. São Paulo: Instituto Plantarum, v. 1, 2002.

MACEDO, S.S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo, 1999 (Coleção Quapá, v.1).

MACEDO, S.S. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n.7, p.15-56, 1995.

MACEDO, S.S. Os espaços de edificação e o destino da paisagem urbana. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 2,1986, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB/CNPq/FINEP/Pini, 1986, p.103-110.

MACHADO, R. R. B. et al. Árvores nativas para a arborização de Teresina, Piauí. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 1, n. 1, p. 10-18, 2006.

MARANHÃO, N. Feira do livro usado teve o movimento triplicado ontem. **Jornal Diário do Povo**, Teresina, 13 fev. 2005, Cidades, p. 5.

MARQUES, L.V.C. **Praça Landri Sales (Praça do Liceu) Teresina – Piauí (1958-2005):** aspectos históricos e paisagísticos, 2005, 27 p. Trabalho de conclusão de Curso (Especialização em Paisagismo). Instituto Camilo Filho, Teresina, 2005.

MARTINS, E. **Guia de Teresina**. Teresina: Gráfica IBGE, 1959.

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MASCARÓ, L. E. A. R. de; MASCARÓ, J. L. **Vegetação urbana**. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2002.

MASCARÓ, J. L.; MASCARÓ, L; AGUIAR, C. M. L. S. Cidade: energia, arborização urbana e impacto ambiental. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria, RS, v.1, n.22, p. 59-72, jan./jun. 2001.

MASCARÓ, L. R. **Ambiência urbana**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

MELLO, N. A. de. Gestão urbana e qualidade de vida. In: TAUKE-TORNISIELO et al. (Orgs.). **Análise ambiental: estratégias e ações**. São Paulo: Centro de Estudos Ambientais – UNESP, 1995.

MENDONÇA, R. S. R de; ASSIS, E. S. de. Conforto térmico urbano: estudo de caso do bairro Floresta de Belo Horizonte, MG. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 45-63, jul./set., 2003.

MENESES, A. de S.; BEZERRA, D. de O. Edifício do IAPC (INPS): resgate histórico e arquitetônico. **História da arte e da arquitetura no Piauí**. Teresina: Instituto Camilo Filho, P. 55-66, 2005.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. Campinas (SP): Papirus, 1996.

MONTEIRO, L. do R. **Relatório da Câmara municipal de Teresina**. Teresina: Graphia Esperança, 1943.

MONTENEGRO, G. N. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos**: o desenho do mobiliário urbano nos Projetos de Reordenamento das Orlas do Rio Grande do Norte, 2005, 192 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas histórias, transformações e perspectivas. Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fortes, 1998.

NASCIMENTO, L. M. do. Alterações nos projetos de praças do centro histórico de São Luís. In: PONTUAL, V.; SÁ CARNEIRO, A. R. de (Orgs.). **História e paisagem**: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, p. 367-393, 2005.

NASCIMENTO, F.A. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

NEVES, A. **Um manicaca**. Teresina: Projeto Ptrônio Portella, 1985.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

OLIVEIRA, E. Z. de. Percepção ambiental X arborização urbana: dos usuários da Avenida Afonso Pena entre as Ruas Calógeras a Ceará em Campo Grande - MS. **REPAMS** - Associação de RPPNs do Mato Grosso do Sul, 2005, p. 1-23 Disponível em: <<http://www.repams.org.br/downloads/ARTIGO%20DO%20MESTRADO.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2008.

OLIVEIRA, L.A.; MASCARÓ, J.J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.59-69, abr. jun. 2007.

OLIVEIRA, J. de. **O Dia**, Teresina, 18 maio 1952a. O Centenário da Cidade, p. 6.

ORNSTEIN, S; ROMERO, M (colaborador). **Avaliação pós-ocupação do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

PENNA, A. G. **Percepção e realidade**: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PERIGOSA EXPLOÇÃO. **O Dia**. Teresina, ano V, n. 316, p. 4.

PESSOA, S.; PESSOA, S. M. **Ataque Tributário à Informalidade**, 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/28893/P28893.xml&xsl=/brasil/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>> Acesso em: 16 jun. 2008.

PINHEIRO, J. de Q.; ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 75-104, 2008.

PIVETTA, K. F. L.; SILVA FILHO, D. F. da. **Arborização urbana**. Jaboticabal: UNESP/FCAV/FUNEP, 2002 (Boletim Acadêmico).

PRAÇAS. **Jornal do Piauí**, Teresina, 10 nov. 1957. Cidade, p. 2.

REIS, A.; LAY, M.C. Avaliação da qualidade de projetos - uma abordagem perceptiva e cognitiva. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.6, n. 3, p. 21-34, jul./set. 2006.

REIS, A.; LAY, M.C. **As Técnicas de APO como Instrumento de Análise Ergonômica do Ambiente Construído**. Gramado, RS: Curso III Encontro Nacional - I Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído, ANTAC - Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 1995.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pini, 2000.

RHEINGANTZ, P. A. Uma pequena digressão sobre conforto ambiental e qualidade de vida nos centros urbanos. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria, RS, v.1, n.22, p. 35-58, jan./jun. 2001.

RHEINGANTZ, P. A. et al. Avaliação Pós-Ocupação. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB/RJ, p. 22-23, jul/set. 1997.

ROBBA, F; MACEDO, S.S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2003.

RODRIGUES, F. de M. **Desenho urbano**: cabeça, campo e prancheta. São Paulo: Projeto, 1986.

ROMERO, M. A. B. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ROMERO, M. A. B. **Princípios Bioclimáticos para o Desenho Urbano**. São Paulo: ProEditores, 2000.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnicas e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, E. S. dos. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. **RAÍGA**. Curitiba: Editora UFR, n. 11, p. 25-33, 2006.

SANTOS, C. **P2**. Teresina: Corisco, 2001.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paul: Studio Nobel: FAFESP, 1996.

SEAMPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento. **Mapa digital da Praça Landri Sales**. Teresina, 2006.

SEAMPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento. **Mapa digital da Praça João Luis Ferreira**. Teresina, 2000.

SIRKIS, A. O desafio ecológico das cidades. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**: especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de janeiro: Sextante, p. 215-229, 2003.

SOUZA, J. C. **Análise da paisagem**: instrumento de intervenção nos espaços livres da Lagoa da Conceição – Florianópolis. 2003, 118 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. Tradução de Paulo Pellegrino. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.

STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos sobre a in(sustentabilidade do(no) espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, A.3, n.4.

TERESINA. **Teresina em dados**. Teresina, 2005.

TERESINA. **Teresina Agenda 2015 a cidade que queremos**: diagnósticos e cenários revitalização do centro. Teresina: SEMPLAN, 2002a.

TERESINA. **Teresina**: informações básicas. Teresina: SEMPLAN/DIP, 2002b.

TERESINA. **Teresina agenda 2015**: Plano de desenvolvimento sustentável. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento, 2002c.

TERESINA. **Teresina**: aqui se encontra gente a gente se encontra aqui. Teresina: SEMDEC, 2002d.

TERESINA. **Lei nº 2.642**, 07 de abril de 1998 - dispõe sobre parcelamento do solo do município de Teresina. Teresina, 1998.

TERESINA. **DECRETO nº 796**, de 02 de abril de 1986 - Tombamento de árvore (tamboril na Praça Saraiva). Teresina, 1996.

TERESINA. **Lei nº 1.939**, de 16 de agosto de 1988 - Cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção dos bens de valor cultural e dá outras providências. Teresina, 1988.

TITO FILHO, A. **Teresina meu amor**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1991.

TITO FILHO, A. **Memorial da cidade verde**. Teresina: COMEPI, 1978.

THROSSON, S. et al. Thermal Comfort and Outdoor Activity in Japanese Urban Public Places. **Environment and Behavior**, v. 39, n. 45 p. 660- 684, 2007.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VARGAS, H.C. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

VARGAS, H.C. Qualidade ambiental urbana: em busca de uma nova ética. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7, 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Anpur/ Propur/UFRG, 1999, p. 1-12.

VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H (Orgs.). **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, V. M. N. de; REIS-ALVES, L. A. dos; CORBELL, O. D. Praça Edmundo Bittencourt – Copacabana – Rio de Janeiro - a influência da morfologia urbana no microclima de uma praça em cidade tropical quente e úmida. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 7, Encontro Latino- Americano sobre conforto no ambiente Construído, 4, 2005, Maceió. **Anais...** Maceió, p. 2.136-2.145, 2005.

YAMADA, A.C.F. A alma da cidade. **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, ano 5, vol. 2, set. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc111/mc111.asp>>. Acesso em: 11 set. 2008.

WHOQOL – BREF. **Introduction, administration, scoring and generic version of the assessment**. Geneva, 1998. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/en/76.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008.

WIESENFELD, E. A psicologia ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologia USP**, 16(1/2), p. 53-69, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário aplicado junto aos usuários das Praças João Luis Ferreira e Landri Sales

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa que tem como objetivo avaliar a percepção ambiental dos usuários em relação aos espaços estudados, em especial em relação à arborização existente no local.

PRAÇA _____ **Data:** _____ **Hora:** _____

PERFIL DO ENTREVISTADO

Sexo: () masculino () feminino

Idade: () < 20 anos () 20 a 40 anos () > 40 anos

Bairro que reside: _____ Local de Trabalho: _____

Escolaridade: _____ Faixa salarial: () 1-3 S.M. () 4-6 S.M () 7-10 S.M

1) Com que frequência você utiliza esta praça?

() diariamente () 1 vez por semana

() de 1 a 3 vezes () de 4 a 6 vezes

2) Qual período você vai à praça?

() manhã () tarde () noite

3) Em média, qual é o seu tempo de permanência na praça? _____

4) Tipos de atividades que você realiza aqui:

() esperar o comércio abrir/pessoas

() conversar () lanchar () esperar ônibus

() telefonar () namorar () apenas passa

() trabalhar Outro _____

5) Você frequenta a praça de seu bairro?

() sempre () às vezes () raramente () nunca

6) Qual a função mais marcante dessa praça?

() lugar de encontro

() local de passagem

() ponto de referência na cidade

() amenização da temperatura

() local de lazer

7) Porque você escolheu este lugar na praça?

() Proximidade com o entorno (banco, rua, etc)

() Visual (comércio, movimento pessoas, etc)

() Sombra () Fluxo de pessoas

() Outros _____

8) Ao seu redor o que chama sua atenção:

() o piso () a vegetação

() os edifícios () as pessoas

() o mobiliário urbano (bancos, placas)

() outros _____

9) Você acha que a praça na cidade é:

() imprescindível () muito importante

() pouco importante () não é necessária

10) Os bancos são confortáveis?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

O que considera ruim?

() encosto () assento () altura () material

() quantidade () localização _____

11) Como você avalia a vegetação no local

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

12) As árvores nesta praça fazem:

() muita sombra () sombra suficiente

() sombra razoável () pouca sombra

13) Para você a temperatura na praça é:

() maior que a temperatura da rua

() igual à temperatura da rua

() menor que a temperatura da rua

14) Os canteiros e árvores existentes no local

() Dificultam a passagem de pedestres

() Melhoram o clima no local

() Embelezam o visual

() Impedem a visão do entorno

15) O que você MAIS GOSTA na praça

16) E o que MENOS GOSTA nesta praça?

17) Dê sugestões para melhoria da praça:

APÊNDICE B – Questionário aplicado junto aos vendedores informais da Praça João Luis Ferreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa que tem como objetivo identificar as atividades econômicas exercidas na Praça João Luis Ferreira

NOME _____

IDADE _____

ESCOLARIDADE: _____

Renda mensal: _____ Quantas pessoas sustenta _____

Produto comercializado:

() água, água de coco, refrigerante

() Bombom

() CD/DVD

() Comida/Alimentação (milho cozido, batata-frita)

() Confeção

() fruta

() verdura

() Outros _____

1) Quanto tempo é autônomo?

2) Já trabalhou com carteira assinada?

() Sim Cargo _____

() Não

3) Quanto tempo trabalha na Praça João Luis Ferreira?

4) Por que escolheu esta praça para trabalhar?

5) É cadastrado no Sindicato dos Vendedores Ambulantes?

() Sim

() Não. Por que _____

6) Você irá trabalhar no Shopping da Cidade?

() Sim

() Não. Por que _____

7) Qual a vantagem e desvantagem da Praça João Luis Ferreira?

ANEXO

ANEXO A – Lei Municipal de criação da Praça da República, atual Praça João Luis Ferreira

Lei No. 70 - Publicada em 22 de Novembro de 1905

Lizandro Francisco Nogueira, Coronel honorário do exército e presidente do Conselho Municipal de Teresina, & Faço saber a todos os habitantes deste município que o Conselho Municipal em sessão ordinária decreta e eu publico a lei seguinte:

*Arto. 1º. Fica criada mais uma praça nesta cidade a qual se denominará – **Praça da República***

Arto. 2º. A nova praça será formada pelo 9º. quarteirão, entre as ruas Coelho Rodrigues e Eliseu Martins – a leste da cidade.

Arto. 3º. Fica o poder executivo autorizado a entrar em acordo com os habitantes do referido quarteirão, para que se faça desocupação do mesmo, logo que isso seja possível, fazendo desapropriar-se, aliás, desapropriar pelos meios legais aqueles dos referidos habitantes que se obstinarem a entrar no acordo amigável.

Arto. 4º. Como meio de facilitar a desocupação do quarteirão, fica igualmente o poder executivo autorizado a proporcionar aos habitantes que o desejarem, fora do quadro da décima urbana, terrenos iguais aos que possuíam, independente de arrematação e de qualquer despesa de concessão.

Arto. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

*Secretaria do Conselho Municipal de
Teresina, 22 de Novembro de 1905*

Lisandro Francisco Nogueira

Arthur de Sousa Rubim

*Numerada e publicada a presente lei sob no. 70, nesta Secretaria do
Conselho Municipal de Teresina, 22 de Novembro de 1905.*